



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES - CH

UNIDADE ACADÊMICA DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA - UACS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

**TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA NO CARIRI
OCIDENTAL DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS “EMPRESÁRIOS RURAIS”.**

JÉSSICA DA SILVA VIEIRA

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

OUTUBRO – 2016

JÉSSICA DA SILVA VIEIRA

**TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA NO CARIRI
OCIDENTAL DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS “EMPRESÁRIOS RURAIS”.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Luís Henrique Cunha.

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

OUTUBRO – 2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

V658t Vieira, Jéssica da Silva.
 Transformações na organização agropecuária no Cariri Ocidental da Paraíba : uma análise dos “empresários rurais” / Jéssica da Silva Vieira. – Campina Grande-PB, 2016.
 92 f. : il. color.

 Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.
 "Orientação: Prof. Dr. Luís Henrique Cunha".
 Referências.

 1. Empresário Rural. 2. Transformação do Rural. 3. Semiárido. 4. Reconversões Produtivas. I. Cunha, Luís Henrique. II. Título.

CDU 631(813.3)(043)

JÉSSICA DA SILVA VIEIRA

**TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA NO CARIRI
OCIDENTAL DA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DOS “EMPRESÁRIOS RURAIS”.**

Dissertação Aprovada em: 21/10/2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Henrique Cunha (PPGCS/UFCG)
(Orientador)

Prof.^a Dra. Ramonildes Alves Gomes (PPGCS/UFCG)
(Examinadora Interna)

Prof.^a Dra. Kaliane de Freitas Maia (PNPD/PPGCS/UFCG)
(Examinadora Externa)

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
OUTUBRO – 2016

Aos meus eternos e grandes amores, Zé Matuto e Josefa Amélia, meus avós maternos (*In Memoriam*), por ser o motivo constante de toda a minha força e persistência nessa caminhada.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e ao Espírito Santo por todos os dons e graças sobre mim derramados, “porque quando estou fraco então sou forte”, como está escrito na palavra de Deus, segunda carta aos Coríntios.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Henrique Cunha, por toda contribuição, paciência e cooperação, tidos não só nesse momento, mas desde os primórdios da minha vida acadêmica, sempre me acolhendo e me instigando através de seus conhecimentos a aprofundar meus estudos nas diversas configurações do mundo rural. Sem a sua orientação e cooperação esse trabalho jamais seria possível.

A todos os professores e professoras do PPGCS/UFCG, que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho. De maneira especial, agradeço a professora Dra. Ramonildes Alves Gomes a quem tenho um enorme carinho. Esta que desde a graduação caminha ao meu lado, além de estar presente em todo o processo de escrita desse trabalho, avaliando-o sempre que necessário com suas valorosas contribuições e me fazendo enxergar ainda mais longe.

A professora Dra. Kaliane de Freitas Maia, por toda a contribuição dada nessa caminhada, sempre aceitando avaliar este trabalho em diversos momentos, trazendo comentários e sugestões que me permitiram uma maior reflexão sobre o campo de estudo.

Aos funcionários do PPGCS, de maneira especial a Rinaldo, por nunca hesitar em ajudar sempre que solicitado.

Aos amigos, sobretudo aqueles que nesse período mostraram serem os verdadeiros, aqueles que ouviram as mais diversas “lamentações”, choros e me aguentaram por horas e mais horas falando sobre o tema de estudo, dúvidas e anseios da pesquisa, Rosália, Margareth, Nayara, Francielly, Stella, Edinete, Vandecleide, Valquíria e Genildo. Obrigada pela torcida, pelas orações, força e incentivo, além das minhas ausências em muitos momentos.

As companheiras de residência em Campina Grande, as queridas inicialmente do 106 e depois 103, foi com vocês que vivi os melhores momentos da minha estadia nessa cidade, no período de curso, além das melhores noites de estudos, Denise, Taiane Graiff, Maria Emilia, Ana Karla, Alda Mayer e Hallyne. Obrigada por tudo!

Aos colegas de turma do PPGCS, uma das melhores turmas que alguém poderia e gostaria de ter em um programa de pós-graduação, obrigada por tantos momentos, conhecimentos e anseios compartilhados ao longo das disciplinas. Não vou citar nomes aqui para não correr o risco de esquecer alguém, todos estão em meu coração.

A família da grande amiga Francielly Maia, seu pai o sr. Paulo e sua mãe sra. Adailza, por todo acolhimento. Vocês foram essenciais nessa jornada, mais que informantes, me conduziram até os locais de entrevistas.

A amiga, parceira nessa jornada Kátia Karina, por toda a ajuda, acolhimento e amizade, pelas horas de boas conversas teóricas e de vivência, isso é, e foi de extrema importância.

Aos entrevistados nessa pesquisa, por me acolherem em suas propriedades, casas e estabelecimentos comerciais.

A diretoria da CENDOV em Monteiro e da EMATER - Serra Branca, que nos primórdios dessa pesquisa me ajudaram a conhecer e entender a área pesquisada nos respectivos municípios.

A CAPES pela concessão de bolsa de pesquisa, sem a qual jamais seria possível a realização desse trabalho.

“Entregar meus sonhos nas mãos de Deus, não é garantia de que terei sucesso, mas a certeza de que eles serão fecundos!”

Abner Santos

RESUMO

O presente trabalho insere-se no esforço de compreensão das transformações na organização agropecuária no Cariri Ocidental Paraibano, a partir dos atores/agentes denominados “empresários rurais” que aparecem como novos agentes agrários e econômicos, se integrando ao mercado com novas técnicas de produção, buscando oportunidades de investimento na atividade agropecuária, incluindo novos processos de desenvolvimento, a partir de uma nova lógica produtiva. O Cariri Ocidental Paraibano vem sendo palco de diversos discursos a cerca das transformações sociais e da observação de alguns esforços de modernização da atividade agropecuária, protagonizados pelo que consideramos ser a consolidação de um grupo de empresários rurais, que desenvolvem atividades agropecuárias em propriedades rurais como uma categoria diferenciada, seja dos agricultores familiares, seja dos antigos latifundiários. Dessa maneira a pesquisa foi realizada nos municípios de Serra Branca, Sumé e Monteiro, partindo do pressuposto de que essa consolidação do grupo social dos empresários rurais vem se tornando relevante. Partindo de aportes metodológicos que traçam um debate sobre as transformações ocorridas no mundo rural abordando a transformação a partir da modernização da agricultura, assim como o surgimento do empresário rural, a exemplo de Florestan Fernandes (1963) e Maria de Nazaré Wanderley (2011), Cunha (2009) e Maia (2013) que nos remetem ao agronegócio sertanejo, a (re) pecuarização e as reconversões produtivas, que vão estar presentes no que tratamos como mudança no uso da terra e transformaçãodo rural.

Palavras – chave: Empresário Rural; Transformação do Rural; Semiárido; Reconversões Produtivas.

ABSTRACT

The present work is part of the effort to understand the changes in agricultural organization in the Cariri region of the West, from the actors/agents called "rural entrepreneurs" that appear as new agents agrarian and economic, if integrating the market with new production techniques, seeking investment opportunities in farming activities, including new development processes, from a new productive logic. The Cariri region West has been the scene of several speeches about social transformations and the observation of some efforts to modernize the agricultural activity, led by what we believe to be the consolidation of a group of rural entrepreneurs, who develop agricultural activities in rural properties as a category, is of family farmers, whether of the old landlords. On the basis of contributions that methodological outline a debate about the transformations that have occurred in the rural world addressing the transformation from the modernization of agriculture, as well as the emergence of entrepreneurs, the example of Florestan Fernandes (1963) and Mary of Nazareth Wanderley (2011), Cunha (2009) and Maia (2013) that are forcing us to agribusiness sertanejo, (re) pecuarização and the conversion of production, which will be present in that we treat as land use change and transformation of the countryside.

Keywords: Rural Entrepreneurs; Transformation of the Countryside; Semiarid; Productive restructuring.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - A microrregião do Cariri Ocidental Paraibano com destaque para os municípios estudados	14
Figura 02 - Perfil do Facebook do Sr. Clécio Tomé.....	54
Figura 03 - Comercialização em perfis de redes sociais	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Perfis dos “empresários rurais” entrevistados.....	34
Quadro 02 – Trajetórias a partir dos perfis identificados.....	36
Quadro 03 – Demonstrativo geral das atividades agropecuárias desenvolvidas nos Municípios por empresário rural	45
Quadro 04 – Associações e sindicatos que os empresários rurais são filiados	63
Quadro 05 - Órgãos de assistência técnica e/ou ONGS que auxiliam os empresários rurais no tocante ao fornecimento de financiamentos e assistência rural.....	73

LISTA DE SIGLAS

ACCS - Associação de Criadores de Caprinos de Sumé

ACCOSB - Associação de Criadores de Caprinos de Serra Branca

AGUBEL - Usina de beneficiamento do Leite

AMUABAS – Associação dos Moradores e Usuários das Águas da Bacia do Açude de Sumé

ASA – Indústria e Comercio Ltda.

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

CAPRIBOM - Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro

COOPAGEL – Cooperativa dos Profissionais em Atividades Gerais

COOPERAVES - Cooperativa Agroindustrial Regional de Avicultores

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMEPA- Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba

GTA - Guia de Trânsito Animal Eletrônica

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNCF - Programa Nacional de Credito Fundiário

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Perímetro Irrigado de Sumé

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

PNCF - Programa Nacional de Credito Fundiário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO 1	
CONHECENDO OS EMPRESÁRIOS RURAIS – UMA DISCUSSÃO	
CONCEITUAL	19
1.1 Modernização da Agricultura	20
1.2 O Empresário Rural na Literatura	25
1.3 Esforços de Modernização no Cariri Ocidental Paraibano	27
CAPÍTULO 2	
QUEM SÃO OS EMPRESÁRIOS RURAIS? RELAÇÕES COM A TERRA,	
PRÁTICAS PRODUTIVAS E PAPÉIS SOCIAIS	32
2.1 Desenho da Pesquisa	32
2.2 A noção de Trajetória	34
2.3 Arranjos Produtivos Adotados pelos Empresários Rurais do Cariri	
Ocidental Paraibano	44
2.4 Atividades Produtivas e Empreendimentos fora do Rural	48
2.5 Processos Mercantis – Formas de comercialização	49
2.6 Rotações de recursos entre uma atividade e outra	57
2.7 Relações de trabalho e mão de obra	59
CAPITULO 3	
RETORNO DE INVESTIMENTOS? PENSANDO EM NOVAS	
RELAÇÕES QUE O GRUPO DE “EMPRESÁRIOS RURAIS”	
ESTABELECE COM A TERRA	65
3.1 O empresário rural e a formação de um novo “Ethos” social	65
3.2 Acesso a políticas públicas e assistência técnica no Cariri Ocidental	
Paraibano	70
3.3 O interesse pela terra e o retorno de investimentos	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERENCIAS	88
ANEXOS	92

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o semiárido nordestino vem sofrendo grandes transformações sociais, sendo palco, também, de processos de mudança ambiental, mudanças essas que impactam diferentemente os grupos sociais e que permitem inclusive a emergência de novos atores no mundo rural, num contexto de expansão da atividade pecuária e de retração das áreas destinadas à agricultura (NUNES, 2011).

O presente trabalho insere-se no esforço de compreender os diferentes fatores associados à expansão da agropecuária no Cariri Paraibano¹, com implicações em termos da busca por novas formas de desenvolvimento, de organização e de produção do espaço agrícola, que desde muito tempo vem sendo pensado por muitos como uma área frágil e limitante no que se refere ao desenvolvimento humano.

No Cariri Ocidental Paraibano, são passíveis de observação alguns esforços de modernização da atividade agropecuária, protagonizados pelo que estamos chamando de empresários rurais. Esses novos atores do mundo rural desenvolvem variadas atividades agropecuárias em suas propriedades rurais, diferenciando-se dos agricultores familiares e dos antigos latifundiários.

É possível notar algumas iniciativas que são tomadas não só por antigos latifundiários, ou derivados da agricultura familiar, mas também por novos agentes/atores, que buscam oportunidades de investimento na atividade agropecuária, incluindo novas relações de produção, novos processos de desenvolvimento, a partir de uma nova lógica produtiva.

A década de 1980 foi marcada por um forte sentimento de crise regional no semiárido nordestino. O fracasso das políticas de combate à seca e a ineficácia dos perímetros irrigados denunciam a falência do projeto de desenvolvimento anterior e determina a emergência de um novo projeto de modernização (CUNHA, MARQUES 2010). Tal decadência do sistema que até então estava em vigor traz a implementação de outras políticas que possam promover de forma mais eficiente o desenvolvimento da atividade pecuária. É na década de 1990 que aparecem com mais frequência os esforços de modificação do espaço, reconstrução de

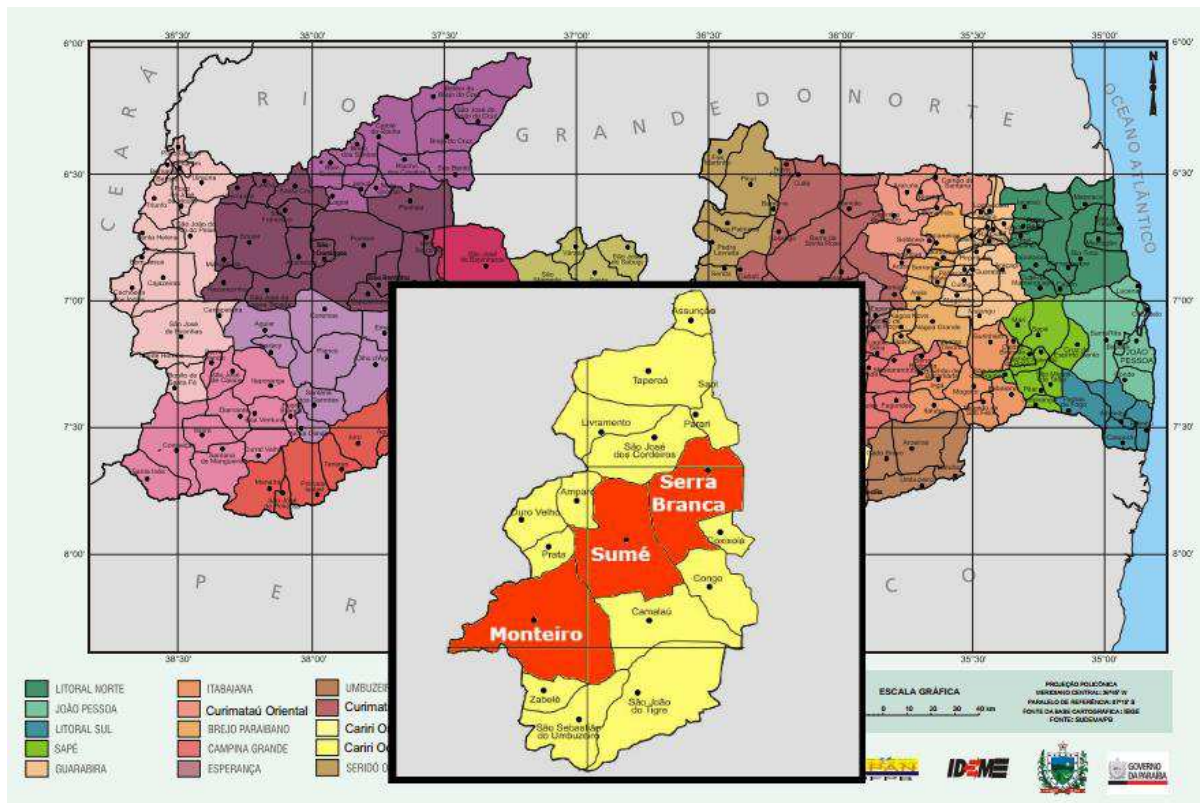
¹Situado na parte Centro-Sul da Paraíba, o Cariri representa uma vasta porção do território do Estado – cerca de 25% - ocupando aproximadamente 15.500 km²; ele conta com uma população de apenas 290.000 habitantes, com forte predominância da população rural (72,6%) e numa densidade particularmente fraca: menos de 19 hab/km² (média do Estado: 49 hab/km²) .(IBGE 1980. Censo Demográfico. Apud DUQUÉ, Ghislaine. Jan. 1984/Dez.1985)

projetos políticos e esforços de modernização, influenciando nas dinâmicas atuais de desenvolvimento de novas políticas públicas.

O semiárido tem sua importância para a pesquisa, devido aos esforços realizados na região para a constituição de uma cadeia produtiva moderna de criação de caprinos e ovinos e de processamento de seus produtos (CUNHA, 2009). Além disso, a chamada reabilitação da pecuária, traz diversas transformações discursivas como a de um novo projeto de modernização para o semiárido e processos de mudança ambiental, remetendo também “às reconversões produtivas que em suas aplicações remetem às dinâmicas do mundo rural, à descrição de transformações no uso do solo para fins de produção agropecuária.” (CUNHA, 2009).

Algumas pesquisas já foram realizadas no Cariri Paraibano abordando de maneira especial os novos meios de produção e desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o estímulo da atividade agropecuária familiar, trazendo a tona os novos investimentos nesta atividade, que crescem com bastante intensidade. Para analisar esses novos atores, que estão inseridos no mundo rural instituindo novas relações de produção e expansão no Cariri Paraibano, a pesquisa será realizada em alguns municípios situados na microrregião do Cariri Ocidental Paraibano, por considerarmos que nesses municípios os esforços de modernização estão voltados para uma prática de atividades agropecuária diferenciada, que busca oportunidades de investimento e inovação. À exemplo disso temos as cidades de Serra Branca, que contam 13.101 habitantes, distribuídos em 738 km² de área; Sumé com 16.060 habitantes e uma área de 838,071 km²; e Monteiro, contendo uma área de 1.009,90 km² e população de 30.852 habitantes, segundo o Censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de geografia e Estatística) 2010. A figura a seguir identifica no mapa a localização dos municípios estudados.

Figura 01 – A microrregião do Cariri Ocidental Paraibano com destaque para os municípios estudados.



Fonte: Ideme.pb.gov.br/microrregiões, com interferência da autora, para destaque dos municípios da microrregião do Cariri Ocidental Paraibano.

De maneira especial, podemos analisar a emergência ou consolidação de um grupo social no Cariri Ocidental Paraibano, identificado como empresários rurais que congrega proprietários com múltiplas trajetórias, como herdeiros de terra, servidores públicos que não provém do rural, mas que adquirem terras para a produção, aposentados e comerciantes que apresentam como elemento comum uma relação com a terra que é distinta tanto do antigo latifúndio, como da agricultura familiar. Nesse contexto, as dinâmicas de reconversões produtivas engendradas precisam ser melhor analisadas. É importante entender porque pessoas que não operam na base da agricultura familiar e que também não são antigos latifundiários passam a se interessar pelo meio rural, pessoas que muitas vezes não derivam de famílias com tradições rurais nas cidades de Serra Branca, Sumé ou Monteiro, mas que têm um estilo de vida específico que as diferencia tanto do produtor familiar que é assistido por programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como do grande produtor herdeiro de família influente que também venha a fazer parte desse novo cenário.

É importante observar quem são esses novos atores, qual a atividade desenvolvida por eles além da agropecuária, qual o tamanho de suas propriedades e quais as relações de trabalho desenvolvidas em seus empreendimentos produtivos, além do interesse dos mesmos pela terra utilizada como uma forma de investimento que complementa outro tipo de atividade na maioria das vezes fora do espaço rural.

Partindo do pensamento de Fernandes (1981), podemos dizer que esses novos agentes encaram a empresa agrária em termos estreitamente mercantis e possuem interesses econômicos comuns, que fazem com que os empresários rurais assumam papéis diferenciados tanto no campo como na cidade.

Segundo Wanderley (2011), os empresários rurais têm uma posição privilegiada nesta estrutura, na medida em que são eles os agentes imediatos da captação dos excedentes agrícolas à destinação dos setores dominantes, através do que sedimenta a base material de sua própria reprodução social. Ainda que o trabalho não siga exatamente essa formulação, buscamos chamar atenção para as conexões entre esse modo de organização da produção com processos de modernização.

Um exemplo desse produtor que podemos observar em um primeiro momento é o Sr. Roberto Carlos, que é comerciante, não tem uma trajetória de vida no campo, nem provém de uma família camponesa, nem é natural da cidade de Sumé, mas se interessou pelas atividades rurais, adquirindo terras na zona rural da cidade para o cultivo e criação de caprinos e ovinos, além de outros agentes como grandes empresários e aposentados que adquirem propriedades nos municípios citados anteriormente para investir na produção agropecuária.

Temos como objetivo analisar a emergência e as novas relações sociais engendradas na atividade agropecuária associadas à consolidação de um grupo de indivíduos que estamos chamando de empresários rurais, enfocando a região do Cariri Ocidental da Paraíba. É preciso entender como esse grupo social surge nesse cenário, ressignificando e desenvolvendo lógicas produtivas e novas relações de produção, além de buscar identificar, através da pesquisa de ordem qualitativa, o que leva alguns produtores empresariais a investirem na agropecuária, de maneira a investirem em novas formas de produção, tendo a terra como uma forma de investimento. E ainda problematizar como as políticas de desenvolvimento existentes podem contribuir para um agir diferente no campo da pecuária para os produtores empresariais e a relação com outras atividades, elencando algumas transformações ocorridas no mundo rural a partir do surgimento de novas relações produtivas.

Por ter crescido no Cariri Ocidental, especificamente na cidade de Sumé, tenho visto a constituição de um grupo de empresários rurais, diferenciados dos antigos latifundiários

(ainda que possam manter com estes laços de parentesco ou econômicos), que tomam a agropecuária como uma forma de investimento, propiciada pela aquisição de terras. Estes novos atores se diferenciam do modelo de agricultura familiar² que é tida como uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho, onde são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

Essa pesquisa foi realizada particularmente em alguns municípios situados no Cariri Ocidental Paraibano como Serra Branca, Sumé e Monteiro, partindo do pressuposto de que essa consolidação do grupo social dos empresários rurais vem se tornando relevante. Partimos da hipótese de que a nova relação que esses produtores rurais estabelecem com a terra (para a região estudada) pode ser pensada em termos de uma orientação ao mercado, racionalização dos processos produtivos e retorno de investimentos. A realização da pesquisa nesses três municípios que compõem o Cariri Ocidental Paraibano se justifica devido a necessidade de se analisar esse novo grupo social, que como dito anteriormente, vem se tornando relevante nessa região por adquirirem terras como forma de investimento para a prática agropecuária.

Como aporte metodológico, destacamos Alberti (2005), que enfatiza a escolha dos entrevistados de maneira a ser orientada a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência, “devendo, portanto selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos”. A pesquisa foi realizada junto a 12 empresários rurais dos municípios citados, distribuídos da seguinte maneira: três no município de Serra Branca; quatro em Sumé e cinco no município de Monteiro. A escolha dos entrevistados se deu, pela representação de diversidade de situações levantadas em pesquisa exploratória.

O desenho de pesquisa enfatizou a abordagem qualitativa, através de entrevistas abertas e semiestruturadas. Acreditamos que esse tipo de entrevista, por ser mais livre, pôde proporcionar aos entrevistados mais liberdade em suas falas e assim podemos explorar melhor

²Segundo a lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares rurais considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, a alguns requisitos como não deter, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

os depoimentos coletados, não impedindo a nossa intervenção, como pesquisador, para trazer aos informantes assuntos que pretendíamos investigar. As entrevistas foram realizadas apenas com produtores empresariais.

A escolha do tipo de entrevista é de extrema importância, esta que deve estar de acordo com os propósitos da pesquisa, assim como definidos em relação ao tema e a questão que se pretende investigar, sendo, portanto aqui, uma entrevista temática, pois foram enfatizadas trajetórias de vida, processos mercantis e relações com a terra, o que Alberti (2005, p. 37-38) destaca como sendo:

[...] aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido...a escolha das entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos.

Através da observação investigamos, também, esses atores/agentes em suas práticas, e as relações estabelecidas com outros grupos sociais. Foram realizados dois encontros com alguns dos produtores, em momentos distintos, sendo que pelo menos uma delas em suas propriedades rurais. É importante ressaltar que muitos desses empresários não moram nas propriedades e desenvolvem outras atividades econômicas.

Dentro do quadro do que denominamos como empresários rurais tem-se um grupo que é diversificado em relação a suas práticas produtivas, organização e trajetórias, especialização, uso e apropriação da terra, formação técnica, tamanho da propriedade, relações com a mão de obra, além das diversas atividades desenvolvidas fora do rural. Nessa pesquisa, foi possível a observação de perfis diferenciados de empresários rurais, em cada um dos municípios onde se realizou a pesquisa de campo, no Cariri Ocidental da Paraíba. Em Sumé, encontramos comerciantes que não são antigos latifundiários, nem têm uma trajetória de vida no rural, mas que adquiriram terras com recursos próprios para a criação de caprinos, ovinos e bovinos, além de culturas agrícolas. Já no município de Serra Branca, observa-se um grupo de “atores” que tem a terra como herança de família, o que não é um caso geral, e que compra as terras para a criação de gado, culturas agrícolas, entre outros, para a comercialização. No município de Monteiro, vemos que existe a compra da terra com recursos adquiridos em outro tipo de atividade não rural. Estes produtores não operam na base da agricultura familiar, ou não são oriundos de uma família camponesa, mas se interessaram pelo rural, principalmente pela criação de equinos e a prática esportiva da vaquejada. Ainda assim, é possível encontrar pessoas que adquiriram a terra como herança, que cultivam nas

mesmas, mas que exercem outras atividades fora do rural e continuam a comprar outras propriedades. Tal fato leva-nos a frisar o que destaca Fernandes (1981) quando afirma que os empresários rurais têm papéis econômicos na economia urbana que não nascem das empresas agrárias, e vice-versa, são atores/agentes que defendem os seus interesses de mercado, colocando em prática os interesses econômicos, adquirindo papéis econômicos na economia agrária. Os tamanhos das propriedades variam de 160 ha a 300 ha em Serra Branca, de 07 ha a 400 ha em Sumé, chegando a 500 ha no município de Monteiro.

Através das entrevistas pretendeu-se entender como esse grupo se forma no Cariri Ocidental Paraibano, tendo a terra como investimento, se destacando em suas praticas produtivas e exercendo novos papéis no mundo rural. Nesse contexto, pretendemos entender as trajetórias, formas de aquisição de propriedades, como e porque escolheram as mesmas, formas de assalariamento e relações de trabalho, formas de assistência técnica, além das atividades que desenvolve, entre outros.

Foi-se realizada uma categorização dos produtores empresariais, traçando um perfil destes na região. Vamos investigar a organização do espaço produtivo, assim como também realizar uma revisão de literatura.

O texto escrito ao final obedece à seguinte estrutura. No primeiro capítulo será apresentada uma discussão conceitual, buscando descrever o que denominamos como “empresários rurais”, trazendo discussões recentes de literaturas que abordam diversos conceitos que nos ajudam a pensar em transformações e novas formas de produção no espaço rural e principalmente no Cariri Ocidental Paraibano. No segundo capítulo faremos uma descrição e análise das estratégias empreendidas pelos empresários rurais, além das atividades exercidas no meio rural, organização e trajetórias, especialização, uso e apropriação da terra, formação técnica, tamanho da propriedade, relações com a mão de obra, entre outros.

No terceiro e ultimo capítulo, observamos quais as atividades desenvolvidas por esse grupo, além da agropecuária, qual o interesse dos mesmos pela terra utilizada como uma forma de investimento que complementa outro tipo de atividade, desenvolvida, na maioria das vezes, fora do espaço rural, em um esforço de tentar entender como esses novos atores/agentes tomam a terra como investimento, destacando-se em suas práticas produtivas e exercendo novos papéis no mundo rural, além das relações estabelecidas com outros grupos sociais.

CAPITULO 1

CONHECENDO OS EMPRESÁRIOS RURAIS – UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

As discussões recentes sobre as transformações do mundo rural (WANDERLEY, 2000; MAIA, 2013), as políticas de desenvolvimento rural (CARVALHO, 1988; SILVA, 2012; DELGADO, 2014; CUNHA, 2010) e as novas dinâmicas produtivas no campo direcionam a atenção de muitos pesquisadores para o estudo de novos agentes/atores protagonistas desses processos sociais sendo destacados como novos agentes agrários e econômicos que se integram ao mercado com novas técnicas de produção que não diferem totalmente dos antigos padrões, mas se inserem no que Maia (2014, pág. 56) destaca como “transformações sociais, econômicas e técnicas que têm sido vivenciadas nas médias e grandes propriedades rurais do semiárido nordestino” e também em pequenas propriedades.

Por outro lado, a literatura enfatiza também a emergência de novas formas de produção e organização social no espaço rural que diferem daquela tida nos anos 1940 ou até mesmo 1960, que Szmrecsányi (1983) destaca como décadas em que inexisiam fortes interesses agrários necessitados de máquinas, implementos e insumos industriais. Mas o que vemos a partir do final da década de 1990 são grandes transformações políticas, econômicas e sociais no campo brasileiro, onde se destaca o avanço do agronegócio (Silva, 2012), a emergência e consolidação de pequenos produtores como a agricultura familiar e outras.

Maia (2013) introduz a noção de “agronegócio sertanejo” “como um modelo social e produtivo resultante dos esforços de modernização adotados nas propriedades rurais do semiárido nordestino que expressam a reorganização do setor agropecuário regional após a crise do latifúndio a partir de finais da década de 1970”.

Podemos dizer que esse novo sistema, que estamos chamando de “agronegócio sertanejo”, constitui-se a partir de atitudes costumeiras e valores adquiridos, que sobrevivem ao desaparecimento ou mesmo à desagregação do antigo sistema produtivo e econômico do Nordeste semiárido baseado no tripé algodão/pecuária/culturas de subsistência, mas também pela incorporação de novas estratégias sociais, econômicas e produtivas. (MAIA, 2014. Pág. 144)

Alguns estudos nos fazem refletir também sobre o novo processo chamado de (re) pecuarização, que é um meio privilegiado de compreender os significados materiais e simbólicos de processos sociais e ambientais vivenciados no semiárido nas duas últimas décadas (CUNHA, 2009). Esse termo nos traz a compreensão de que a prática da pecuária nos últimos anos passou a receber estímulos através de políticas públicas de incentivo, voltadas especialmente para a agricultura familiar, na forma fortalecedora dos financiamentos aos

agricultores familiares e grandes produtores, uma prática distinta dos antigos modelos latifúndio/pecuária, mostrando o esforço de modernização desta atividade na região.

Na microrregião do Cariri Ocidental Paraibano, que envolve os municípios de Serra Branca, Sumé e Monteiro, municípios numa região de clima semiárido, é possível perceber tanto a emergência de atores/agentes, quanto de novas formas de produção e organização social, com ênfase para dinâmicas e políticas relacionadas a agricultura familiar. Uma lacuna nessa literatura, porém, refere-se ao que estamos entendendo “empresário rural”, que nesta região, se diferencia do agricultor familiar, mas não pode ser enquadrado na lógica do grande agronegócio.

Podemos falar de transformações sociais mais gerais que nos levam a pensar em novas formas de relação social no espaço rural, como também no surgimento de novos atores/agentes, que ocuparão um lugar especial no debate sobre a passagem do predomínio do latifúndio para a forte presença de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, anteriormente via perímetros irrigados, e, no caso do Cariri Ocidental da Paraíba, particularmente voltadas para o incentivo da caprinovinocultura leiteira a partir de finais da década de 1990.

1.1 Modernização da Agricultura

Sabe-se historicamente que foi nos anos 1950 que vários debates intelectuais problematizaram a noção de modernização. Não é nossa intenção estender aqui esse debate, apenas destacar que a partir desta época tem-se uma “demarcação” de modernização, com surgimento principalmente de políticas desenvolvimentistas.

A partir dos anos 50 o modelo de expansão capitalista, baseado no crescimento e no desenvolvimentismo, passam a orientar os projetos de intervenção pública. A necessidade de transformar as atividades produtivas, através da conversão industrial colocou em evidência o semi-árido como região atrasada e vulnerável, um obstáculo à consolidação do estado nação. Contudo, o esforço desenvolvimentista não conseguiu mudar a pirâmide do poder, nem alterar a concentração de riquezas. Os órgãos públicos criados para combater os problemas da região foram colocados em disputas de poder pelos grupos dominantes, agravando ainda mais as desigualdades em termos de espaço – rural/urbano - e atores – elites urbanas e rurais, trabalhadores do campo e da cidade, políticos e gestores públicos. (GOMES e MENESES, 2010).

Contudo, Carvalho (1988) destaca que:

[...] a agricultura brasileira, especialmente a partir dos anos 60, teve suas relações com a indústria substancialmente alteradas, subordinando-se seu desenvolvimento

ou sua modernização às necessidades da indústria. Dir-se-à também que a agricultura “se industrializou”, o que foi feito com base não apenas na grande produção capitalista como no apoio da pequena produção, uma “reinvenção” do capital que, ao absorver grande parte dos custos de produção, contribui para aumentar as margens de lucro da grande empresa agropecuária, explorada em bases essencialmente capitalistas.

Este debate leva-nos a pensar nos chamados “graus de desenvolvimento” pelos quais a agricultura brasileira teve que passar em todos os momentos da história até os nossos dias. “O desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global.” (WANDERLEY, 2004, p.43). Sendo que esse novo patamar que destaca a autora não fez com que a modernização no setor agrícola ocorresse de forma homogênea, mas de forma a aperfeiçoar em alguns casos o que Carvalho (1988) destaca como “caráter capitalista das relações de produção prevalentes nas grandes empresas” de forma a aumentar o grau de capitalização de pequenas unidades de produção vinculadas de maneira mercantil às grandes empresas.

A criação do BNB³, dotado, no período, de condições para operar basicamente com crédito agrícola e realizar limitadas aplicações de crédito industrial, restrita ao Polígono das Secas, reforçava, por outra parte, os esquemas tradicionais de acumulação dos segmentos de classes ligados às atividades comerciais de acumulação dos segmentos de classes ligados às atividades comerciais, agropastoris e agroindustriais – neste caso, notadamente, as indústrias de beneficiamento de algodão e de produção de óleos vegetais-, e não atrapalhava a penetração e a expansão do capital comandado pela burguesia industrial do Centro-Sul. Em vista disso, o BNB seria, nesse período, “a última instituição estatal capturada pela oligarquia agrária algodoeiro-pecuária; [...] (Carvalho, 1988, p. 222).

Segundo esse autor, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) foi criado pela oligarquia algodoeiro-pecuária, que, naquele momento, exercia grande domínio sobre o Estado na região, preservando relações de produção e conseguindo manter uma “paz agrária” que a oligarquia açucareira não pôde alcançar. (CARVALHO, 1988, p. 221).

Martine (1991) destaca que a segunda metade da década de 1980 foi semeada de grandes vitórias para aqueles que defendem a intensificação da “modernização” do campo via valorização da agricultura empresarial, via consolidação do direito inalienável da propriedade privada e via integração crescente dos capitais financeiro, comercial, industrial e agrícola.

³A Lei nº.1649 de 19/07/1952 criou o Banco do Nordeste do Brasil S.A. com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da região Nordeste que, assolada pelas constantes secas e pela escassez de recursos estáveis, carecia de um organismo financeiro capaz de estruturar sua economia. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/321>

Esse autor destaca três fases mais recentes da modernização que seriam: 1) a modernização conservadora (1965-1979), quando ocorre a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando à “modernização conservadora”, com a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola; 2) momento de crise e retração (1980-1984), esse período apresentou mudanças significativas na trajetória da estrutura e das relações de produção em comparação com a fase anterior de modernização, pois é destacado pelo autor que no final da década de 1970 o financiamento de crédito subsidiado fraquejou e entrou definitivamente em crise a partir de 1980, foi na retração que pela primeira vez desde o início da fase de industrialização da agricultura que voltou a crescer o número de pequenos estabelecimentos agrícolas; e 3) o momento da recuperação e das supersafras (1985-1989), após 10 anos em que a produção e produtividade agrícola estiveram praticamente estagnadas, o último semestre de 1984 marcou o início da recuperação econômica, sustentada pelos incentivos à exportação do setor industrial que, a essa altura, já apresentava grande capacidade ociosa.

[...] na grande maioria dos países desenvolvidos, desde o período do pós-guerra, o modelo de desenvolvimento agrícola teve como objetivo principal assegurar a auto-suficiência em produtos agrícolas, especialmente em produtos alimentares. Conseqüentemente, as políticas adotadas tinham como prioridade o aumento da eficiência deste setor produtivo, que se expressou na implantação do modelo produtivista da modernização agrícola, cuja base era a adoção de sistemas intensivos de produção e a crescente integração à complexa economia de mercado.(WANDERLEY, 2000, p. 94)

Em meio aos debates sobre a modernização do campo, é possível observar que o rural como um espaço permeado por diferentes atores passa por constantes mudanças, o mundo rural se transforma. Como destaca Wanderley (2004), a modernização vai redefinir, sem anular, as questões referentes à relação campo-cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à sua importância social.

Assim como a autora, outros estudiosos destacam a modernização do campo. Brandenburg (2010) ressalta (sem concordar com essa posição) que alguns pesquisadores defendem a tese de que o rural está em processo de desaparecimento à medida que a modernização e a industrialização dos espaços produtivos destroem as formas de organização social da agricultura camponesa ou familiar. Wanderley (2000) ao abordar a emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas destaca as transformações recentes do meio rural e das relações deste com o meio urbano. Pois o rural também é visto como um espaço singular que não se confunde com o espaço urbano.

O debate campo versus cidade resulta de novas dinâmicas sociais, econômicas, culturais, entre outras. Em termos metodológicos, tem-se a necessidade de que os dois operem juntos, pois não se pode pensar o rural de maneira isolada, mas como um espaço passível de transformação. Como destaca Wanderley (2000), “o rural não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma”.

No Brasil, o meio rural foi, historicamente, percebido como sendo constituído por “espaços diferenciados”, que correspondem a formas sociais distintas: as grandes propriedades rurais – fazendas e engenhos- e os pequenos agrupamentos – povoados, bairros rurais, colônias, etc. (Wanderley, 2004, p. 84).

Dessa maneira, a autora se refere à constituição das relações campo/cidade, e o que ela coloca como as relações entre o que é agrícola e o que é rural, baseando-se principalmente na história do povoamento brasileiro que retrata Antônio Candido em sua obra intitulada: “Os parceiros do Rio Bonito”⁴ de 1964 e a agricultura de origem colonial.

Para Schneider (1997), a dicotomia rural versus urbano foi substituída por uma nova concepção que via os agricultores como atores de uma determinada propriedade ou comunidade local, que respondiam racionalmente aos estímulos das novas técnicas agrícolas. Dentro do mesmo debate, Mingione e Puglisse (1982) trazem uma discussão crítica da dicotomia urbano/rural, destacando que desde o início dos anos 1970 se tem discutido a validade dessa dicotomia tanto do ponto de vista da sociologia rural como da sociologia urbana, tendo-se chegado ao consenso generalizado de que não deve atribuir-se a essa dicotomia um valor interpretativo, mas aceitar como forma convencional de agregar questões.

Nesse contexto, destacamos o chamado rural tradicional que traz a ideia de uma vida social baseada nas relações de vizinhança, compadrio, sentimento de pertença, tendo o camponês como o principal ator, além das atividades de lazer, festividades e manifestações culturais que vão estar voltadas para a Igreja, chegando a formar sedes de núcleos ou povoados. A agricultura está voltada para a família como forma de satisfação de necessidades como destaca Brandenburg (2010):

“As condições estruturais vão fazer com que os agricultores desenvolvam uma agricultura voltada prioritariamente para o abastecimento da família, de forma a satisfazer as suas necessidades vitais, ou de dieta alimentar. Os estudos sobre campesinato tradicional, cuja designação regional difere (colonos, caipiras, sitiantes,

⁴A obra traz aspectos sociológicos dos meios de vida do que o autor denomina de vida do caipira paulista. Estudo iniciado em 1947 com término em 1954.

agregados), mostram que os sistemas agrícolas eram diversificados, voltados à reprodução física e social da família.”

Na agricultura familiar tradicional eram desenvolvidas diversas técnicas agrícolas, acumulando experiências com a utilização e o manejo de recursos naturais. A vida em comunidade leva a uma relação homem-natureza e a um ajustamento do “habitat”, os membros raramente se deslocam para as cidades, a comercialização é feita de maneira mais lenta. Além disso, se tem um sentimento de reprodução social da família, um sentimento de preservação do espaço, patrimônio, mesmo que as relações sociais sejam diferenciadas deve-se entender o espaço rural com suas diversas representações, que também vão se transformando com o tempo.

Já o rural moderno seria a transição do rural para o urbano, podemos dizer que seria a transição da forma de vida do camponês tradicional como um trabalhador urbano, mas que em determinados casos não “abandona” o meio rural. Levando em consideração a modernidade que, com o passar dos tempos, exige que as pessoas sigam determinados percursos, como destaca Brandenburg (2010), “quando a sociedade se moderniza e impõe seu ritmo e seu padrão de vida no campo, as condições de vida camponesa se redefinem, a vida social em comunidade se reorganiza”.

É possível identificar que as transformações existentes, em alguns casos, ajudaram a melhorar as condições de vida social, a estrutura e organização. Em Wanderley (2000), é destacado que “o desenvolvimento industrial, na medida em que se concentrou nos espaços urbanos, reiterou a estreita identificação entre a atividade agrícola e o meio rural”.

Contudo, conforme Wanderley (2000), não resta dúvida que as sociedades rurais tradicionais sofreram um intenso processo de transformação; perderam a autonomia relativa que possuíam e se integraram econômica, social e culturalmente à sociedade “englobante”. Para essa autora, a superação do tradicional passa pelos processos de industrialização e de urbanização.

Sabemos que é a partir das relações paternalistas da sociedade patriarcal que a estrutura social rural se constituiu no Brasil. Segundo Bursztyn (1984,) o paternalismo se torna um mecanismo ideológico e social fundamental para contrabalançar o autoritarismo tanto do Estado quanto do patriarca local. Que vai mudar segundo o autor a partir do governo Vargas, quando o Estado começa a transformar o que ele chama de caráter autoritário por omissão em autoritário ativo, através da intensificação do intervencionismo. Além disso, é destacado o cooperativismo que faz com que os agricultores busquem por interesses de maneira coletiva, pois, como destaca o autor, este “isolado” não pode sozinho plantar, colher,

vender comprar, pedir crédito, melhorar sua cultura e suas técnicas, mas em grupo isso se torna possível.” (BURSZTYN, 1984, p.49).

A cooperativa transformou homens isolados em empresários. (...) O associado de uma cooperativa é duplamente empresário: administra a sua empresa familiar, qualquer que seja ela, e participa de uma empresa de caráter grupal coletivo e comunitário que responde às suas necessidades”. (BURSZTYN, 1984).

Dessa maneira, Bursztyn destaca que o cooperativismo nos primórdios do século XX não visava a destruição da estrutura latifúndio-minifúndio, mas “sim dar-lhe maior respaldo”, não deixando de ser para esse autor um “importante instrumento de modernização capitalista em termos de estrutura produtiva, mas como um instrumento conservador das relações sociais de produção.” (BURSZTYN, 1984, p.56)

As dinâmicas agrárias no rural brasileiro foram ainda impactadas pela intensificação de ações de reforma agrária, com a criação de assentamentos rurais por meio de desapropriação de terras a partir da década de 1980 e através da compra de terras via crédito fundiário a partir de década de 2000. Estas ações não transformaram a estrutura agrária brasileira, mas tiveram forte impacto em algumas regiões. Segundo Silva (2012), “antes, pela lei, qualquer latifúndio podia estar sujeito à desapropriação. Mas a aprovação da categoria “latifúndio improdutivo” é ampla e complexa, e deu margem aos latifundiários recorrerem e impedir as desapropriações, bem como a burocratização”.

Com essas mudanças na Constituição, quatro anos depois, durante o governo Itamar Franco, foi aprovada a chamada Lei Agrária (Lei 8.629/1993), pela qual as propriedades no Brasil foram reclassificadas: Minifúndio – dimensão menor que o módulo rural fixado por município; Pequena propriedade – dimensão entre 1 a 4 módulos rurais; Médias propriedades – dimensão entre 5 e 15 módulos rurais; Grandes propriedades – dimensão superior a 15 módulos rurais. (MORISSAWA 2001, p.110, apud SILVA 2012, p.88).

No entanto, mesmo com a reclassificação, o latifúndio permaneceu na base do poder dos proprietários que de alguma maneira exerciam um controle sobre a terra. Dados mostram que cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios, ou seja, tem mais de mil hectares e ocupam 56,7% das terras agriculturáveis de acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

1.2 O Empresário Rural na Literatura

O empresário rural difere do camponês. Os primeiros são tidos como novos agentes agrários e econômicos, se integrando ao mercado com novas técnicas de produção. Fernandes

(1981) destaca que eles seriam aqueles que dirigem a empresa agrária. Inseridos ainda nas chamadas elites econômicas que no momento em que o autor escreve, estão presentes tanto no campo como na cidade, defendendo os seus interesses de mercado e colocando em prática os interesses econômicos.

Os empresários rurais têm uma trajetória na literatura que passa por autores como Maria de Nazareth Wanderley e Florestan Fernandes, ao abordarem que as novas transformações remetem a um capitalismo agrário, com novas relações de produção e de trabalho, surgindo à chamada “empresa rural” denominada capitalista, e o empresário rural. Deste modo, Wanderley (2011) destaca:

“Os empresários rurais têm uma posição privilegiada nesta estrutura, na medida em que são eles os agentes imediatos da captação dos excedentes agrícolas à destinação dos setores dominantes, através do que sedimentam a base material de sua própria reprodução social.”

Sobre a empresa rural, Fernandes (1981) aborda que a mesma é montada para gerar crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural externo, preenchendo a função de ser um meio para outros fins sociais e políticos, não estando ainda, polarizada em torno do crescimento econômico e do desenvolvimento sociocultural do campo.

Barcellos, Lampert, Grundling e Canelas (2010) ao abordarem sobre a empresa rural do século XXI no contexto do agronegócio brasileiro, destacam que os recursos existentes em uma empresa rural variam de acordo com as características das atividades exercidas no espaço onde a mesma se encontra. Na pecuária de corte, por exemplo, os recursos utilizados podem ser os animais, as pastagens, as máquinas e os implementos a serem utilizados. Já as empresas dedicadas à agricultura dependem de insumos como fertilizantes, suplementos, sementes, entre outros, para que os níveis de produção e produtividade desejados possam ser alcançados. Ainda que o trabalho não siga exatamente essa formulação, buscamos chamar atenção para as conexões entre esse modo de organização da produção com processos de modernização, tendo ainda o intuito de estudar o empresário rural como transformador do espaço, trazendo uma nova lógica empresarial, especialmente para o Cariri Paraibano e as formas de produção em termos capitalistas.

Partindo do pensamento de Fernandes (1981), podemos dizer que esses novos agentes encaram a empresa agrária em termos estreitamente mercantis e possuem interesses econômicos comuns, que fazem com que os empresários rurais assumam papéis diferenciados tanto no campo como na cidade. No caso desse estudo, encontramos indivíduos e estabelecimentos que têm em comum a organização da produção em uma lógica capitalista

com diferentes características em cada uma das cidades pesquisadas, localizadas no Cariri Ocidental Paraibano. Dentre os perfis encontrados em pesquisa exploratória, temos herdeiros de terras, servidores públicos que não provem do rural, mas que adquirem terras para a produção, aposentados e comerciantes que apresentam como elemento comum uma relação com a terra que é distinta tanto do antigo latifúndio, como da agricultura familiar.

As propriedades têm entre 07 ha a 100 ha, podendo algumas delas chegar a 500 ha. Muitas delas foram adquiridas com recursos acumulados em outras atividades que não provém do rural, algumas ainda são herança de família, sendo que em alguns casos as mesmas foram vendidas a terceiros, e adquiridas mais tarde por um herdeiro que volta ao seu lugar de origem (ou dos pais) e compra essas terras para a produção com a renda arrecadada em outra atividade fora do espaço rural e até mesmo em outros estados. À exemplo temos o caso do Sr. Ivo Honorato que saiu da propriedade dos seus pais ainda jovem, dirigindo-se para outro Estado onde se especializou em uma profissão e ao se aposentar voltou para o seu lugar de origem, comprando as terras que eram dos seus pais para a produção agrícola e pecuária. O que nos leva a entender a origem do capital. Esses novos agentes adquirem as terras na maioria dos casos com recursos adquiridos em outras atividades, fora do rural, se interessam por esse meio e adquirem propriedades para a produção.

1.3 Esforços de Modernização no Cariri Ocidental Paraibano

O Nordeste é marcado por secas prolongadas que refletiram na produção econômica, sendo palco de discursos voltados para o “planejamento de estratégias capazes de resolver os problemas relacionados às secas, assim como buscar alternativas para desenvolvimento da região sob diferentes aspectos” (VIEIRA, 2014).

Neste momento, “a irrigação é vista como um progresso de técnicas e ampliação de possibilidades que permitam o crescimento principalmente econômico de uma sociedade tida como atrasada como o Nordeste” (VIEIRA, 2014). Carvalho (1988, p. 361) destaca que:

Das discussões realizadas nos anos 50, e em particular das que culminaram com a elaboração do Anteprojeto de Lei de irrigação, aprovado pelo antigo CODENO, em 1958, para as que se processarem na década dos anos 70, delas resultando a aprovação da Lei de Irrigação (Lei nº6.662, de 25 de junho de 1979), é evidente que muita coisa mudou. Tanto mudou que se conseguiu aprovar uma Lei de Irrigação.

Segundo Carvalho (1988) “a irrigação exigia, dentre outros requisitos essenciais, o armazenamento de água, em condições de ser distribuída e utilizada nas áreas passíveis de exploração, mediante esse moderno processo de produção agrícola.”

Vieira (2014) destaca que entre os anos de 1970 a 1990, 50 famílias agricultoras desenvolviam atividades produtivas no Perímetro Irrigado de Sumé, com destaque para a produção do tomate, o mesmo, era tido como um instrumento propulsor não só para a cidade, mas para a região. “O PIS dinamizou a economia local, atraindo parcela significativa de trabalhadores rurais que viam na agricultura irrigada possibilidades de emprego.” (MENDONÇA, 2010, pág. 72).

A instalação do perímetro irrigado de Sumé fez parte do esforço de modernização da atividade agrícola no Semiárido nordestino, num contexto mais amplo de modernização regional. A prática agrícola no PIS foi inviabilizada após o açude municipal, principal fonte hídrica do município, ter secado totalmente entre os anos de 1989 - 1990 deixando assim durante mais de dez anos o mesmo inativo. (Vieira, 2014, p.16)

Para Silva (2012), “no Cariri Ocidental, atividades tradicionais como a pecuária bovina e a produção de milho e feijão sofreram fortes impactos e empreendimentos como o Perímetro Irrigado de Sumé, por exemplo, tornaram-se praticamente inviáveis”. Isso nos remetendo ao que a autora abordou sobre as consequências negativas dos períodos de secas que essa região vivenciou principalmente na década de 1990, quando o Perímetro Irrigado de Sumé (PIS) teve suas atividades paralisadas.

Esse município que não difere de outros do Cariri Paraibano por suas grandes lutas pela terra e conflitos, foi destacado pela autora em sua dissertação de mestrado ao pesquisar o chamado Assentamento Mandacaru e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no Cariri Ocidental, que Silva destaca como “marco para uma reflexão sobre toda essa região, porque são grupos políticos locais que exercem forte influência em todo o território, no Estado, condição que tem rendido à perpetuação das práticas clientelistas.” (SILVA, 2012. p, 59-60)

As novas classes prontamente se ajustaram aos mecanismos do clientelismo, tanto a burguesia quanto a classe operária. A história da moderna burguesia brasileira é, desde o começo, uma história de transações com o Estado, de troca de favores. (MARTINS, 1994, p. 29 – 30). Para esse autor, o novo surge como um desdobramento do velho, não a rupturas com o passado. Como destaca Burzstyn e Chacon (2003, p. 75), em “o poder dos donos já se apontava que surgiam formas de regeneração do clientelismo, que se conformavam no meio rural, a despeito da perda de hegemonia política de alguns velhos coronéis – resultado de novos pactos, onde uma tecno-burocracia, atrelada ao poder público, substituía representantes históricos do latifúndio”.

Remetendo ao processo de modernização, no Cariri Paraibano encontramos estudos que evidenciam um entrelaçamento entre o antigo clientelismo e políticas públicas voltadas para o associativismo, que é evidenciado por Bursztyn (2003), como algo possibilitado pelo “fortalecimento político de prefeitos, que se convertiam em mediadores de prebendas e favores, associados ao acesso a condições de vida e habitação (lotes, infraestrutura e depois alimentos).” Meneses (2014) aponta que a ascensão do associativismo no discurso das políticas públicas para o meio rural no Cariri Paraibano se processa dentro de um contexto geral de políticas, programas e ações, voltadas para o desenvolvimento rural que, nos últimos 20 anos possibilitaram o redesenho das relações entre rural e o urbano no Nordeste brasileiro.

Szmrecsányi (1983), ao fazer comentários sobre o artigo de Geraldo Miiller, intitulado “agricultura e industrialização no Brasil” destaca que a agricultura como produção industrial foi formulada como conceito antes de a realidade agrícola se haver convertido em tal.

É notório o caráter recente da indústria para a agricultura particularmente quando encarada como um todo, e mesmo seus segmentos mais tradicionais de mecânica, química e rações passaram por transformações tão profundas que igualmente podem ser tomadas como recentes. (Miiller 1982, apud Szmrecsányi, 1983).

Para compreender as novas transformações, assim como os esforços recentes de modernização, Maia (2013) introduz a noção de “agronegócio sertanejo” e destaca:

[...] a ideia de “agronegócio sertanejo” traduz uma tensão entre moderno e tradicional, progresso e conservadorismo, individualismo e pertencimento a uma coletividade. É justamente esta tensão entre polos aparentemente antagônicos que nos possibilita compreender as transformações sociais, produtivas, econômicas e simbólicas pelas quais passaram e ainda passam o que acreditamos ser uma parte significativa das médias e grandes propriedades do semiárido nordestino. (MAIA, 2013, p. 166)

Para essa autora, “a referencia à noção de agronegócio pode ajudar a compreender as transformações ocorridas nos últimos 20 ou 30 anos, demarcando as especificidades dos esforços recentes de modernização e de integração aos mercados de produtos agropecuários” (MAIA, 2013, p. 18 – 19).

Delgado (2005) destaca que o “agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégica econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado”.

Torna-se possível pensar o Cariri Ocidental Paraibano como uma região produtora de recursos para a expansão da atividade pecuária, que pode ser observado como um dos palcos para as mudanças ocorridas no semiárido nordestino, pois ao longo dos anos é possível notar os diversos esforços de modernização nessa região, além de mudanças relativas e significativas para o combate em especial da desertificação, do desmatamento e da falta de sustentabilidade, este ligado a questão ambiental, proporcionando um desenvolvimento econômico. Portanto a atividade agropecuária é hoje um dos maiores meios de desenvolvimento sustentável, adotado por vários grupos sociais que investem no campo, como os agricultores familiares, trabalhadores rurais e de modo especial pelos grandes produtores empresariais, estes últimos, objeto dessa dissertação, por terem certa relevância em relação a forte expansão da atividade agropecuária.

Cunha e Paulino (2014), destacam que “as políticas de convivência com o semiárido informam, principalmente, uma estratégia de ação voltada para uma parcela da sociedade” (populações rurais e de pequenos municípios historicamente marginalizados das dinâmicas de modernização/desenvolvimento).

A noção de convivência com o semiárido tem sido defendida como um “paradigma emergente” ou como um “novo paradigma civilizatório” (SILVA, 2007; MALVEZZI, 2007; CHACON, 2007). De um lado, a crença que se está constituindo uma alternativa às formas consolidadas de considerar os desafios relativos ao desenvolvimento regional – em que o “problema” da seca era um dos principais entraves a superar; e de outro lado, o comprometimento com um novo modo de viver na região. (CUNHA; PAULINO, p.30, 2014).

As políticas públicas interferem na economia e nas sociedades, elas são modificadas de acordo com o interesse de diversos agentes. No Cariri, várias políticas de incentivo à pecuária estão voltadas para a caprinovinocultura, em particular a caprinovinocultura leiteira, que pode ser apreendida como um projeto territorial destes atores diferenciados, que interpretam-no de maneira diversa, adotando estratégia de intervenção com vistas à promoção do desenvolvimento rural também diversificadas (CUNHA, 2009). Essas políticas, em sua maioria, são desenvolvidas por órgãos como: EMATER/PB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, que agora institui o projeto de território da cidadania, Projeto D. Helder Câmara, entre outros. Esses programas dão incentivo à pecuária atuando de diversas maneiras, alcançando desde os pequenos aos grandes produtores, no tocante aos fundos de investimento para a atividade pecuária, remetendo-nos a certo grau de institucionalização, que se refere à capacidade dos atores sociais de terem seus projetos reconhecidos formalmente e incorporados pelo poder público ou pelas organizações da sociedade civil (CUNHA, 2009).

Eles se enquadram nos chamados projetos territoriais por estabelecerem decretos, leis e regulamentos para os diversos agentes envolvidos no processo.

CAPÍTULO 2

QUEM SÃO OS EMPRESÁRIOS RURAIS? RELAÇÕES COM A TERRA, PRÁTICAS PRODUTIVAS E PAPÉIS SOCIAIS.

Este capítulo insere-se no esforço de apresentar quais atividades são desenvolvidas pelos chamados empresários rurais, tanto aquelas relacionadas à agropecuária quanto aquelas realizadas fora do espaço rural. Busca compreender, também, como emerge o interesse pela terra, utilizada como uma forma de investimento que complementa outro tipo de atividade, desenvolvida, na maioria das vezes, fora do espaço rural. Assim, é possível entender quais as práticas produtivas que esses atores/agentes adotam e sua relação com os papéis que passam a exercer nos espaços rurais do Semiárido.

A pesquisa de campo foi realizada em três municípios do Cariri Ocidental Paraibano – Serra Branca, Sumé e Monteiro – onde se considera que a consolidação do grupo social dos empresários rurais vem se tornando relevante, como dito anteriormente, por tomarem a agropecuária como uma forma de investimento, propiciada pela aquisição de terras. A nova relação com a terra (para a região estudada) que este grupo estabelece pode ser pensada em termos de uma orientação ao mercado, racionalização dos processos produtivos e retorno de investimentos, o que será discutido adiante.

Dessa maneira, esta pesquisa de campo buscou refletir sobre as estratégias empreendidas, a partir dos perfis profissionais desses chamados empresários rurais, tentando definir modelos de trajetórias individuais, possibilitando a identificação de alguns grupos e padrões construídos, sendo possível destacar a presença de aposentados, servidores públicos, comerciantes e políticos locais. A partir de um esforço tipológico, pensando principalmente em variáveis como origem da propriedade (em que se destaca aquisição por compra no mercado de terras), tamanho, padrão de uso da terra, estratégias produtivas, comercialização, entre outros, avança-se na descrição dos processos sociais que engendram e são engendrados por estes empresários rurais.

2.1 Desenho da Pesquisa

O desenho de pesquisa enfatizou a abordagem qualitativa, através de entrevistas abertas e semiestruturadas, por acreditarmos que esse tipo de entrevista, por ser mais livre, proporciona aos entrevistados mais liberdade em suas falas. Dessa forma, nos permitiu maior exploração dos depoimentos coletados, não impedindo a nossa intervenção, como pesquisadores, para trazer aos informantes assuntos que pretendíamos investigar. Através das

entrevistas, buscamos analisar como esse grupo se forma no Cariri Ocidental Paraibano, tendo a terra como investimento, se destacando em suas práticas produtivas e exercendo novos papéis no mundo rural. Nesse contexto, pretendemos entender as trajetórias, formas de aquisição de propriedades, como e porque escolheu a mesma, formas de assalariamento e relações de trabalho, formas de assistência técnica, além das atividades agropecuárias ou não, que desenvolve, entre outros temas.

As entrevistas foram realizadas com produtores empresariais dos municípios de Serra Branca, Sumé e Monteiro, no período de março a maio de 2016. Foram selecionados 12 (doze) empresários rurais para as entrevistas, sendo 05 (cinco) em Monteiro, 04 (quatro) em Sumé e 03 (três) em Serra Branca, escolhidos por representarem a diversidade de situações levantadas em pesquisa exploratória. Já que a escolha dos entrevistados deve ser orientada, segundo Alberti (2005), a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência, “devendo, portanto selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos”.

Dentro do quadro do que denominamos como empresário rural é possível observar um grupo que é diversificado em relação a suas práticas produtivas, organização e trajetórias, especialização, uso e apropriação da terra, formação técnica, tamanho da propriedade, relações com a mão de obra, além das diversas atividades desenvolvidas fora do rural. Com a pesquisa de campo, foi possível construir perfis diferenciados desses empresários rurais em cada um dos municípios nos quais fizemos a pesquisa. Em Serra Branca, encontramos funcionários públicos que não são antigos latifundiários, aposentados que cresceram no município e que ainda jovens migraram e que ao retornarem, adquirem terras com recursos próprios para a criação de caprinos, ovinos e suínos, além de culturas agrícolas.

Já no município de Sumé, observa-se um grupo de “atores” que adquiriram a terra através de herança, o que não é um caso geral, e posteriormente aumentaram a propriedade por meio de compra. No município de Monteiro, vemos que existe a compra da terra com recursos adquiridos em outro tipo de atividade não rural. Estes produtores não operam na base da agricultura familiar, ou não são oriundos de uma família camponesa, mas se interessam pelo meio rural.

É possível encontrar pessoas que adquiriram parte da propriedade como herança familiar e que atualmente exercem atividades produtivas, todavia, é comum encontrar proprietários que desempenham outras atividades fora do rural e continuam a comprar outras propriedades, não só nos municípios pesquisados, mas também em outros estados.

Dessa maneira, realizamos uma categorização dos produtores empresariais, traçando um perfil destes na região, assim como suas respectivas trajetórias. Investigando a organização do espaço produtivo, além de uma revisão da literatura.

Quadro 01: Perfis dos “empresários rurais” entrevistados

PROPRIETÁRIO	IDADE	MUNICÍPIO	PROPRIEDADE	ÁREA DA PROPRIEDADE EM HECTARES (HÁ)	TEMPO EM ANOS QUE ESTÁ TRABALHANDO NA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA
Antônio Alberto	62 anos	Serra Branca	Balanço (conhecido como Chácara Ipê)	162 ha	36 anos
Clécio Tomé	37 anos	Monteiro	Maria	81 ha	18 anos
Crispim Bispo	54 anos	Monteiro	São José	500 ha	40 anos
Gilmar Pereira	55 anos	Serra Branca	Serra do Jatobá	30 ha	3 anos
Ivo Honorato	71 anos	Serra Branca	Pinhões	83 ha	25 anos
José Araújo	75 anos	Sumé	Oiti	10 ha	70 anos*
		Serra Branca	Gangorra Pedra D'água	360 ha	
José Edivaldo	69 anos	Sumé	Gregório	400 ha	33 anos
Juraci Conrado	46 anos	Monteiro	Rancho Maria Bispo	140 ha	15 anos
Lúcio Duarte	52 anos	Sumé	Cutaé	209 ha	50 anos*
Roberto Carlos	43 anos	Sumé	Sítio Pitombeira	07 ha	25 anos
Roberto Silva	52 anos	Monteiro	Sítio Ipueira Funda	100 ha	40 anos
Ronaldo Costa	51 anos	Monteiro	Olho D'aguinha	240 ha	40 anos

Fonte: Pesquisa de Campo – 2016

*Os entrevistados enfatizaram em entrevista terem nascido no rural e por isso estão na atividade desde então.

*No levantamento realizado, encontrou-se apenas a presença masculina, o que não determina que as mulheres também estejam presentes nesse espaço.

2.2 A noção de Trajetória

[...] Essa vida organizada como uma historia transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de

ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo [...] (BOURDIEU, 1996).

Segundo Montagner (2007), “do ponto de vista de Bourdieu, é impossível dar sentido a um todo que escapa ao próprio sujeito, histórico, determinado socialmente, imerso em um universo social fora de nossos controles.” Os agentes sociais em seus grupos sociais constroem relações diacrônicas de trajetórias de diversas maneiras.

As trajetórias seriam, assim, o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (Bourdieu, 1998). Precisando mais o conceito, Bourdieu aponta que uma trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo. (BOURDIEU, 1998; apud MONTAGNER, 2007).

Para abordarmos a ideia de trajetória, nos remetemos a Pierre Bourdieu - que se remete aos estudos de *habitus*, campo, posições, atores e deslocamentos sociais - em sua teoria a questão da trajetória é muito importante, onde destaca a ação humana como sendo a condição primeira para a compreensão científica do mundo social. Para uma ação reflexiva a noção de *habitus*⁵ dada por esse autor, permite-nos a compreensão das distintas coletividades, pois o *habitus* significa uma unidade de estilo que vincula as práticas dos agentes singulares em classes de agentes.

Assim como as posições das quais são o produto, os *habitus* são diferenciados; mas são também diferenciadores. Distintos, distinguidos, eles são também operadores de distinções: põem em prática princípios de diferenciação diferentes ou utilizam diferenciadamente os princípios de diferenciação comuns. Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. (BOURDIEU, 1996, Pág. 22)

Assim, podemos destacar que o *habitus* estará relacionado à história do indivíduo, as transformações sociais pelas quais esse indivíduo passa no decorrer da sua vida em sociedade. Montagner (2007) destaca que as marcas distintivas ligadas ao nome, ao biológico e ao percorrer histórico dos agentes acabam por deixar traços quase transparentes que, quando unidos a todos os outros traços dos grupos sociais, definem trajetórias comuns, feixes de percursos muito semelhantes, ou, afinal, uma trajetória.

⁵Sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (BOURDIEU, 1998 apud MONTAGNER, 2007).

Nesse contexto, não vamos nos deter aqui a tratar de histórias de vida ou a descrever biografias como faz Bourdieu ao abordar trajetórias; mas, conceituar, a partir da noção de trajetória que esse e outros autores dispõem, tendo em vista que os agentes os quais a pesquisa pode alcançar traçam perfis diferenciados em determinados aspectos, dentro do mesmo campo. Detemo-nos dessa maneira ao perfil identificado, organização, especialização, práticas produtivas e estratégias empreendidas pelos empresários rurais do Cariri Ocidental Paraibano, além das atividades exercidas fora do meio rural.

QUADRO 02: Trajetórias a partir dos perfis identificados

PROPRIETÁRIO	PERFÍL
SERRA BRANCA	
Antônio Alberto	Neto e filho de agricultores cresceu em propriedade rural junto com os pais e os avós. Durante a adolescência deixou seu município para ir residir em Bananeiras - PB, onde estudou em escola agrotécnica. Tem curso superior de Tecnólogo em Gestão Pública pela UFCG campus Sumé e é extensionista rural EMATER. A sua propriedade é de herança, seu maior investimento está na piscicultura, trabalhando também com a agricultura (feijão, batata, milho e palma) e pecuária de corte (caprinos bovinos e ovinos).
Ivo Honorato	Filho de camponês migrou para outro Estado aos 19 anos de idade, em busca de uma oportunidade de emprego, onde trabalhou como segurança, adquirindo um comércio, anos depois. Depois de obter a sua aposentadoria retorna ao seu município, compra a terra e organiza a produção em termos empresariais, através da pecuária. Possuindo ainda, um abatedouro dentro da sua propriedade.
Gilmar Pereira	Funcionário público do Banco do Brasil por 35 anos. Após aposentadoria comprou a terra para investimento. Trabalha com pecuária de corte (bovinos e caprinos). Seu maior investimento está na criação e comercialização do frango caipira e seus derivados, como ovos.
SUMÉ	
José Araújo	Filho de agricultores possui duas propriedades no Cariri Ocidental Paraibano (Sumé e Serra Branca).

	<p>Comprou a terra que era dos seus avós, no município de Sumé e adquiriu em seguida a propriedade em Serra Branca. É comerciante no ramo de posto de gasolina. Com relação as estratégias desenvolvidas no campo é a criação de animais e especialização em pecuária de corte (bovinos, ovinos e caprinos).</p>
José Edivaldo	<p>Adquiriu a terra com recursos próprios. É comerciante. Desenvolve atividades agrícola (feijão e milho) e pecuária de corte (caprinos e ovinos), além da criação de equinos para auxiliar no trabalho humano. Repassa o leite de cabra para a Usina de beneficiamento em Sumé a AGUBEL.</p>
Lucio Duarte	<p>Filho de trabalhador rural adquiriu a terra com recursos próprios. Desenvolve atividades agropecuárias, criando bovinos, caprinos e ovinos para o abate e cultiva tomate, pimentão, milho e feijão. Repassa o leite caprino diariamente para a usina de beneficiamento do leite, a AGUBEL em Sumé e trimestralmente repassa o tomate para a empresa Palmeiron de Belo Jardim no Estado de Pernambuco. Não exerce nenhuma outra função fora do rural. Todavia, sua renda familiar é acrescida de rendas imobiliárias no Município.</p>
Roberto Carlos	<p>Não provém do rural.É comerciante local, comprou a terra para investimento. Especializado em corte (caprinos, ovinos e bovinos), compra e venda de animais por financiamento em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil(BNB) e EMATER</p>
MONTEIRO	
Clécio Tomé	<p>Neto de agricultores, não teve muito contato com o rural em sua infância, mas se interessou pela terra a partir da equinocultura. Técnico em enfermagem e comerciante local, no ramo de Farmácia. Adquiriu a terra que era de herança dos seus tios. Sua atividade se concentra na bovinocultura (com a engorda e venda) e na equinocultura, focando nessa última com a comercialização de cavalos e sêmen desses animais, além de produtos que destacam a raça dos reprodutores, chamados popularmente como “ganhões”.</p>

Crispim Bispo	Filho de ciganos iniciou seus trabalhos no rural ainda criança. Adquiriu a terra com recursos próprios, através de trabalho autônomo. É comerciante local e esportista profissional de vaquejada, focando na criação de equinos de raça, e seus respectivos sêmens, além da criação de bovinos e ovinos para engorda e corte.
Juraci Conrado	Não provém do rural. Adquiriu a propriedade que era herança de membros da família de sua esposa. É comerciante e político, já foi vereador na cidade de Monteiro, no momento em que ocorreu a entrevista, o mesmo estava se preparando para a disputa de um cargo político para prefeito nas eleições municipais 2016. Sua principal atividade é a pecuária de corte (bovinos e ovinos) e criação de equinos.
Roberto Silva	Adquiriu a propriedade que era dos seus avôs, herança de seus familiares. É rezeiro, já trabalha no rural desde criança. É comerciante local. Sua especialização é na pecuária de corte (caprinos, ovinos e bovinos).
Ronaldo Costa	Tem a terra como herança dos seus pais. Começou a trabalhar desde criança no rural. Sua especialidade é na pecuária de corte (ovinos, caprinos e bovinos) e fornecimento do leite tanto caprino como também bovino para a usina CAPRIBOM localizada no município, o mesmo também comercializa queijo, que é vendido em seu estabelecimento comercial (Panificadora) e a atravessadores do mesmo município.

Fonte: Pesquisa de Campo – 2016

O quadro acima (Quadro 02) nos permite identificar os diversos perfis dos empresários rurais do Cariri Ocidental Paraibano, entrevistados. A maneira como adquiriram a terra e as atividades realizadas dentro e fora do rural nos permite identificar o empresário o qual nos detemos a estudar.

No município de Serra Branca dentre os entrevistados, encontramos atores que provém do rural, de famílias camponesas, que têm formação em escola agrícola, com curso técnico em agropecuária, além disso possui ensino superior de Tecnólogo em Gestão Pública, trabalhando

em órgãos públicos como a EMATER na parte de suporte técnico. Como é o caso do senhor Antônio Alberto que nos conta como foi adquirida a sua propriedade: o mesmo que sai para estudar em outro município do Estado, retorna para Serra Branca depois de formado e concursado, especialmente para cuidar da propriedade que já era herança de sua mãe e tios e o mesmo compra a parte de todos os familiares, para continuar investindo na terra à sua maneira.

Eu nasci, fui criado no sítio. Meus avós que é de lá desse sítio e até oito anos... Vim embora pra cidade estudar, minha mãe morava aqui já. O meu pai veio pra cá, mas nunca perdi o vínculo com o sítio, sempre ia lá, em finais de semana ficava ajudando meu avô e isso veio a calhar em 1964 quando a ANCAR abriu história aqui em Serra Branca era Drº Aldeir Cabral de Vasconcellos Santos, especialista, e na época tinha um clube “4S” que era: saber, sentir, saúde e servir, me lembro demais! Aí, Drº Aldeir trouxe para as escolas do município as informações e isso a gente se envolvia; interessante! A gente se envolvia, fazia hortas, plantava coentro, pimentão, sabe? Hortaliças de forma geral e a gente ficava com aquele despertar. E despertou em mim aquela curiosidade, é tanto que ia sempre no escritório visitar... [...] Comecei a estudar fiz o primário, fiz o ginásio, quando eu estava no segundo ano científico eu fui fazer o curso técnico em Bananeiras, na área rural, técnico em Agropecuária em Bananeiras no Colégio Agrícola, ao terminar passei no concurso da EMATER, passei e estou até hoje. Aí trabalhei em varias cidades vários municípios da região e como sou da região me despertou e minha mãe veio a herdar a propriedade do meu avô onde nasci, quer dizer ela toda foi dividida, e nós ficamos, minha mãe ficou com uma parte e essa parte eu fiquei administrando por ser da área. Na época que meu avô morreu, minha mãe arrendou a um pessoal, não deu certo. Aí eu disse: “não”, eu vou, vou pra Serra Branca, e vim administrar, residir aqui. Minha mãe doente, e a propriedade precisava de uma administração, comecei a investir na propriedade, tinha muitos problemas era pouca cerca, fiz tudo, comecei fazer um investimento forte e por ser da área dentro daquela tecnologia, comecei plantar palma, fazer poços, botar energia, construir as estruturas de manejo de caprino, ovino e avicultura, mas a água pouca na época parece que 83, não, em 93 eu furei um poço Amazonas, tem um rio que corta a propriedade tem muita água, mas água salobra, pesada e os sistemas não deu certo é tanto que abandonei esse poço e está abandonado e depois cavei um poço artesiano que ele deu na época 5 mil litros por hora, botei um cata-vento e comecei a explorar esse cata-vento ao adiantar do tempo eu ia investindo, construindo casas, tudo, melhorei rebanho geneticamente e hoje eu trabalho com caprino Boer e ovino Dorper, hoje eu não crio gado e avicultura e também quando eu energizei a propriedade todinha fiz estruturas ai despertei pra piscicultura tinha esse poço de 5 mil litros ai comecei com um rapaz de São Bento, é até americano, tinha uma estrutura muito grande eu fui lá visitá-lo e me despertou nesse lado pra piscicultura. Cavei, contratei uma empresa aí perfurou mais dois poços, um de 7.000 mil litros e um de 18 mil litros, então eu tenho hoje em média 30 a 31 mil litros de água por hora na propriedade. Aí fiz a estrutura pra piscicultura e eu estou com uma média de 10.000 mil unidades de peixe, 10.000 unidades de alevino pra desenvolver e vender, eu vendo bem, está dando pra sair também, sabe, e aí o carro-chefe é caprino, ovino e a piscicultura, essas três partes que eu exploro na verdade. Ai foi quando minha mãe ela adoeceu, ela ainda esta doente e agente junto à família eu dei uma proposta de compra da propriedade, comprar tudo, de todo mundo tanto da minha mãe como dos irmãos e hoje ela é minha! Ainda não passaram documento, e minha mãe é viva e agente não quer passar com ela em vida porque cria problema e agente quer passar quando caso ela venha falecer, primeiro que a gente não tem problema continuo, está todo mundo em casa, sem problema nenhum, toda a administração é nossa, eu tenho um filho formado na área e tem um fazendo Gestão Pública como eu também tenho Gestão, então, junta com a minha família, a família trabalha na sua propriedade graças a

Deus, ainda bem, e a propriedade tem hoje 162 hectares a área dela é 162 hectares eu tenho aproximadamente 12 hectares de capineira, dentro dessas 12 hectares eu estou fazendo um sistema de irrigação pra produzir, criar capim búfalo e fiz três variedades diferentes pra fazer o plantio e logo pra produzir ração, sabe, de palma tenho 3 hectares também, bom, e também tem açudes, a propriedade tem estrutura de açudes que nas margens faz tradicional vazante, e na jusante agente planta batata, milho feijão, de agricultura eu planto palma, capim elefante planto milho, feijão e batata. A batata é irrigada o feijão não, é mais de sequeiro, mas batata sempre irrijo lá, sempre tem batata lá, sabe? (Antônio Alberto – Sítio Balanço – Serra Branca).

A curiosidade de aprender mais, de se especializar, fez o senhor Antônio Alberto investir em curso técnico agropecuário para dessa maneira desempenhar funções técnicas e fazer carreira na área, passando no concurso pra extensionista rural. Nesses anos de atuação na EMATER, fez vários outros cursos e treinamentos, faz projetos e assessora vários empreendimentos agropecuários. E daí tem a oportunidade de voltar, administrar as propriedades da família, onde compra a propriedade e faz investimentos, entrando aí a veia empreendedora, fazendo com que o mesmo tenha o gostar de trabalhar com a terra, o conhecimento técnico para lidar com as atividades agropecuárias e a inovação e empreendimento. É importante destacar que o Sr. Antônio Alberto faz investimentos em várias áreas, ou seja, adere ao processo de transformação da agricultura e pecuária e se torna um empresário, motivado e adaptado com as novas tecnologias e dentro de uma rede de comercialização de raças de caprinos e ovinos, testando novas atividades como o investimento na piscicultura. Mas sempre em busca do lucro.

Encontramos ainda aposentados que decidiram após essa fase da vida investir no rural. Como é o caso do senhor Ivo Honorato que aos 19 anos migrou para outro estado, decidindo deixar sua família, ainda na juventude, em busca de um futuro promissor, alguns anos depois retorna, tendo construído uma família e já aposentado, adquire a terra para investimento.

Eu nasci e me criei aqui só que até chegar na fazenda tem chão. Eu nasci no ligeiro que fica a quatro quilômetros daqui é Ligeiro de Baixo e Ligeiro de Cima. Meus pais são de lá, aí vim pra Serra Branca com 12 anos, estudei aqui até a terceira série primária. Aí fui para Rio de Janeiro com 19 anos de idade e fiquei no Rio de Janeiro 37 anos. Casei tenho quatro filhos, casei duas vezes tenho um casal do primeiro casamento e um casal do segundo. “E essa daqui é minha caçulinha, essa aí é o xodó”. É isso aí! Aí depois me aposentei e vim morar em Serra Branca. Na verdade eu não quis voltar, a ideia não era voltar! É que depois que me aposentei botei um comércio no Rio de Janeiro, mas violência obrigou-me a voltar, assaltos, bastante tentativas de assaltos, sequestros, aí preferi vim embora para cá. Essa propriedade eu já tinha comprado em 83, se não me engano, aí fiquei com ela 10 anos aí vendi pra um primo nosso, aí depois quando voltei comprei outra vez. (Ivo Honorato – Fazenda Pinhões – Serra Branca).

Em outro caso, apresentamos o Sr. Gilmar Pereira, que é servidor público aposentado do Banco do Brasil, que adquiriu a propriedade tendo a mesma como um retorno de investimento, principalmente através, da criação de frango caipira, comercializando frangos abatidos e ovos caipira no município e em cidades vizinhas.

[...] na minha infância sempre cuidei de animais de cabras juntamente com meu pai e meu outro irmão Orlando que era a forma que nós tínhamos pra complementar a renda, então a gente criava cabras dentro de um quintal grande da casa, meu pai tinha uma vazante, um açude, tinha capim que sobrava do algodão, da batata, que agente chama a rama da batata, essas coisas todas, e meu pai ainda comprava palha seca das vazantes vizinhas e eu, meu irmão e ele era quem tirava essa palha das rações todo dia, isso era todo dia e a gente engordava esses animais, criava esses animais pra poder no final do ano vender pra comprar roupa, comprar calçado da gente, que era comprado apenas uma vez por ano. Quando comecei a estudar, com 19 anos ingressei no banco aí a vida da gente mudou, mas nunca esqueci esse lado rural. Aí oito anos atrás eu consegui comprar uma área de 30 hectares, eu comprei com recursos próprios, aqui no Pé da Serra, eu sempre tive essa vontade e assim me veio na cabeça vários projetos, aí enveredei primeiro pela criação de frangos caipiras fiz curso junto a Universidade Federal de Viçosa a distancia e visitei muitos criadores, então hoje agente está bem pra morar numa região... viver numa região pobre, acho que hoje talvez eu, talvez seja um dos maiores criadores nessa região aqui de frango caipira, sabe.

No município de Sumé, temos filhos de agricultores que não herdaram a terra, mas que adquiriram propriedades, além daqueles atores que não provém do rural, mas adquiriram terras para investimento. O senhor Lúcio Duarte que relata a sua história de vida no rural e como se interessou principalmente pela atividade agrícola desde muito jovem, deixando os estudos na Capital do Estado ainda no ensino médio, para retornar ao Cariri Ocidental para trabalhar no meio rural.

Minha história foi uma historia trabalhada, meu pai quando eu tinha 8 anos de idade, já que não dá pra estudar, vou lhe ensinar pelo menos trabalhar, aí fui tirar leite, eu não sabia, que nunca tinha tirado, fui tirar capim, dar de comer ao gado, cuidar de criação, aí por enquanto. Eu saí, estudei, “um pouco”, ele disse: “você vai pra João Pessoa!” Passei ainda três anos em João Pessoa,doído para vir embora pra cá. Eu disse: “pai eu não aguento essa vida de liso aqui não, quero ir embora, agente ver o senhor sofrendo aí”. Mas é isso que você quer? É isso que quero! Aí vim embora com pouco tempo, casei com Maria da Guia, ela fazia segundo ano científico, eu também, aí fui tentar, minha mãe ainda me perguntou com o que eu ia segurar uma mulher, aí disse: “mãe, o homem que tem coragem de trabalhar como eu, não é preciso perguntar com o que vai segurar não.” Eu fui trabalhar, consegui, trabalhei um ano, e 3 meses, trabalhei na Odebrecht aqui, pedi as contas, era aqui mesmo de Sumé a São José dos Cordeiros, esses três meses pedi as contas. Aí cheguei perto do meu pai, “meu pai eu queria plantar tomate”, todo mundo plantando tomate eu achava bonito aquilo, entrei naquilo tudo em 86, aí fui plantar tomate aí ele me levou no banco, no Banco do Brasil, “esse daqui é meu filho, o que precisar, se não pagar, quem paga sou eu”, ele tem amizade com o gerente, e através disso foi que eu cresci e arrumei essas propriedades, casa, apartamento em João Pessoa, mas tudo através do trabalho, através de um crédito que ele me deu eu conseguir as coisas, na agricultura ainda trabalho na agricultura, e adoro a agricultura. (Lúcio Duarte – Fazenda Cutáé – Sumé).

Destacamos ainda o caso do senhor Roberto Carlos que não provém do rural, mas arrendou terras da área do Perímetro Irrigado para o plantio e a criação de animais para a comercialização, o mesmo destaca que não “cria” os animais, apenas passa um período de tempo com os mesmos para a engorda até o momento da venda.

É o seguinte, lá é lote arrendatário, ali foi... 2002 eu comprei, tomei posse do DNOCS, eu comprei um arrendatário de 2002 ate hoje. Eu planto né, milho, capim o tomate lá não usa, por que agrotóxico lá na bacia do açude é proibido. Lá é para criação, veja bem, eu não crio animais, eu compro e vendo, lá se encosta enquanto vende. Compro hoje e vendo amanhã! Eu pego o animal para engordar, enquanto não aparece o dono eu estou dando de comer a ele e vendo para EMATER, vendo para o abate, vendo para projeto do Banco do Nordeste, eu sou cadastrado no Banco do Nordeste. (Roberto Carlos – Sítio Pitombeira – Sumé).

Em outro momento, apresentamos o senhor José Edivaldo que mesmo já sendo comerciante, adquiriu uma propriedade rural, juntando dinheiro em outra atividade não rural. O mesmo destaca que no momento de implantação, viajou para o Estado de Minas Gerais para adquirir animais e que busca comprar cabras de raças que são consideradas “leiteiras” no meio rural, por obter um maior lucro, principalmente em tempos de seca com o leite de cabra que é repassado a Usina de beneficiamento do Leite (AGUBEL).

Eu comprei ela em 1983, nessa época tinha o supermercado trabalhava muito, essas coisas, não tinha dinheiro, fui juntando, me interessei e comprei. A área total é 400 hectares Eu sempre planto milho feijão, tem cavalo e uma égua, jumento, caprinos, cabra leiteira; vice. As cabras também, pega o leite. Aí, naquela época de seca grande 2011, 2012 vendi quase tudo, ai agora está com 65, tem ovelha também, é ovelha tem umas 95 criação. Santa Inês e cabra leiteira é a parda. Sou especializado nos dois no corte e no leite. A ideia de investir nessa raça foi quando começou desenvolver aqui em Sumé, ai tinha Minas Gerais, uma parte lá financiada pelo banco, ai começou o interesse por essa criação, maioria das pessoas aqui tem essas duas raças. É tem uma raça também, como é o nome esqueci... é Jessica também tem a raça Saanen, é uma cabra. Eu vendo aqui em Sumé, vendo pro abate, tudo é em Sumé, o corte na feira central e o leite forneço para usina de Quintans ali. Em Monteiro tinha muito, Sumé, em Cabaceiras, aí agente conheceu na Prata também, por que naquela época parece, como vou dizer...Foi pra compra bem muita criação, esse leite de cabra, fui a Amparo... Só com leite, na usina.Fui pra Minas e comprei muita criação. Oque da o sustento é esse Leite de Cabra vice, se tu for ali em Amparo, você vai ver que produz demais.Mas a seca é tão grande que agente não tem, agora tô plantando capim elefante com irrigação na parte que te falei, irrigação foi o governo que fez lá pra essa mulher, ai fui olhar rapaz, pra saber . Um hectare pra irrigar era 5.000 mil a 6.000 mil reais um hectare 800, mas rapaz aquilo é um negocio pra mim, meu menino disse: “Painho vê aí se consegue”. Tenho um sistema de irrigação. (José Edivaldo – Fazenda Gregório – Sumé)

Já o senhor José Araújo, atualmente aposentado, possui duas propriedades, uma localizada no município de Sumé, a chamada Sitio Oiti e outra em Serra Branca, a Gangorra

Pedra D'água, o mesmo sempre viveu no rural, desde o seu nascimento, após obter uma renda em uma atividade não rural, pois o mesmo é proprietário de um posto de gasolina e adquire propriedades para investimento.

Eu já venho de família do rural por sinal ainda hoje vivo da agricultura que sai, lutei muito em comércio, mas nunca deixei. Eu deixei de plantar o milho e o feijão mas nunca deixei de plantar tomate, o pimentão, acerola. É por irrigação naquele tempo do perímetro aqui em Sumé, e ainda hoje eu planto na bacia do açude, faço vazante de capim. Isso foi em longo prazo, trabalhando muito, aí eu lutei muito com carvão, naquela época que se transportava carvão pra Campina Grande, “pra aquele mundo acolá” nessa época entrava em mata virgem, derrubava as matas e fazia carvão, aí consegui comprar um caminhão, quando consegui comprar um caminhão aí comecei carregando “os carvão” meu mesmo, na volta trazia mercadorias pra o comércio de Sumé, para o caminhão que agente levava não vim batendo, quem levasse carvão e viesse batendo... Não durava um ano não, quebrava, mas quem vinha carregado aí tinha muito. Aí, consegui por aí. Tinha muita vontade de possuir uma propriedade que não possuía, eu trabalhava na terra dos outros, meu pai muito pobre num tinha fui criado pelos meus avós. Era deles num era minha por que era dos meus avós, foi aí quando comecei, era muito novo. (José Araújo - Gangorra Pedra D'água - Serra Branca e Sitio Oiti – Sumé)

Contudo, não podemos deixar de apresentar os empresários rurais do município de Monteiro. Os senhores Roberto Silva e Ronaldo Costa são herdeiros de terras, mas que ao longo do tempo foram comprando mais hectares no mesmo local para ampliar a propriedade. O Sr. Roberto destaca: “[...] umas partes era do meu avô e outras partes eu comprei tem uma história muito comprida, tem umas partes que faz parte do Açude de Porção por que sou rendeiro lá também. Fui comprando e hoje comando a propriedade que foi do meu avô”.

Já o senhor Crispim Bispo é filho de ciganos que viviam segundo o mesmo viajando a cavalo e participando de vaquejadas, o que o fez ter interesse em criar equinos e ser esportista de vaquejada, além disso, a vida de “andarilho” o fez conhecer o meio rural e despertar o interesse em possuir uma propriedade rural.

Já nasci no rural, aí fui comprando. Eu vivi como cigano vivia andando daqui pra o Recife, viajando a cavalo, aí foi se acabando. Cigano naquele tempo era uma pessoa que vivia saindo de um canto pra outro, nas estradas. Eu ia pra vaquejada...A gente andava, assim principalmente ao escurecer que não tinha destino, onde parava pra dormir. Meu pai, meus avós, já vivia no ramo de cavalo. (Crispim Bispo – Fazenda São José – Monteiro).

A propriedade do Sr. Clécio Tomé era de herança de família, deixada pelo seu tataravô. O mesmo se interessou pela terra e comprou a mesma a seus tios, no intuito de criação de equinos, que declara ser uma paixão desde a infância. Mesmo não vivendo em

propriedade rural o mesmo cresceu montando em cavalos junto a seu avô na mesma propriedade adquirida atualmente por ele.

Eu comprei. Essa propriedade era do meu tataravô, meu bisavô, e veio meus tios e aí eu comprei ela a meus tios, eles herdaram e eu comprei deles. A propriedade eu comprei praticamente bruta, sem nada eu comprei ela pra fazer tudo. Hoje ela é estruturada pra equino, eu tenho toda estrutura necessária pra criação de equino e acho que tu deve estar estranhando muito, porque não é comum você ver isso aqui nessa região. Eu crio cavalo e gado, só. No momento e só equino e bovino, é mais equino, invisto mais em equino quarto de milha. A criação de equino vem de família, meu avô criava cavalos, mandava montar no sitio, sempre gostei muito de cavalo e ele tinha essas criações, já criava há muito tempo, aí sempre gostei e ate que tive a oportunidade de criar os meus. (Clécio Tomé – Fazenda Santa Maria – Monteiro).

O caso do Sr. Juraci Conrado difere, dos demais, mesmo relatando que a propriedade adquirida é de família, podemos concluir que esse não provém do rural, pois a propriedade era do avô de sua esposa, o que não confere relação consanguínea com o mesmo, que é o atual responsável pela propriedade em escritura.

Essa é uma propriedade de família pode-se dizer dessa forma, pertencia ao avô da minha esposa e eu adquirei por compra mesmo. O interesse pela terra foi de família mesmo, de continuar o legado da família e também ter uma fonte de renda paralela o que a gente tem. Você compra um bezerro R\$ 600,00 R\$ 700,00 reais passa nem um ano não, com ele, ai vende ele, já ganha 3.000 reais. É mais cultural, no nosso caso aqui é mais cultural, que se for pra dizer que é vantajosa, não, “num” é, não como no Sul do país onde chove, onde você tem, assim, vamos dizer, assim, é um inverno regular, entendeu? Nós somos irregulares a verdade é essa, tem ano que chove, tem ano que não chove e por ai vai, tá entendendo? É tanto que a gente tem que se adaptar! E essa seca agora dizimou, no ano passado, acho que ano retrasado, dizimou grande parte do rebanho, mas nós temos que aprender com isso, mas nós somos tão teimosos, pelejamos na teimosia por que a gente fica apelando, apelando em investir, vai comprando, termina sofrendo tudo de novo na frente, aí lá vai sofrer de novo. (Juraci Conrado - Rancho Maria Bispo – Monteiro).

2.3 Arranjos Produtivos Adotados pelos Empresários Rurais do Cariri Ocidental Paraibano.

Sabemos que é possível conceber o Cariri Ocidental Paraibano como uma região produtora de recursos, principalmente no tocante a expansão da atividade pecuária. Esta atividade produtiva ocupou diferentes espaços ao longo da história dos programas governamentais de desenvolvimento e modernização no semiárido e, conseqüentemente, no Cariri paraibano (GOMES; MENESES, 2010).

As mudanças ocorridas ao longo dos anos na agropecuária levam-nos a refletir sobre as modificações sociais locais que de alguma maneira conserva bases tradicionais, sejam elas nas

formas de criação e/ou tratamento do rebanho e manejo de cultivos, ou ainda as relações estabelecidas com o meio, o qual o ator está inserido. A implantação de novas técnicas é visível nesse espaço. Alguns produtores incluídos e empenhados no processo de modernização, ampliam sua produtividade, utilizando de novos recursos para a comercialização de produtos e subprodutos da atividade agropecuária; outros mantêm as bases tradicionais desenvolvendo formas alternativas e variadas, a fim de garantir a produção em suas respectivas propriedades.

Dessa maneira, é importante destacar as atividades pecuárias desenvolvidas pelos empresários rurais nas propriedades por município, como nos mostra o quadro 03.

QUADRO 03: Demonstrativo geral das atividades agropecuárias desenvolvidas nos Municípios por empresário rural.

PROPRIETÁRIO	ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
SERRA BRANCA	
Antônio Alberto	Bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura e piscicultura. Além do cultivo do milho, feijão e batata.
Ivo Honorato	Caprinovinocultura
Gilmar Pereira	Caprinovinocultura e criação de frango caipira (Avicultura)
SUMÉ	
José Araújo	Caprinocultura, ovinocultura e bovinocultura
José Edivaldo	Bovinocultura, caprinocultura e ovinocultura. Além do cultivo do milho e do feijão.
Lucio Duarte	Bovinocultura, caprinocultura, ovinocultura. Além do cultivo do tomate, pimentão, milho e feijão.
Roberto Carlos	Bovinocultura, caprinocultura e ovinocultura. Além do cultivo do milho.
MONTEIRO	
Cléssio Tomé	Equinocultura e bovinocultura
Crispim Bispo	Equinocultura, bovinocultura e ovinocultura
Juraci Conrado	Equinocultura, bovinocultura e ovinocultura
Roberto Silva	Caprinocultura, bovinocultura, ovinocultura
Ronaldo Costa	Caprinocultura, bovinocultura, ovinocultura

Fonte: Pesquisa de Campo – 2016

De maneira geral, dentre as atividades agropecuárias desenvolvidas nos três municípios estudados, tem-se destaque para a bovinocultura e caprinovincultura, por serem vistas como as atividades que produzem mais investimentos na região, pela facilidade de manejo, com especialização em engorda para o corte e leite; o primeiro, em alguns casos, é repassado para atravessadores que distribuem para o comércio local e regional, ou ainda, a marchantes⁶ de abatedouros do município. O leite caprino é repassado a uma associação voltada para o beneficiamento do leite localizada no município de Sumé denominada, Associação Gestora da usina de beneficiamento de lácteos (AGUBEL)⁷ que recebe o leite dos produtores devidamente cadastrados no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Já no município de Monteiro o repasse do leite é realizado junto a Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro (CAPRIBOM)⁸, com diferencial para o repasse também do leite bovino.

O leite nos distribui aqui nas fabricas de laticínios. Quando é pra o leite é mais intensivo, é mais o curral, o corte é mais extensivo, o pasto. A CAPRIBOM Funciona muito bem eu mesmo coloco o leite lá todo dia. A raça minha lá é mais essas de Girolanda, tem umas 37 cabeças, é mais por causa do leite que é uma raça que ela é melhor pra o leite. Hoje eu to produzindo entre 45 e 50 litros por dia só, minhas vacas estão apartando. Eu mesmo quando venho lá do meu sitio trago o leite que é de cabra e deixo lá na usina. (Roberto Silva – Sítio Ipueira Funda – Monteiro).

Como destaca Gomes e Meneses (2010), “a pecuária de caprinos, no Cariri Paraibano, é a atividade produtiva que mais integra atores e programas, comparado a outras atividades produtivas, por exemplo, a agricultura”, esta que desde os tempos da reforma agrária sempre foi pensada em termos de reorganização produtiva e modernizante, perde seu espaço (em partes) por motivos de secas constantes e baixo custo produtivo.

Com relação às culturas que são cultivadas nas propriedades em cada município pesquisado, observa-se que o milho para ração animal e o feijão são os mais cultivados, onde o primeiro é para ração animal e o segundo para a subsistência da própria família. Além disso,

⁶Quem compra gado, vendendo-o abatido para os açougues; negociante de carne bovina. <http://www.dicio.com.br>.

⁷[...] localizada na Fazenda Agreste, zona rural do município de Sumé, no Estado da Paraíba, encontra-se inscrita sob o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, Nº: 07.067.013/0001-27 e Ins. Estadual: 16.143.908-0. Atualmente a AGUBEL fabrica somente o leite de cabra pasteurizado integral com o registro no Serviço de Inspeção Federal(SIF) Nº 1.893. A associação é composta apenas pelos administradores da usina e sua criação se deu para a realização do beneficiamento do leite de cabra [...] (TAVARES, pág. 34, 2014).

⁸[...] A CAPRIBOM foi constituída em 2006 através da transformação da AOCOP em cooperativa. Além do tamanho, a usina da CAPRIBOM possui diferencial em relação às demais usinas do Cariri: estrutura mais ampla de tanques para pasteurização, beneficiamento e envasamento tanto para leite de cabra como de vaca, caminhões paratransporte dos produtos e de tanques de resfriamento, que ficam distribuídos em associações comunitárias na zona rural de Monteiro. Além disso, a usina da CAPRIBOM é a única no Cariri a ter uma produção regular de iogurte de origem bovina [...] (MENESES, pág. 43, 2014).

o número de culturas é reduzido e diversificado por município. Em Serra Branca as culturas são tidas principalmente para o consumo da própria família, havendo em alguns casos a comercialização da batata, como é o caso do Sr. Antônio Alberto que repassa esse cultivo para o comércio local. Já no município de Sumé, a comercialização do tomate e pimentão é constante. Produtores, como o Sr. Lúcio Duarte, têm o tomate como carro chefe de produção, repassando para uma empresa denominada Indústria e Comércio Ltda.⁹ (ASA) com o nome fantasia – Palmeiron, localizada em Belo Jardim-PE. No município de Monteiro, entre os entrevistados encontramos aqueles que cultivam apenas o capim forrageiro para alimentação do rebanho, o que é comum a todos os proprietários nos municípios estudados.

Percebe-se que à pecuária tem seu destaque por oferecer aos empresários rurais mais investimentos para a obtenção de lucro. A bovinocultura juntamente com a caprinocultura ganham destaque com relação à pecuária de maior investimento, além também da ovinocultura, além disso, os empresários rurais, buscam adquirir aquelas raças que possam ser mais favoráveis ao investimento, para a obtenção de um retorno financeiro como é o exemplo das Boer, Nelore, Girolanda, Saanen e Anglonubiano, por serem raças especializadas na produção de carne, conhecidas como raças de corte, especializadas na produção de leite, as chamadas raças leiteiras e dupla aptidão.

O Boer ele se destaca pela aptidão, carne então, ele dar uma moral, de carcaça muito boa! Cruza um bôer com a Saanen, ela é boa de leite e o Boer bom de carne, então... Saanen cria um cabrito muito bem feito, então agente termina tendo um cabrito com um peso bem melhor. (Gilmar Pereira – Sítio Serra do Jatobá – Serra Branca).

Além disso, temos a equinocultura que tem seu destaque principal no município de Monteiro, onde a prática de criação e comercialização de cavalos é intensa e constante, além da preocupação dos empresários rurais em montar uma estrutura totalmente adequada para a criação desses animais, assim como a prática do esporte de vaquejada como uma profissão.

[...] É mais por paixão, só que assim, tô tentando unir a paixão com retorno, como te falei vendo potro, vendo sêmen do cavalo, eu faço possível pra tentar manter a criação, porque eu gosto de alguma forma ter o retorno, entendesse. Eu sempre trabalhei pra ter um estrutura cada vez melhor, pra ter resultado melhor, uma coisa puxa a outra. (Clécio Tomé – Fazenda Santa Maria – Monteiro).

É importante destacar que a piscicultura e a criação de frango caipira são atividades pecuárias encontradas apenas no município de Serra Branca, o que difere das pecuárias

⁹[...] Essa indústria por meio de contrato anual instrui e fornece toda a assistência desde o preparo do solo até a colheita. (VIEIRA, pág. 40, 2014).

realizadas por produtores pesquisados nos outros municípios em termos de comercialização e investimento, assim também como do cultivo do tomate e do pimentão que são agriculturas tidas como rentáveis e com comercialização considerável no município de Sumé.

2.4 Atividades Produtivas e Empreendimentos fora do Rural

Abordamos anteriormente que o grupo de indivíduos identificados como empresários rurais engendram novas relações sociais na atividade agropecuária, o que difere do antigo latifundiário, mas que não perde totalmente as relações tradicionalistas. Isso nos faz pensar em processos de transformação social no espaço rural, onde a esfera produtiva de maneira especial, ganha um novo reordenamento, tendo destaque para a pecuária que como já foi mostrado, nos dias atuais, possui maior rentabilidade financeira.

Dessa maneira, os empresários rurais que destacamos aqui, buscam alternativas para manter a produção em suas respectivas propriedades, sem deixar de lado outras atividades produtivas e empreendimentos fora do rural, onde a renda irá circular em torno das atividades que esse ator exerce dentro e fora do rural. Todos os nossos entrevistados possuem alguma renda não agrícola, exercendo assim, outra atividade fora do rural, em diversos setores. Ao serem indagados se hoje daria para sobreviver apenas com a renda da propriedade e se a mesma se mantém ano a ano, todos os entrevistados responderam que não, pois uma renda irá complementar a outra, respondendo assim, a uma das hipóteses levantadas nesse trabalho de que a renda não rural complementa a renda rural e vice-versa.

É relativo, para o meu padrão de vida não daria, porque eu tenho uma família de 5 pessoas ainda pago o salário a um rapaz que mora lá com a gente e eu posso dizer a você que eu tiro tudo da propriedade, não, não é verdade, agora quem já esta na propriedade explorando familiarmente dá. Volto a dizer, não com padrões elevados, em situação de comprar carros novos, essas coisas, não, nada disso, mas o padrão sobrevivência pra você e alimentar bem, educar a família, fazer por onde eles cresçam e sobrevivam da propriedade com educação e com cautela, da. Agora dizer que da, para eu mesmo não daria, por que a propriedade não daria, pra o meu padrão de vida, não da. (Antônio Alberto, proprietário do Sítio Balanço, mais conhecido como Chácara Ipê – Serra Branca).

O que se observa na fala do Sr. Antônio Alberto é que apenas a renda da propriedade não dá pra manter um padrão de vida, almejado e alcançado, por esses empresários rurais o que é notável em vários outros discursos como o do Sr. Lúcio Duarte: “Para o nível de vida que eu vivo não da, pra viver para comer até dá, mas para viver bem como vivo não.”

Observamos ainda, o discurso de comparação ao modo de agricultura familiar e do sentimento de empresário, no tocante a que o primeiro conseguiria sobreviver apenas com a

renda da propriedade, se mantendo ano a ano e o segundo precisasse de outra atividade para o mesmo fim, não sendo possível obter o que ele chama de renda fixa:

De forma alguma, de jeito nenhum, isso pra gente aqui não existe entendeu? São raríssimos os casos, aí vai pra agricultura familiar que sobrevive daquilo ali, mas os grandes pecuaristas, eles tem que ter outra atividade, se não, não consegue. Por que nós temos anos bons e anos ruins, tu tá entendendo? Nós temos um ano bom e vários anos ruins, então não tem como você regulamentar, uma renda fixa. (Juraci Conrado – Rancho Maria Bispo – Monteiro).

Entre os entrevistados, temos o Sr. Gilmar Pereira, que difere de todos os outros, por ser um criador aviário, o mesmo destaca que a estrutura preparada por ele para a criação de frangos e caprinos, na região do Cariri, proporciona a uma família se manter apenas com a renda da propriedade.

Sim, uma família com estrutura dessas que eu tenho, o problema que é caro pra começar, ela se matem e se matem muito bem, por que só de mão de obra lá, se você tirar é dois salários mínimos que eu pago, né, já quase 3.000 mil reais, é R\$ 880,00 se não me engano né, isso? Então você imagina uma família trabalhando ela já não teria essa despesa, não é verdade? E ainda teria mais um lucro extra, além disso, aí, mais um lucro extra, se ele tiver bem orientado; agora ele precisa ser bem orientado. Você para produzir, você precisa saber pra quem você vai vender é mais fácil do que botar no mercado, num é verdade? Porque você tem que conversar com dono de supermercados, você tem que saber ofertar a qualidade do seu produto, você tem que ter cuidado com o pós-venda, tem ter cuidado. Como é a forma que seu produto está saindo? A gente examina cada ovo passa pelas mãos da gente, tem que ver se está indo limpo, não pode ir produto velho, tem que está limpo, tem que está bem higienizado pra poder chegar ao cliente. Isso é um diferencial!(Gilmar Pereira – Sítio Serra do Jatobá – Serra Branca).

O que vemos nesse relato é que o empresário, afirma possuir uma estrutura aviária com capacidade para manter toda a sua família, salientando que uma família que não possui despesas com pagamentos de funcionários e manutenção da propriedade, (no caso de famílias que trabalham nas propriedades) além de uma boa orientação para uso da terra, será bem sucedida e obterá lucros.

Além disso, o cuidado com o produto, a maneira como o mesmo vai chegar ao destino final, a preocupação em saber ofertar, além das boas relações entre vendedor e comprador são de extrema importância, principalmente para manter as redes de comercialização e estender os laços comerciais.

2.5 Processos Mercantis – Formas de comercialização

Ao indagar nossos entrevistados sobre a compra e venda de animais, assim como os critérios para a aquisição de novos animais, encontramos diferentes situações em cada

município. Alguns empresários trabalham com a venda direta do animal para o marchante que levará o produto diretamente para o abatedouro, ou ainda, os animais são disponibilizados em feiras de gado locais, em outros casos a compra de novos animais não acontece, pois sempre ha a reposição de animais nas propriedades pelo sistema de reprodução animal. Dessa maneira podemos explicar através de algumas falas dos empresários rurais, como acontece a compra e venda dos animais:

Eu vendo quando vai chegando tanto descarto animais quando esta sem produção, animal que deu problema de parição, animais que tem problema de lactação, animais que chegam, assim, eu tenho um limite de alimentação, o rebanho eu só posso criar, por exemplo, 70, 80 e 90 eu não posso criar 100 animais aí eu tenho que diminuir, tenho que vender aqueles a mais, então eu descarto, tanto os velhos como os animais que não se enquadra no padrão despadronizado eu também vendo o despadronizado os mais idosos, que não se enquadram e os que tem problemas tanto na parição, como lactação, como algum problema de saúde, preparo-os, limpo-os e os vendo. (Antônio Alberto, proprietário do Sítio Balanço, mais conhecido como Chácara Ipê – Serra Branca).

A nossa venda é aqui, eu vendo aos marchantes e proprietários de frigoríficos e o leite vai pra CAPRIBOM. (Juraci Conrado – Rancho Maria Bispo – Monteiro).

Como destaca o Sr. Juraci Conrado, a comercialização do leite de cabra e bovino acontece dentro dos próprios municípios, com o apoio das empresas CAPRIBOM em Monteiro e AGUBEL em Sumé, essa última com destaque apenas para o fornecimento de leite e laticínios de cabra. O fornecimento é feito diariamente pelos produtores, que já visam animais bons em produção leiteira, como já frisamos anteriormente. O Sr. Lúcio Duarte nos fala sobre a forma de comercialização e ainda das raças consideradas leiteiras:

[...] a criação de corte e principalmente os bodes, eu vendo quase todo pra o pessoal daqui, para vizinhança, o pessoal daqui que quer um “bodinho” para comer, para consumo de casa as vezes dou, dou mais do que vendo na realidade. As raças que crio são santa Inês, anglo-nubiano e pardo-alpina, investi nessas raças por conta do leite. (Lúcio Duarte – Fazenda Cutaé – Sumé).

Em outro caso, temos a criação e comercialização aviária, no município de Serra Branca pelo Sr. Gilmar Pereira, que ao ser indagado sobre a compra e venda de frango caipira nos esclarece sobre a importância de se manter vínculos com um bom fornecedor, para não cair na ilusão de obter um produto com baixo custo e acabar caindo no chamado dito popular: “O barato sai caro”.

Veja só, tem que ter preço tem que ter qualidade, né, isso é fundamental pra gente, agora assim, já tive oportunidade de oferecer um pinto mais barato do que o que eu compro, mas aí é um risco não tem segurança. Você tem ter segurança do produto

que você estar comprando por que se ficar nessa... Todo dia tem alguém oferecendo muito mais barato, estar trocando todo dia de fornecedor posso ter problema em não estar recebendo produto de uma qualidade que esperávamos receber. Então a gente tem que ter muito cuidado nisso ai é tanto que faz três anos que eu estou com o mesmo fornecedor e tem dado certo (Gilmar Pereira – Sítio Serra do Jatobá – Serra Branca).

Ainda sobre as redes de comercialização do frango caipira e sobre a competitividade de mercado do mesmo:

Não há, na verdade falta frango caipira. Se você imaginar uma cidade como Campina Grande, que é uma cidade de grande porte, se nós pegarmos os bairros de Campina Grande a quantidade de lojas que tem, frigoríficos que tem, estabelecimentos comerciais que vendem ovos, carne, frango e tal , e ninguém tem frango caipira. Eu não posso nem sair de Serra Branca, por exemplo, São João do Cariri, Sumé, por que eu trabalho com a questão de logística, por que eu tenho que pensar no meu deslocamento, né? Por que to dizendo isso? Porque são 18 quilômetros só de Serra Branca, por que vou ate Sumé, porque são 35 quilômetros de Serra Branca pra eu ir pra Campina Grande, eu teria que ter outra despesa mais elevada, também teria que ter uma produção maior do que a que eu produzo hoje pra poder atender a uma demanda bem maior. “Por isso que estou limitado a Serra Branca, São João do Cariri e Sumé, aqui em Serra Branca eu vejo o seguinte: se alguém de repente disser: “eu vou criar!” ou vai quebrar ele ou eu, porque a economia daqui quem conhece sabe economia é limitada, então assim ou eu quebraria ou ia produzir só a metade ou o camarada ia só produzir a outra metade, ou então teria que sair pra outra cidade pra vender o produto que agente esta produzindo.(Gilmar Pereira – Sítio Serra do Jatobá – Serra Branca)

Através da fala do Sr. Gilmar Pereira, percebe-se certa preocupação com uma suposta concorrência. É como se cada produtor ficasse responsável por uma fatia do mercado, por isso a variedade de atividades produtivas na região, além da preocupação de que um produtor que comercializa o mesmo produto que outro na mesma região possa levar outrem a falência.

O Sr. Antônio Alberto, servidor público da EMATER, no município de Serra Branca e proprietário da Chácara Ipê, em entrevista concedida a autora, fala sobre a comercialização de animais, destacando o repasse para os chamados “atravessadores” que têm parcerias com restaurantes e churrascarias para o repasse do produto. O que nos mostra que cada produtor busca especializar-se em uma atividade reunindo o prazer e o lucro. Essa é uma das características do empresário rural.

Então, veja bem, nosso maior entrave na nossa região ainda é a comercialização, em todos os parâmetros todo problema nosso ainda é comercialização a gente ainda não tem um abatedouro publico, agente tem que vender forçosamente ao atravessador, ai ao atravessador agente procura sempre, dois cidadãos que sempre me compra rigorosamente examina os animais, e com esses atravessadores tenho uma relação muita boa com eles eu peso eles me paga sem problema nenhum é tranquilo, são os tradicionais marchantes ai tem um, que não é marchante, ele mata também e vende também, mas ele abate e revende para os grande centros como Caruaru, Campina ,

João Pessoa, ele manda, ele tem uns convênios com restaurantes churrascarias e também encaminha pra lá. Eu não posso vender direto pra isso por que eu não tenho suficiência, eu não tenho animais suficientes para manter como os comerciantes querem como ele compra de um e de outro ele vai fazendo a seleção vai vendendo, então esses dois sempre compram comigo né, mas maioria vende direto para alguns marchantes que também vendem no mercado local, quando não, alguém vem compra um animal mais selecionado ai gente pega e vende em melhores condições, um animal mais selecionado de raça, a gente consegue agregar um valor melhor a esses animais. Portanto, tanto a gente vende pra o comércio, como que dessa forma pra alguns produtores. Pra melhorar os rebanhos deles alguns produtores substituem algumas matrizes, como também pra o mercado local.

Dessa maneira, podemos destacar a importância de se existir um atravessador, pessoas que facilitam a comercialização tanto para o vendedor como para quem comercializa. Não deixando ainda de existir aquelas pessoas que trabalham com a comercialização de carnes em frigoríficos e feiras centrais que vão diretamente a procura do proprietário do animal para a realização da compra. É destacada ainda, a comercialização de animais de raça especialmente para produtores que desejam melhorar os seus rebanhos e fazer substituições de raças.

O entrevistado ainda destaca a importância de consumir do seu próprio produto, o mesmo faz em sua propriedade todo o procedimento de abate para o consumo de sua família.

[...] e também vem o outro lado que eu não compro carne pra minha família, eu abato na propriedade, a carne é minha produzida por mim. Saio do problema que eu não sei de onde vem a carne, comprando ao atravessador que compra a mim, eu confio no que eu faço, pra minha família eu trago de minha propriedade e também o lazer vez por outra eu junto as famílias ai vou pra sitio com elas e bate-papo com eles faz um churrasco de domingo ai agente se confraterniza por ai vai. (Antônio Alberto, proprietário do Sítio Balanço, mais conhecido como Chácara Ipê – Serra Branca).

Outro fato importante observado, é que dentre os entrevistados temos o Sr. Roberto Carlos, que tem sua propriedade no Sítio Pitombeira em Sumé. Este se diferencia dos empresários rurais de seu município e dos demais, por ter uma maneira diferenciada para a compra e venda dos animais. O mesmo vende os animais em parceria com a EMATER/Sumé e Banco do Nordeste, onde cada um desses órgãos possui uma finalidade para o fim desejado. O primeiro recebe o comprador e encaminha para o vendedor que por sua vez, encaminhará para o segundo para a realização do procedimento financeiro, onde o comprador negocia diretamente com o banco que repassará o valor da venda para o empresário rural, fazendo com que o comprador não estabeleça um contato financeiro direto com o vendedor.

Agente prepara o animais confinado o cliente chega na EMATER por aqui, ai eu exponho, “o que você tem lá” ? Tenho ovelha. O produto que enquadrar no projeto dele a gente vai lá negocia, e o banco paga. (Roberto Carlos – Sítio Pitombeira – Sumé).

É interessante destacar que no município de Monteiro a criação de equinos tem maior destaque dentre os municípios pesquisados no Cariri Ocidental Paraibano. O que observamos é que a comercialização desses animais ocorre principalmente por meio da internet, através de sites e perfis sociais criados através de páginas de relacionamentos pessoais, como Facebook e Instagram. Tal fato nos leva a destacar uma inovação no campo da agropecuária, o uso das redes sociais para a comercialização de animais é tida como uma característica inovadora (para a região estudada) do empresário rural, como destaca o Sr. Clécio Tomé:

Olha é através de contatos, a gente tem contatos de muita gente, eu conheço muita gente que cria tanto na região como longe também, eu tenho contanto, sabe, eu tenho contato de haras em Campinas, em São Paulo em Sorocaba, tenho muita gente aqui em Santa Cruz do Capibaribe, tem em Recife, também aqui pra Tabira, São Jose do Egito, João Pessoa, Campina, às vezes numa conversa com alguém, por que assim faço muita divulgação também de cavalos o cara ver a propaganda do cavalo tem no site aí liga pra mim, aí tem os aplicativos, eu divulgo muito no instagram, muito também, no facebook, como tenho acesso a muita gente o pessoal entra em contato e agente negocia muito dessa forma.

A internet facilita o contato direto para a comercialização, especialmente de equinos, como é destacado na fala do Sr. Clécio Tomé, que enfatiza ter contato com pessoas de outros estados e municípios através desse meio de comunicação. A existência de aplicativos que permitem muitas vezes a mostra de produtos em tempo real facilita a rede de comercialização por esse meio.

Figura 02 – Perfil do Facebook do Sr. Clécio Tomé



Na figura 02 temos o perfil pessoal da rede social facebook, utilizada pelo Sr. Clécio como um meio de propagar a comercialização de equinos. Nessa página, também podemos encontrar a comercialização de outros produtos, a exemplo de bonés, que ressaltam a raça dos animais, como nos mostra a figura a seguir (Figura 03):

Figura 03 – Comercialização em perfis de redes sociais



Com relação à compra de animais, podemos analisar os critérios utilizados para a compra de novos animais, que seriam qualidade, principalmente no tocante a reprodução, “um bom animal é aquele que reproduz”, o preço estimado, a raça e cuidados com o animal, como vacinação em dia. Maia (2013) destaca que a partir da década de 1990, houve uma ressignificação da prática da pecuária que influenciou na dinâmica produtiva, como mudanças no aspecto da qualidade e controle sanitário do rebanho com a introdução de vermífugos e carrapaticidas, introdução de vacinas para o combate de doenças como a raiva animal, carbúnculo, febre aftosa e brucelose, sendo que as duas últimas são obrigatórias pelo estado da Paraíba, punindo os proprietários que não vacinarem o seu rebanho.

Eu compro mais reprodutores, reprodutores eu compro mais de linhagem enquadrada no padrão racial, só compro se for padronizado. (Antônio Alberto, proprietário do Sítio Balanço, mais conhecido como Chácara Ipê – Serra Branca).

Eu compro com recursos próprios, compro na feira livre, em comércio, em sítios na região, não compro nada “fora”, na época da exposição é que a gente comprava fora. Comprava na Bahia, que vinha em quantidade, raças que aqui não encontrava, mas agora é tudo por aqui... Primeiro lugar a saúde, um animal, se é sadio. Aí faz assim; assim que a gente compra faz a verificação, tudo, tudo bonitinho, deixa tudo dentro do padrão para o cliente comprar e não ter prejuízo, como problemas de vacinação. Esta tudo em mão aqui, vacina da Aftosa, tem que deixar tudo em ordem para não dar prejuízo a quem vai comprar. (Roberto Carlos – Sítio Pitombeira – Sumé).

Tenho o critério, o critério principal critério hoje pra agente comparar o equino é o pedigree, é tanto que meus animais são todos registrados, não da pra você hoje criar um animal sem ter um documento, não tem como, então, o primeiro passo é o pedigree, depois vem à morfologia que é a beleza do animal, mas a primeira coisa que a gente olha é o documento. (Clécio Tomé – Fazenda Santa Maria – Monteiro).

Uma das principais preocupações, nesses processos mercantis, é o cuidado para com o repasse do animal para o comprador. Todos os empresários rurais aqui destacados mostram a preocupação e o cuidado para com a criação desde o momento da compra até o repasse. O animal deve ter documentação, inclusive a chamada GTA (Guia de Trânsito Animal Eletrônica) que já se tornou obrigatória principalmente para o transporte inter e intraestadual de animais vivos destinados ao abate, em estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Federal (SIF).

A implementação da e-GTA, que anteriormente era apenas facultativa, adotada por alguns Estados, já trouxe avanços ao Sistema de Defesa Agropecuária Brasileiro, incentivando os Serviços Veterinários Estaduais a atualizarem o cadastro das propriedades rurais e propiciando agilidade na transmissão de dados entre as unidades entre as unidades Federativas de origem e de destino. (CANAL RURAL, 2014).

As redes de comercialização são amplas, dentro dos próprios municípios, se expandindo também para fora do Estado. Como comenta o Sr. Lúcio Duarte, que trabalha especialmente com a comercialização do tomate:

[...] as vezes vendo ao atravessador mas as vezes é difícil eu sempre vendo ao marchante e as vezes já vendi ate para o Pernambuco, ultimamente vendi duas carradas para o Pernambuco. (Lúcio Duarte – Fazenda Cutaé – Sumé).

Além disso, quando indagamos nossos entrevistados sobre a questão de competitividade, tanto no mercado local, como regional, obtivemos a resposta de que, nesse espaço de comercialização dentro dos próprios municípios, para alguns não há uma competitividade com o mercado local e principalmente regional, pois cada um tem a pessoa

certa para o repasse, principalmente com relação a corte a distribuição de leite para as usinas de beneficiamento, mas para outros essa competitividade existe e pode prejudicar de diversas maneiras.

Ai depende da oferta, a carne na época da chuva já o leite na época da chuva cai o preço por que o mercado é pequeno, ate que o leite nem aumentou muito, por que a crise que ta no Brasil, não está aumentando nada. (Lúcio Duarte – Fazenda Cutaé – Sumé).

Tem a competitividade, é a feira livre. Por que têm muitos produtores, todo mundo trás para feira, ai tem a época de você ir comprar na feira livre e a época de vender, o que acontece quando da “feira cheia”? Ai eu pego o animal, vou para feira e vendo. Quando tiver a feira vazia, aí seguro lá, se o banco não compra aquilo ali, quando o preço chegar eu retorno para feira livre e vendo na feira livre, é outra opção. A competitividade é que é muito produtor, ai aglomera muitos animais. (Roberto Carlos – Sítio Pitombeira – Sumé).

O que é colocado pelo Sr. Roberto Carlos é que no município de Sumé a competitividade esta na feira central, pois aglomera uma grande quantidade de produtores que vão a feira com o mesmo proposito, vender seus animais. No caso dele, isso é uma alternativa, já que sua comercialização é em parceria com o BNB. Nas palavras do mesmo, vender na feira livre é uma opção quando não se tem saída de animais pelo sistema de crédito do banco.

2.6 Rotações de recursos entre uma atividade e outra

Os municípios paraibanos aqui apresentados possuem uma diversificação produtiva com relação à agropecuária. Os empresários rurais em seus arranjos produtivos modificam o espaço, com novas práticas produtivas – principalmente no manejo de recursos vindos da agricultura, nossa observação nos permitiu notar que essas práticas tem perdido muito o seu foco, por diversos fatores, principalmente pela escassez de chuvas que assola todo o Nordeste – e novas relações de produção e modernização do espaço, onde podemos destacar a produção pecuária, que no Cariri Ocidental Paraibano vem ganhando mais força mesmo em meio às dificuldades que assolam a região, a compra e venda de animais, assim como de produtos derivados dessa atividade são o que mais produzem renda para os empresários rurais e suas famílias.

Dessa maneira, é importante destacar que os nossos entrevistados possuem uma renda que não provém do rural, que vai complementar a renda agropecuária e vice versa. Através dos discursos podemos destacar que recursos financeiros obtidos nas atividades não agrícolas, são utilizados na unidade agrícola de produção, ou da unidade agrícola para a atividade fora

do rural. Em um dos casos podemos encontrar o seguinte discurso feito pelo Sr. Gilmar Pereira: “Da propriedade pra minha vida pessoal não, ela dá resultado, hoje é positivo vender. É um inverso, uso da propriedade pra casa”. No caso, esse produtor não utiliza recursos da sua aposentaria para a propriedade, pois a mesma consegue se manter ano a ano, devido a venda do frango caipira e seus derivados a exemplo do ovo. Já para o Sr. Ronaldo Costa depende da época do ano para haver a rotação de recursos: “Tem uma época que a gente usa de lá pra cá e de cá pra lá, vai inteirando”.

Foi a partir dos discursos coletados e da análise do campo, que podemos observar que esse fator de rotação de recursos é de fundamental importância para esses atores, à renda adquirida em outra atividade financeira, leva a geração de uma rotatividade de recursos, onde a renda de uma atividade vai ajudar a complementar e investir em outra, assim como nos leva a pensar na relação do campo com a cidade – rural e urbano¹⁰ – onde a renda adquirida em um espaço, irá complementar a outra. SANTOS (1996 p. 106), citado por Hespanhol (2013) afirmam que o constante processo de modernização e de tecnicização da agricultura aproxima o campo da cidade, pois nas “condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes.

Aqui podemos destacar o que já foi motivo de vários debates. A questão da transição do rural para o urbano que como destaca Vieira (2015) “podemos dizer que seria a transição da forma de vida do camponês tradicional como um trabalhador urbano”, esse que no nosso caso difere do antigo camponês, por dirigir a sua propriedade de maneira a torna-la uma empresa, mas que, como a autora destaca, é um trabalhador urbano que mantém a relação entre o rural e o urbano, exercendo atividades distintas, onde uma vai complementar a outra. Levando em consideração a modernidade que ao passar dos tempos exige que as pessoas sigam determinados percursos, como destaca Brandenburg (2010) “quando a sociedade se moderniza e impõe seu ritmo e seu padrão de vida ao campo, as condições de vida camponesa se redefinem, a vida social em comunidade se reorganiza”.

Na visão dos empresários rurais, o espaço rural modernizado, necessita de recursos que não provém do mesmo, pois sozinho, não se mantém, isso é o que os motiva a obter outra atividade fora do rural, para que a renda financeira seja estável, (ou maior) para sustentar os

¹⁰Campo e cidade são formas concretas, “materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; ‘urbano’ e ‘rural’ são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade” (BIAZZO, 2009, p. 144 apud Hespanhol 2013).

seus padrões de vida, como já foi visto anteriormente e é destacado na fala do Sr. Lúcio Duarte ao ser indagado sobre a utilização de recursos na propriedade adquiridos em outra atividade fora do rural:

Não! Para o nível de vida que eu vivo não. Dar pra viver, para comer, mas para viver bem como vivo não dá. É a vida você se acostuma a gastar 400 reais por semana com trabalhador analisa aí, eu com a propriedade tem uma renda, vamos botar uns R\$ 2.000 e pouco a R\$3000 vamos botar; na época ruim uns R\$ 2.000 e pouco, uns R\$ 3000 e pouco na época boa por mês. É pesado. É tudo misturado aí, tá faltando aqui, vou botando o que preciso, vou ajeitando. (Lúcio Duarte – Fazenda Cutaé – Sumé).

Contudo, o que vemos, é que os gastos com a propriedade são constantes e de valores altos, o que faz com que esses produtores em sua grande maioria não consigam sustentar a propriedade apenas com os recursos obtidas nelas mesmas. Como é enfatizado na entrevista acima citada, o padrão de vida desses empresários é um dos grandes fatores para a busca de investimentos no rural e fora dele, uma renda vai complementar a outra e isso gera certa garantia, de que nada irá faltar para esse empresário. Em outro momento, o Sr. Lúcio Duarte fala do rendimento adquirido com o repasse do leite de cabra para a usina de beneficiamento AGUBEL, o que nos mostra que “nem tudo está perdido”, pois o repasse do leite traz benefícios financeiros para o produtor, como uma boa alternativa para manter a propriedade: [...] o leite que ajuda muito, muito e muito dar pra pagar o vaqueiro, o rapaz que trabalha ajeitando cercas, e fazer a feira e ainda sobra uma coisinha.

2.7 Relações de trabalho e mão de obra

Sabe-se que na história brasileira a mão de obra não só no meio rural, mas em todos os segmentos, sofreu consideráveis impactos. Conforme a modernização e consecutivamente as inovações tecnológicas e desenvolvimento no setor agropecuário, a mão de obra assalariada foi como que classificada em trabalhadores permanentes, ou temporários, onde os primeiros seriam aqueles residentes nas propriedades, ou assalariados e o segundo aqueles que exercem um trabalho informal na propriedade, muitas vezes chamados de “diaristas” ou prestadores de serviços, como destaca Staduto, Shikida e Bacha (2004).

As alterações ocorridas na agropecuária no plano tecnológico, principalmente a partir de meados dos anos 60, podem ser compreendidas como um ciclo de inovação tecnológica para o setor no Brasil, as quais geraram transformações nas relações do trabalho, que se manifestam por meio do surgimento e generalização do trabalhador assalariado temporário. Esse fenômeno na agropecuária brasileira alterou a composição da mão-de-obra assalariada, em termos de trabalhadores temporários e

permanentes. Tal como colocado anteriormente, sugere-se que ocorreu, de maneira mais clara na década de 1990, um novo ciclo de inovação tecnológica que alterou a tendência de crescimento da participação dos trabalhadores temporários na agropecuária brasileira, provocando a sua retração em relação ao trabalho permanente.

As relações de trabalho nas propriedades do Cariri Ocidental Paraibano de acordo com os entrevistados se dão a partir de assalariados, contratados, prestadores de serviços, diaristas e/ou familiar, principalmente no tocante a irmãos consanguíneos que trabalham juntos na propriedade.

Tem aquelas pessoas que trabalham, que num tem vínculo trabalhista, o cara é prestador de serviço, maioria são prestadores de serviços aí tem uma pessoa que também mora lá, é uma família. Tem as pessoas que faz o trabalho por fora, entendeu? Por que assim, só pra você entender melhor, por exemplo, eu tenho um veterinário que trabalha bastante pra gente, ele faz exames faz ultrassom, ele faz resenha de potro dizer que cor é, o sinal, qual a idade que tem quem é mãe quem é pai, então, assim eu tenho esse veterinário fixo, fixo não, ele trabalha bastante pra gente, faz um trabalho pra gente, eu não tenho um vínculo empregatício com ele, mas ele sempre faz trabalho pra gente. Aí tem o rapaz que monta nos animais, tem o que cuida e tem o que monta, no caso são dois diferenciados, aí tem... hoje não tenho mais, mas antes tinha o vaqueiro que corria nos cavalos. Aí, tem também o morador, então assim, são vários empregos, varias pessoas trabalham, mas só uma é de forma fixa, os outros são prestadores de serviços. (Sr. Gilmar Pereira – Sítio Serra do Jatobá – Serra Branca)

Como podemos observar no discurso do Sr. Gilmar Pereira, várias relações trabalhistas podem ser encontradas nas propriedades dos empresários rurais do Cariri Ocidental Paraibano, sendo que nem todos os trabalhadores são formalizados, observa-se em vários outros discursos de nossos entrevistados que várias pessoas exercem funções diferenciadas, mas apenas uma é formalizada, as outras são tidas como prestadores de serviço, diaristas, entre outros. A formalização do trabalhador é lei, válida também para o mundo rural, assim como para qualquer outro tipo de trabalho em nosso país. As atitudes tomadas pelos empresários rurais, no tocante a formalização trabalhista de pelo menos um dos trabalhadores em suas propriedades, nos remete a pensar na questão de fiscalização do ministério do trabalho¹¹, que garante aos trabalhadores, os direitos previstos pela legislação brasileira. Caso

¹¹O Ministério do Trabalho está vinculado ao governo brasileiro. Ele foi criado em 26 de novembro de 1930, no governo de Getúlio Vargas. Ele se uniu ao Ministério da Previdência, através da medida provisória nº 692/2015 e partir daí, tornou-se Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS). Dentre seus objetivos estão o de criar políticas básicas para a geração de emprego e renda, contribuir com os avanços das relações de trabalho, bem como fiscalizar (combatendo o trabalho escravo, infantil e a informalidade, por exemplo) e aplicar medidas àqueles que não cumprirem as regras específicas da legislação. Cabe ainda, contribuir para o desenvolvimento do trabalhador, auxiliá-lo nas questões relativas ao trabalho e assegurar a saúde e segurança no trabalho. Disponível em:<<http://direito-trabalhista.info/ministerio-do-trabalho.html>>

haja uma fiscalização desse órgão ou até mesmo uma denúncia, o proprietário será multado conforme os direitos do trabalhador tidos na legislação.

Alguns trabalhadores moram nas propriedades, alguns solteiros, outros moram com a família. São pessoas que exercem suas funções na propriedade, tem participação muitas vezes no lucro da comercialização agropecuária, assim também como criam seus próprios animais, mas não possuem nenhuma “autoridade de mando” sobre a terra. Em entrevista o Sr. Clécio destaca: “Tem tudo direitinho, é um ramo que gera muitos empregos, agora assim, fixo mesmo não, só o morador mesmo”. Em entrevista o Sr. Lúcio Duarte destaca:

Não tenho moradores, são diaristas. Pago um vaqueiro semanalmente. Tem outras pessoas irrigando, limpando. Agora no plantio tem uns 15 que trabalham diariamente e tem o vaqueiro cuidando dos animais. Nenhum é formalizado. O vaqueiro ele cria o que quer, ele tem criação, gado, nunca estipulei quantidade de animais para o vaqueiro criar.

Em outro momento temos o seguinte discurso:

[...] ele cria a vontade, nunca desde que entrou, ate hoje eu nunca fiz nada pra ele criar tantos por cento do que eu crio não, só que ele tem uma consciência e também a necessidade, que só um salário mínimo não da, então, eu deixo ele criar, por que facilita, ele cria, ele produz, agora mesmo ele esta produzindo maracujá lá para ele, não é pra mim não, ele me da de presente maracujá, ele e o filho. Então ele cria com água minha, ajuda ele, tanto pra se alimentar, como pra vender e ajudar dentro de casa, ele faz isso tranquilo, tanto a criação como a agricultura, faço sem nenhum problema. Ele só não tem participação na piscicultura é muito metódica, o custo é alto, ganha pouco, ai não da, é complicado. (Sr. Antônio Alberto, proprietário do Sítio Balanço, mais conhecido como Chácara Ipê – Serra Branca).

O que se destaca no discurso acima é a velha troca de favores, remetendo-nos aos modelos tradicionais, onde o trabalhador tem uma certa “liberdade”, dada pelo proprietário da terra, para a produção agrícola e criação de animais. Mesmo que a comercialização dos produtos agropecuários não seja repassada de maneira total para o proprietário da terra, o trabalhador oferece como um presente ao seu patrão algo do que ele colheu ou vendeu em determinado período, em um gesto de “agradecimento” pelo espaço que lhe é concedido em sua propriedade.

Observa-se que uma das justificativas para a não formalização do trabalho, parte do próprio trabalhador, que em muitos casos não quer ter sua carteira assinada ou até mesmo pela a flexibilização do trabalho. Como nos é apresentado no seguinte discurso:

Na verdade, nenhum dos meus dois funcionários não querem assinar carteira o terceiro que faz o abate nenhum quer assinar carteira por que o pessoal querem aposentar como agricultores, não querem que a gente assine carteira mas isso vejo

com eles olhando no olho deles você pode perguntar a eles se é verdade, é, olhe eu tenho como assinar carteira de vocês querem assinar então um dos meninos disse não Gilmar não por que só falta 7 anos pra mim aposentar, então o que acontece, eu não tenho nenhum com carteira assinada eu pago a ele só equivalente ao salário mínimo, eu não sei mentir podia está enfeitando essa fala dizendo que paga um salário mínimo e tal e queria pagar os direitos que eles tem aquelas coisas todas, os impostos relativo a esse salário e tal, lavaí, mas assim, eles recebem o salário um deles tem a participação no lucro tem horário livre. Eles sabem que aves precisam se alimentar a partir 9: 30 da manhã, então Caetano chega 6:00 horas da manhã, chega 5:00 horas, chega 7:00 horas, não tem nenhum problema a gente não estar olhando pra o relógio pra dizer o tem que bater ponto então assim existe um respeito um uma coisa, uma cooperação, eu tenho certeza que eles são felizes eu não gosto de trabalhar com ninguém infeliz você tem que estar perto das pessoas e fazer elas felizes, é tanto que o menino que trabalha comigo terminou saindo, hoje é muito arrependido, ele não percebeu que o horário que ele tinha livre era um horário que tinha que respeitar, então abusar desse horário, então ele abusou ai agente teve que conversar com ele, pedir pra ele não ficar e tal, e hoje ele é arrependido de ter saído por que pra onde ele foi quando o cara chega já pode colocar o relógio falta 10 minutos ainda pra encerrar o expediente, então a gente não tem isso, eu digo a eles eu acho que sou um pequeno negócio no estado que tem horário livre talvez nem outro pequeno negócio ou talvez um grande negócio tenha horário livre como vocês tem e a gente introduziu lá e esta dando muito certo. (Sr. Gilmar Pereira – Sítio Serra do Jatobá – Serra Branca)

Na fala do Senhor Gilmar, observamos dois fatos, o primeiro é o argumento de que o próprio trabalhador opta por não formalizar o seu trabalho, assim também como enfatiza a participação do trabalhador no lucro e o que ele chama de “trabalho livre”, onde o trabalhador faz o seu próprio horário, desde que cumpra com todas as atividades que são postas pelo empregador em sua propriedade.

Dessa maneira, podemos destacar a participação desses empresários rurais em sindicatos e associações. Bursztyn (1984) destaca que o agricultor isolado não pode sozinho plantar, colher, vender, comprar, pedir crédito, melhorar sua cultura e suas técnicas, mas em grupo isso é possível.

Através das entrevistas podemos observar que nos municípios pesquisados, essas entidades não funcionam cem por cento, ou seja, algumas são efetivadas e em seguida desativadas, outras existem apenas no papel, reuniões e atividades não são realizadas, além disso, a participação dos seus membros também não é de maneira ativa, muitos são apenas cadastrados, não participando ativamente da vida sindical, como o comparecimento a reuniões e atividades, quando existe. O que leva a muitos a não participação em nenhuma associação ou sindicato, muitas vezes, é a justificativa da falta de tempo para tal, como destaca o Sr. Roberto Silva do município de Monteiro: “Aqui tem associação, eu já participei antes, hoje eu não participo mais, devido meu tempo ser muito corrido, eu num participo”.

Vejamos o quadro a seguir (Quadro 04):

QUADRO 04: Associações e sindicatos que os empresários rurais são filiados

PROPRIETÁRIO	ASSOCIAÇÃO OU SINDICATO
SERRA BRANCA	
Antônio Alberto	ACCOSB - Associação de Criadores de Caprinos de Serra Branca
Ivo Honorato	Sindicato dos trabalhadores rurais
Gilmar Pereira	BancáriosPB - Sindicato dos Bancários da Paraíba; Cooperativa Agroindustrial Regional de Avicultores – COOPERAVES
SUMÉ	
José Araújo	Sindicato do Petróleo
José Edivaldo	Sindicato dos trabalhadores rurais
Lucio Duarte	Sindicato dos trabalhadores rurais; Associação de Criadores de Caprinos de Sumé, ACCS
Roberto Carlos	AMUABAS – Associação dos Moradores e Usuários das Águas da Bacia do Açude de Sumé
MONTEIRO	
Clécio Tomé	Associação de trabalhadores rurais*
Crispin Bispo	Não participa
Juraci Conrado	Associação de trabalhadores rurais*
Roberto Silva	Sindicato de trabalhadores rurais
Ronaldo Costa	Não participa

*Não foram informados os respectivos nomes das associações citadas

No seguinte quadro (Quadro 04), observa-se que os empresários do Cariri Ocidental Paraibano estão de alguma maneira engajados em associações e sindicatos, mesmo que não seja ativamente, como já destacado, mas há um interesse por parte dos mesmos em estarem vinculados a esses órgãos. Além disso, encontramos aqueles que fazem parte de fundação de associação, que movimentam reuniões e eventos, assim como outras atividades, como destaca o Sr. Antônio Alberto em entrevista:

Participo! Por sinal, nós somos fundadores da Associação de Caprinos e Ovinos de Serra Branca a ACCOSB, ela estar em um momento de dificuldade, aí a gente foi fundador fui o primeiro presidente e a gente deu uma dinâmica nela muito boa, mas depois de politizaram que é um grande problema, em cidade pequena e principalmente na nossa região, a politização não se deve politizar, aí houve a politização, aí tivemos erros e acertos, aí saímos dela. Nos afastamos, as sequências de mandatários não foram muito boas, aí ela veio a fechar. Mas é o seguinte, é uma proposta nossa para o próximo ano, se Deus quiser, a gente tentar reativá-la, porque ela vai construir a feira, porque não temos feira aqui, é uma coisa que falta, pra

vender os animais na feira diretamente. O produtor vem e coloca os animais a venda direto a quem venha comprar, diferente do atravessador, na propriedade não deixa de ser um atravessador, mas o atravessador vai comprar esse exposto como se fosse uma feira normal, certo, a vitrine sua é ali. Associação você trás seu produto e vende lá, quem quiser comprar o produto está lá na vitrine.

Na fala do nosso entrevistado, percebe-se a crítica em meio à questão administrativa e política, o que pode ser pensado como um dos grandes problemas para a decadência de muitas associações. A mudança de coordenação dessas instituições, muitas vezes, esta remetida ao poder político existente nesses municípios e no Estado; Como destaca Bursztyn (1984) ao abordar sobre o cooperativismo, que estas são vistas como uma forma de reprodução do capital, como uma fórmula adotada para buscar a secularização do caráter capitalista do Estado, como um instrumento de legitimação.

CAPITULO 3

RETORNO DE INVESTIMENTOS? PENSANDO EM NOVAS RELAÇÕES QUE O GRUPO DE “EMPRESÁRIOS RURAIS” ESTABELECE COM A TERRA.

O semiárido nordestino vem passando por uma série de transformações impulsionadas por vários atores e sujeitos como agricultores familiares modernos, agricultores familiares tradicionais ou pouco tecnificados, empresários rurais tecnificados, que em um esforço de desenvolvimento, lançam olhares sobre o rural estabelecendo uma nova configuração nesse espaço. Dessa forma, constroem um projeto de modernização, distinto dos modelos anteriores, como destaca Cunha (2009), “visando, a partir da atividade pecuária, integrar diferentes interesses e visões de mundo”.

Esses novos atores transformam o espaço rural a partir de novas práticas desenvolvidas através da atividade agropecuária, muitos visando à inovação e a modernização do campo. Alguns conservam antigos costumes e práticas tradicionais em suas maneiras de produzir no rural, com entendimento de que são as novas visões de mundo que integradas às antigas práticas que fazem com o que o novo rural se desenvolva, proporcionando assim, um retorno de investimentos para esses atores.

Neste último capítulo buscaremos observar, a partir das atividades desenvolvidas por esse grupo de empresários rurais do Cariri Paraibano, além da atividade agropecuária e das diversas formas de produção que se utilizam da modernização do campo, como esses atores buscam novas alternativas para investimento na agropecuária em um esforço de compreensão do principal interesse dos mesmos pela terra utilizada como uma forma de investimento que complementa outro tipo de atividade, desenvolvida fora do espaço rural. Buscaremos, ao mesmo tempo, tentar entender como esses novos atores/agentes tem a terra como investimento, se destacando em suas praticas produtivas e exercendo novos papeis no mundo rural, além das relações estabelecidas com outros grupos sociais.

3.1 O empresário rural e a formação de um novo “Ethos” social

Já foi abordado em todo o trabalho que o ator que definimos como empresário rural se integra ao mercado com novas técnicas de produção e novos investimentos, visando os seus interesses econômicos. Apresentar esse empresário rural como construtor de um novo *ethos*¹²

¹² Para Pierre Bourdieu, o *ethos* é o conjunto de princípios interiorizados que guiam a conduta do indivíduo de forma inconsciente e que permite a adesão aos valores partilhados por determinado grupo social. (MASCARENHAS, 2012).

social se torna possível a partir do momento em que o mesmo é tido como um destaque na região do Cariri Ocidental, designando uma nova característica, passível de observação, como sendo possuidor de traços comportamentais diferenciados dentro da agropecuária, que o distinguem de um determinado grupo, já existente, com características tidas como culturais da região semiárida, como por exemplo, o agricultor familiar, grupos de assentados, colonos, entre outros.

Os empresários rurais visando novas formas de produção, utilizando da modernização do campo, buscam novas alternativas para investimento na agropecuária. O que remete ao contexto de agronegócio, que permite compreender as transformações vivenciadas no Cariri Ocidental Paraibano, tendo em vista que hoje o agronegócio, entendido como a soma dos setores produtivos com os de processamento do produto final e os de fabricação de insumos, responde por quase um terço do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e por valor semelhante das exportações totais do país. (GUANZIROLI, 2006).

Maia (2014) destaca que o conceito de agronegócio adquiriu inúmeras formulações desde a sua criação, todavia compreende-se que todas essas definições partem de uma base comum, que ressalta a acumulação de capital e o progresso tecnológico e moderno com as atividades agropecuárias. Para essa autora, a noção de agronegócio pode ajudar a compreender as transformações ocorridas nos últimos 30 anos, demarcando as especificidades dos esforços recentes de modernização e integração aos mercados.

A conceituação técnica de agronegócio se refere à cadeia produtiva agrícola ou pecuária, em termos das relações econômicas e industriais, ou ao conjunto dos negócios relacionados à agricultura ou a pecuária [...] quando formulamos a noção de “agronegócio sertanejo”, o fizemos em contraposição ao agronegócio percebido como: a) a etapa atual do desenvolvimento das forças produtivas no campo, marcada por internacionalização, concentração e grandes investimentos de capital; e b) um termo político que expressa os interesses e visões de mundo de um grupo social particular, associado aos setores mais desenvolvidos da economia agropecuária brasileira. (MAIA, p. 168, 2013)

A autora, ainda inclui a noção de agronegócio sertanejo como um importante fator para se pensar em novas estratégias sociais, econômicas e produtivas (MAIA, 2014).

Por “agronegócio sertanejo” entendemos, portanto, o modelo social e produtivo resultante dos esforços de modernização adotados nas propriedades rurais do semiárido nordestino – principalmente, mas não exclusivamente, na agricultura patronal – que expressa a reorganização do setor agropecuário regional após a crise do latifúndio a partir de finais da década de 1970. (MAIA, pág. 168, 2014).

Os empresários rurais aqui apresentados buscam a inovação e a especialização em uma atividade produtiva. Com um espírito empreendedor, introduzem em suas propriedades diversas práticas produtivas, novas estratégias de produção e novas estratégias econômicas, em um esforço de modernização que visa o lucro e a permanência destes no meio rural. Mesmo em meio ao discurso de que a atividade agropecuária não é rentável, que os custos são mais altos que o lucro, observa-se que os empresários rurais buscam formas variadas de investir nas propriedades de maneira a ter um retorno de investimentos. Como podemos destacar na fala do Sr. Antônio Alberto:

Ela era muito cara, pra você implantar, se você pega uma propriedade já estruturada, aí você tem 90% de possibilidade de dar certo, já caminhada, mas se você pega como eu já peguei do zero. De cerca, a energia, currais, estrutura, tudo eu construí, então, quando você pega você não para de gastar e o custo é muito, mais muito alto. Só pra você ter uma ideia, a piscicultura, terminei de gastar 800 mil reais, é um investimento alto, muito alto, em piscicultura poucos têm essa coragem, de fazer isso. Eu faço! Aí eu compro um reprodutor de 5 a 6 mil reais e muita gente não compra, espera que venha de outra propriedade pra ir devagarzinho. Demora muito! Mas, muitas vezes a estrutura que essa pessoa tem já é uma estrutura pronta. Mas, além de fazer isso, eu estou estruturando a propriedade, tenho uma malha de irrigação aproximadamente 10 hectares de cano dentro da área da propriedade, todo canto da propriedade tem cano, caixa d'água de 50.000 mil litros, tudo por gravidade. Eu encho a caixa d'água no ponto mais alto, uma caixa de 50.000 mil litros ela vem toda por gravidade e com peso. Então foi o legado que eu tive pra poder investir nessa área e gosto e me identifico. Se disser que dá lucro... Você ganhar bem, você viver bem, não é verdade. Você tira leite de pedra para poder viver, você não vai conseguir ter aquilo que você tem, mas de qualquer forma ainda é uma exploração que dá para sobreviver de alguma maneira. [...] (Antônio Alberto, proprietário do Sítio Balanço, mais conhecido como Chácara Ipê – Serra Branca).

Observa-se na fala acima que o proprietário destaca a importância de se obter uma propriedade estruturada, para a obtenção de lucros sem despesas. Para o senhor Antônio Alberto, pegar uma propriedade “do zero”, como ele destaca, não é vantajoso pelo custo de investimento que o proprietário terá que realizar a partir da organização do espaço para a prática agropecuária. Além disso, é destacada ainda a vantagem de se estruturar a propriedade e investir na mesma, visando um retorno de investimentos, através principalmente do lucro.

Em nossas entrevistas, além do relato apresentado pelo Sr. Antônio Alberto, outros atores declararam estar no meio rural por paixão, por um tipo de amor cultivado pelo meio onde nasceram, onde seus pais constituíram família, uma espécie de apego ao lugar onde decidiram fazer morada. Esses atores permanecem no rural, adquirem propriedades nessa região como uma forma de continuar e/ou construir um legado, e principalmente como uma

forma de investimento, como um compromisso para com a terra, por serem do semiárido ou ainda por falta de opção, como ouvimos no seguinte depoimento do Sr. Ivo Honorato: “[...] Só estou aqui por prazer, acho que é por paixão. Meu pai era agricultor, eu vim de uma família que era de agricultores, ou talvez, falta de opção né?”. O Sr. Clécio Tomé comenta: “[...] isso vem de família, vem de família, é paixão! Eu gosto muito de sítio, gosto muito dessas coisas”. Já para o Sr. Ronaldo Costa se insiste no rural pelo sentimento que a atividade agropecuária e a propriedade lhe proporcionam: “Você gosta daquilo ali você se sente bem, por que “num” tem pessoas que tem um esporte, por exemplo, de passear em outro país, comprar um jet-ski, mesmo assim é o sítio”.

Além disso, através dos discursos observamos que a propriedade rural em alguns casos é tida como um refúgio para esses empresários rurais:

É mais (...) Como posso dizer! É pra tirar o estresse, você estar estressado que o comercio estressa muito, aí você vai para lá e tira o estresse, é mais nesse sentindo você agrega isso pra sua vida né. Aqui, pra você extravasar... Aff! Chega lá... tiro o estresse! (Juraci Conrado – Rancho Maria Bispo – Monteiro)

A necessidade de se ter um lugar para onde “fugir”, em meio a correria e aos estresses diários, aparece nas falas dos entrevistados como no caso do senhor Juraci Conrado, que tem a sua propriedade não apenas como um local para trabalho e obtenção de lucro, mas também como um local que longe da cidade, do barulho e das agitações que acompanham a vida urbana, traz sossego e serenidade, além do manejo com os animais que para muitos também é tida como uma atividade prazerosa, como uma terapia para fugir do estresse.

A noção de agronegócio sertanejo se vincula também ao pensamento da (re) pecuarização e consecutivamente as reconversões produtivas que nos remetem a pensar a modificação no espaço realizada pelos empresários rurais, a partir de uma nova prática produtiva com retorno de investimentos.

Com o agronegócio sertanejo temos a incorporação de novas técnicas produtivas, com a noção de (re) pecuarização podemos entender e compreender os significados materiais e simbólicos de processos sociais vivenciados no semiárido, que Cunha e Marques (2009) destacam ainda, como sendo.

1)Um novo projeto de modernização para o semi-árido, que articula um conjunto muito diversificado de atores sociais, com foco prioritário para os agricultores familiares. 2) Transformações qualitativas na atividade pecuária em diferentes setores do mundo rural na região. 3) Processos de mudança ambiental, com renovados padrões de uso do solo e de ocupação do espaço.

Para esses autores, a (re) pecuarização do semiárido nordestino, leva-nos a uma melhor compreensão do significado das transformações discursivas, em meios aos esforços em termos de políticas públicas de incentivo à pecuária, além das mudanças nas estratégias produtivas.

A (re) pecuarização do semi-árido nordestino abrange processos sociais associados à elaboração, institucionalização e execução de novos projetos de modernização, interpretados aqui enquanto projetos territoriais, que articulam um campo de políticas públicas em um conjunto diversificado de atores sociais no incentivo da atividade pecuária direcionada para a agricultura familiar. (CUNHA, MARQUES, 2009)

Dessa maneira, os autores expõem o estudo realizado por eles no Cariri Paraibano em busca das transformações e estratégias produtivas relacionadas a incentivos públicos e mudanças discursivas que conectam o rural às dinâmicas sociais mais gerais, além de ser “um alvo de um conjunto de ações com vistas à reconfiguração das relações sociais, da gestão de políticas públicas, além de conflitos agrários” (CUNHA, MARQUES, 2009).

Contudo, como já destacado anteriormente as reconversões produtivas vão estar presentes nas dinâmicas do mundo rural, nas descrições de transformações e no uso do solo para fins de produção agropecuária (CUNHA, S/D). Uma forte ideia associada à noção de reconversão é justamente a de transformação, que nos ajuda a pensar em processos de mudança social e na chamada figuração social que nos permite identificar as mudanças ocorridas no espaço rural. O que Cunha (Draft, s/d), coloca como sendo mudanças que ainda não foram suficientemente interpretadas em virtude: a) da adoção de perspectivas analíticas que miram aspectos recortados da realidade, com grande ênfase sobre transformações das estratégias produtivas e da alocação da força de trabalho no meio rural, muitas vezes a reboque de projetos políticos formulados pelos agentes de mediação e pelo poder público; e b) do foco sobre grupos sociais tomados isoladamente, e no mais das vezes pensados na chave dos modelos produtivos e/ou institucionais – assentamentos, agricultura familiar e agronegócio.

As mudanças figuracionais apresentadas no Cariri Ocidental Paraibano se dão, através das mudanças nas atividades agropecuárias de diversos tipos, sendo desenvolvidas de acordo com padrões de relações dos grupos sociais, onde podemos destacar: as alterações nos padrões de acessos a recursos e mudanças na atividade agropecuária (como a ênfase a pecuária e a diminuição da cultura agrícola), e a alternância entre modelos predominantemente agrícolas focados também em atividades não agrícolas (como a rotação

de recursos apresentada no capítulo 2), além das transformações das relações sociais de produção e as mudanças técnicas de uso do solo e de alocação do tempo de trabalho.

3.2 Acesso a políticas públicas e assistência técnica no Cariri Ocidental Paraibano

É importante frisar que os anos de 1950 foram marcados por mudanças, principalmente no meio rural. Como destaca Silva (2007) em documento técnico-científico do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), na década de 1950, diante do aprofundamento da crise socioeconômica e política na região, forças sociais do Nordeste passaram a exigir maior atenção do governo federal para a promoção do desenvolvimento regional. A partir de então, debates intelectuais passaram a surgir, principalmente no tocante ao desenvolvimentismo, visando o “crescimento sobretudo econômico da região Nordeste que sofria com a seca, além do progresso das técnicas e a produtividade.” (VIEIRA, 2014).

A agricultura irrigada, com especialização na fruticultura para exportação, tornou-se a “solução” para os problemas da seca no sertão (SILVA, 2007), esta que foi desde sempre pensada como uma maneira de desenvolvimento para a região semiárida que sofria com os impactos das secas. A mesma é tomada como ancora dentro dos debates de desenvolvimento regional por ser considerada uma das formas de combater a seca que assolava a região (VIEIRA, 2014). Inicialmente a irrigação é vista como um progresso de técnicas e ampliação de possibilidades que permitiam o crescimento principalmente econômico de uma sociedade tida como atrasada como o Nordeste (VIEIRA, 2014). Carvalho (1988, pág. 346), destaca que, “a irrigação tem, portanto, o propósito essencial de criar condições que permitam o crescimento, em bases econômicas, de plantas cultivadas para a produção de alimentos ou matérias-primas...”.

Nesse momento temos a criação de alguns órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) que em 1946 tornou-se DNOCS, criados para combater os efeitos das secas que assolavam a região, se circunscrevendo ao chamado Polígono das Secas.

A partir da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, houve uma tentativa de mudança profunda de orientação das ações governamentais no Nordeste. Durante o período ditatorial, com o abandono das propostas de reformas substanciais na região, ganhou destaque uma concepção da “modernização econômica e tecnológica” como base do desenvolvimento regional. Na década de 1970, as políticas governamentais passaram a dar ênfase à implantação de pólos de modernização agrícola e pecuária. A agricultura irrigada, com especialização na fruticultura para exportação, tornou-se a “solução” para os problemas da seca no sertão. (SILVA, 2007).

Com o passar dos anos, políticas públicas foram implantadas destinadas aos produtores rurais. Na década de 1970 e 1980 foram implantadas políticas, como o POLONORDESTE, projeto sertanejo e Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), com o objetivo de ordenar produtivamente e melhorar as condições de vida desses atores (NUNES, 2014). Dessa maneira, podemos destacar as chamadas políticas públicas de incentivo à agricultura familiar, que nos anos de 1990, ganha uma maior atenção, com foco prioritário de medidas governamentais de inclusão produtiva (NUNES, 2014).

Essa tendência de priorização da agricultura familiar se consolidou na década de 2000, com o governo Lula (2003-2011), principalmente através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa um Milhão de Cisternas (P1MC), Programa uma Terra e Duas Águas (P1+2), Garantia Safra, Fundo de Investimento Social e Político do Projeto Dom Helder Câmara (FISP/PDHC), Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e Programa de Agentes de Desenvolvimento Rural Sustentável do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (ADRS/SEBRAE), no âmbito federal, e Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL) e Programa Leite de Todos, na esfera do Estado de Pernambuco. (NUNES, 2014).

De maneira geral, no Semiárido nordestino, algumas políticas são efetivadas através do Banco do Nordeste do Brasil, EMBRAPA, IPA, entre outros. Küster e Marti (2009) ao abordar sobre as políticas públicas para o semiárido no Nordeste do Brasil destacam que uma característica marcante das políticas públicas implantadas no semiárido tem sido a construção de grandes infraestruturas hídricas especialmente concentradas e geralmente alocadas nas proximidades das grandes fazendas, engendrando processos de concentração de poder e de dependência econômica e política das famílias pobres para o acesso às fontes de água. Destacando o surgimento da Articulação do Semiárido (ASA) e a sua importância para formulação de outro paradigma de desenvolvimento para a região semiárida brasileira, baseado na ideia de convivência, de valorização das potencialidades do semiárido e dos saberes da sua população sertaneja. (ANDRADE E QUEIROZ, 2009).

Resultado da mobilização social da ASA em suas parcerias com o Governo Federal, a Cooperação Internacional e com apoio de setores da iniciativa privada, o Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), estratégia de captação de água de chuva para a família beber e cozinhar, já mobilizou mais 250.000 famílias, construindo mais de 230.000 cisternas distribuídas em todos os estados do semiárido. (ANDRADE E QUEIROZ, 2009).

Contudo, ao abordar sobre a convivência com o semiárido, diversos debates apontam para um novo tipo de desenvolvimento e consecutivamente modernização, capaz de

solucionar problemas gerais, diminuir tensões através de ações e políticas, entre outros. Autores como Cunha e Paulino (2014) destacam que na noção de convivência com o semiárido, encontra-se de um lado, a crença que se está constituindo uma alternativa às formas consolidadas de considerar os desafios relativos ao desenvolvimento regional, em que o problema da seca era um dos principais entraves a superar; e de outro lado, o comprometimento com um novo modo de viver na região. Concluindo, dessa maneira que:

[...] a idéia de convivência significaria tanto uma crítica a determinadas práticas sociais- expressas tanto numa forma de perceber o semiárido quanto uma normatividade específica – que recorre a certas categorias de percepção para informar certas práticas [...] (CUNHA; PAULINO. 2014).

A ideia de convivência com o semiárido surge como uma proposta de convivência com a seca, harmonização e adaptação, propondo, especialmente ao indivíduo, certo “aprender a conviver” construindo processos de vivencia nesse espaço.

No Cariri Ocidental Paraibano, são passíveis de observação diversas ações voltadas para o desenvolvimento rural. Cunha e Marques (2009) destacam que existe uma mobilização por parte de alguns órgãos no tocante ao incentivo a caprinovinocultura, a exemplo do SEBRAE, EMATER/PB, Projeto D. Helder Câmara, Ministério do Desenvolvimento Agrário (através da instituição de um território da cidadania), secretarias de agricultura do Estado e municipais, entre outras. A pesquisa da Embrapa como base para a viabilização da agricultura familiar no semiárido brasileiro em 2006 destaca que:

Entre os sistemas a transferir ou validar para essas áreas, destacam-se os de produção de caprinos e ovinos. Consideradas as menos vulneráveis aos efeitos de um ambiente semi-árido desfavorável, essas atividades são as indicadas para parte significativa do semi-árido, especialmente para as áreas mais secas da unidade de paisagem Depressão Sertaneja, que corresponde a 22% da superfície total da região. (EMBRAPA, 2006).

Sabemos que no Cariri Ocidental Paraibano, a criação de caprinos e ovinos, ganha destaque na pecuária, além da criação de bovinos por serem pecuárias mais vantajosas para a região, principalmente pelo clima seco e pelas chuvas escassas. E, como já foi dito anteriormente, os empresários rurais buscam investir em raças de animais que se adaptem melhor a essa região e que tragam investimentos.

Contudo, nossos entrevistados ao serem indagados sobre acessos a financiamentos e parcerias com empresas de assistência técnica para viabilizar a prática agropecuária, responderam que, em anos anteriores, financiamentos foram realizados principalmente entre os anos de 1990, mas atualmente isso não ocorre, pois para muitos os financiamentos são de

difíceis acessos, além de muitas vezes, as empresas de assistência técnicas ou ONGs desejarem o retorno do produto. Como exemplo, a empresa Palmeiron, localizada em Belo Jardim – PE, que, em parceria com alguns irrigantes no município de Sumé, durante um período do ano, fornece kits aos irrigantes que desejarem repassar o produto para a empresa. Um dos entrevistados destaca a dificuldade encontrada com relação a assistência da EMATER e a facilidade da empresa Palmeiron para a comercialização do tomate:

[...] Pela EMATER, eu acho até dificultado, pego um monte de semente de milho e salgo ela, só dão um saco para eu plantar lá, por gotejamento (...), aí fica botando dificuldades, essas coisas. Eu acho muito burocrático e sou uma pessoa muito ocupada, não tenho financiamento nenhum. (...) E eles dão assistência técnica, eles fornecem os insumos pra gente, as mudas de tomate. Ultimamente vendi duas carradas para o Pernambuco [...] (Lucio Duarte - Fazenda Cutaé – Sumé).

A parceria com as empresas de financiamento, assistência técnicas e ONGs são de extrema importância, pois dão um suporte financeiro para a compra de suplementos agrícolas, cuidados para com o rebanho a exemplo de vacinas periodicamente, além de visitas técnicas (na maioria das vezes semestralmente), entre outros.

[...] então nós temos o diretamente e indiretamente as ONGs que vez em quando vem ONG's, vem na minha propriedade ver essas inovações implantadas, pra poder também servir de multiplicadores. (Antônio Alberto, proprietário do Sítio Balanço, mais conhecido como Chacará Ipê – Serra Branca).

Em um quadro geral (Ver Quadro 4) podemos observar quais os financiamentos, visitas técnicas e empresas que no momento estão auxiliando os empresários rurais do Cariri Ocidental Paraibano.

QUADRO 05: Órgãos de assistência técnica e/ou ONGS que auxiliam os empresários rurais no tocante ao fornecimento de financiamentos e assistência rural.

PROPRIETÁRIO	ÓRGÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
SERRA BRANCA	
Antônio Alberto	EMATER, COOPAGEL
Ivo Honorato	EMATER
Gilmar Pereira	SEBRAE
SUMÉ	
José Araújo	EMATER
José Edivaldo	BNB
Lucio Duarte	ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA GL COMÉRCIO E PRODUTOS AGRÍCOLAS

Roberto Carlos	BNB, EMATER
MONTEIRO	
Clécio Tomé	NENHUM
Crispin Bispo	NENHUM
Juraci Conrado	R&L ASSISTÊNCIA TÉCNICA AGROPECUÁRIA LTDA – ME
Roberto Silva	NENHUM
Ronaldo Costa	NENHUM

Fonte: Pesquisa de Campo – 2016

Na cidade de Serra Branca a EMATER ganha espaço em assistência técnica, principalmente no tocante a visitas de técnicos agrícolas as propriedades. Além da presença da COMPAGEL, uma ONG que faz visitas periodicamente, com o intuito de esclarecer dúvidas e fornecer informações. Em Sumé, além da EMATER que está presente na vida dos empresários rurais dando assistência principalmente na questão de vacinação dos animais e venda dos mesmos, temos o BNB que fornece financiamentos financeiros, principalmente no tocante a empréstimos rurais para a compra de novos animais, como é o caso do Sr. Roberto Carlos que em parceria com a EMATER/Sumé e o BNB comercializa o seu rebanho. A EMATER indica o empresário, oferece o animal ao comprador, que financia diretamente com o banco que repassa o valor para o empresário. Fazendo com que o mesmo não tenha um contato direto com o comprador, no tocante a compra e venda, pois as empresas fornecem toda a facilidade para que o produtor faça um “bom negócio”. Além disso, nesse município é comum ver lojas de suplementos agrícolas que fornecem agrônomos e técnicos responsáveis pelo bom funcionamento nas propriedades de seus clientes, além de indicar o uso de defensivos agrícolas.

No município de Monteiro, observa-se que a maioria dos empresários rurais, os quais a nossa pesquisa pode alcançar, nunca fizeram financiamentos, nem possuem algum tipo de assistência de órgãos governamentais e ou federais, o que temos é um quadro de indivíduos que trabalham por conta própria, ou seja, investem na própria propriedade, contratando equipes de profissionais qualificados para o bom andamento da propriedade rural. Apenas o Sr. Juraci Conrado, declarou receber a assistência técnica da L&L Assessoria em Agronegócio, que o auxilia no bom andamento da sua propriedade, tanto na agricultura como na pecuária.

A partir de então, é importante destacar que em nossas entrevistas, questionamos os empresários rurais sobre a participação destes em atividades ou cursos profissionalizantes no

município ou Estado, além do oferecimento e da participação de cursos de empreendedorismo ou propostas que visem o agronegócio. Obtivemos respostas de que esses cursos, entre outras ações vindas principalmente do Estado e dos municípios não acontece, alguns dos nossos entrevistados ainda destacam que “é por época”, muitos quando necessitam de recursos ou informações procuram a EMATER como destaca o Sr. Roberto Carlos: “[...] o menino da EMATER me ajuda, sempre me orienta, “a feira lá tá precisando disso e disso”, eu preparo e levo para feira”.

Alguns relembram que antigamente cursos para os empreendedores rurais era mais frequente, havia mais disponibilidade do governo e dos órgãos para oferecer cursos voltados à agropecuária e ao agronegócio, o que não acontece nos dias atuais. Muitos produtores vão particularmente à procura de empresas que possam fornecer informações necessárias para o trabalho no campo.

O que vemos nos seguintes discursos:

Eu fiz um curso de silagem essa semana, lá na Propriedade de Golinha, aqui em Sumé. Eu tive com ele lá um treinamento sobre silagem em um curso com o pessoal da EMPRAPA ,treinamento com a EMEPA. (Lúcio Duarte – Fazenda Cutaé – Sumé).

O Sr. Lúcio Duarte destaca a participação recente em um treinamento sobre silagem, em uma propriedade específica, no caso, este curso oferecido não foi aberto à população em geral, apenas ao proprietário da terra e pessoas convidadas pelo mesmo. Um curso oferecido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que promove parcerias com outras empresas como a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) para promover ações de esclarecimentos, informação, entre outros, no setor agropecuário.

Além disso, temos o caso do Sr. Gilmar Pereira do município de Serra Branca que destaca receber periodicamente orientações que visem o empreendedorismo da avicultura Cooperativa Agroindustrial Regional de Avicultores (COOPERAVES), os quais o incentivam e dão suporte em cursos e informações sobre a avicultura.

Outro discurso a ser discutido é o do Sr. Clécio do município de Monteiro, ele destaca que na região não existem cursos voltados para o empreendedorismo, o que para o mesmo seria de bastante importância, para uma região como o Cariri Ocidental Paraibano que tem uma diversificação principalmente na pecuária:

Não, relacionado a isso não , não tem , queria muito participar, a gente pesquisa muito em internet eu procuro me atualizar o máximo possível, com as pessoas que cria, agente procura ta ao máximo ligado, agora mesmo vai ter no final do ano e no

meio do ano que vem mais ou menos, vem um cara pra Sertânia, dar um treinamento direcionado pra criação de equinos e vaquejada, entendeu? Aí ele já veio, deu esse curso, aí eu fui, participei. Aí quando ele vem por aqui por perto sempre entra em contato comigo. É como te falei, eu tive acesso a esse rapaz que hoje considerado o melhor adestrador de animais de cavalo, no caso, do Brasil através de internet, através disso ele trouxe aqui pra Sertânia eu participei, ele faz de vez em quando em Garanhuns ainda num tive a oportunidade de ir ainda, mas já tinha ate combinado com ele pra que da próxima vez dar um pulinho lá pra participar . É quando agente participa! Na região num tem muita gente que ofereça isso, não. (Clécio Tomé – Fazenda Santa Maria – Monteiro).

Dessa maneira, é importante destacarmos qual o meio de comunicação utilizado por esses empresários rurais para a obtenção de informações sobre feiras de animais e até mesmo vendas como já foi discutido anteriormente, com relação à agropecuária. Nem todos os nossos entrevistados possuem o habito de utilização de internet, principalmente o uso de redes sociais, mas a maioria utiliza-se desse meio para diversas práticas comerciais, especialmente.

Sabe-se que existem alguns sites de noticias, aplicativos para celulares e fanpages, para obtenção de informações sobre feiras de gado, produtos rurais e comercialização, sejam elas de animais ou de produtos. Os empresários rurais do Cariri Ocidental Paraibano, especialmente aqueles que trabalham com criação de equinos possuem uma maneira diversificada de comercialização, que se distingue daquela tida pelos criadores de caprinos e bovinos. Por exemplo, para os produtores que focam nessa pecuária, a comercialização deve ser feita “a olho nu”: não tem como comprar um animal sem antes visualiza-lo. Por isso, a preferencia por visitas a feiras ou as respectivas propriedades onde se comercializam esses animais, como é destacado em entrevista:

[...] compro na feira livre, em comércio em sitio na região. Não compro nada fora, na época da exposição agente compra fora, mas ali, vendo o animal, em primeiro lugar vendo a saúde do animal, comprava na Bahia que vinha em quantidade, mais os que aqui não encontrava, mas agora é tudo por aqui. (Roberto Carlos – Sítio Pitombeira – Sumé).

Existem sites para diversos tipos de divulgação agropecuária principalmente, voltados à criação de equinos. Podemos citar os seguintes sites: Vitrine dos Cavalos, Vitrine dos Crioulos e Vaquejada.net. Além também dos grupos de leilões, criados no aplicativo WhatsApp, além de diversos aplicativos disponibilizados para aparelhos celulares com sistema Androide e IOS para a comercialização e informações de vaquejadas, como ate mesmo venda de senhas para aqueles que praticam o esporte.

Esses sites e páginas eletrônicas proporcionam aos produtores uma maior comodidade na hora de comprar seus animais (nesse caso especificamente o equino), pois os mesmos facilitam a negociação, o vendedor e comprador não necessitam sair de seus lares, transportar

os animais para a comercialização, entre outros. Tudo é feito online, pela troca de informações. Assim também é feito com relação a feiras de gado, que são anunciadas em jornais eletrônicos, grupos de WhatsApp, Facebook, entre outros, trazendo uma maior comodidade para os empresários rurais dessa região, que além disso, podem comercializar seus produtos em todo o país. Através da internet a comercialização pode se alastrar, de maneira que um animal aqui na Paraíba pode ser vendido para outro Estado Brasileiro e vice-versa.

3.3 O interesse pela terra e o retorno de investimentos

A partir de então, buscamos entender o que faz esses empresários rurais se interessarem pela terra, como eles se identificam frente a um rural transformado por eles próprios, quais os retornos de investimentos percebidos, quais os seus anseios, o que eles acham que seria necessário para melhorar a situação da agricultura/pecuária de um modo geral, assim como eles se identificam nesse espaço, como eles se veem, como um empresário, um agricultor, um pecuarista?

O interesse pela terra está bem explícito em tudo o que já abordamos até aqui. Os empresários rurais transformam a realidade da agropecuária do Cariri Ocidental Paraibano, nos três municípios que nos detemos a pesquisar, tendo o enfoque na pecuária de corte e leiteira, além da forte relação com a criação de equinos que nota - se que vem crescendo e se tornando bastante relevante para a transformação do meio rural nesse espaço.

Sobre a importância da agropecuária para esses empresários rurais, é destacada a questão da renda proporcionada por essa atividade, mesmo em tempos de crise hídrica, como é o caso dos dias atuais.

É importante! É porque eu, assim, a gente tem ... Eu no meu caso tenho uma renda paralela, mesmo com a crise com a seca a gente sobrevive mesmo com a seca, agente sobrevive, é mais difícil, mais “dependioso”, ganha menos, porque agente está ali só comprando para poder... Até o próprio o banco não libera certos projetos ai fica praticamente parado na época da crise, da seca. Por que são duas crises: a crise financeira e a seca. Agora está bom por que está chovendo, a promessa é boa ainda, chovendo esse dias, não no geral, mas pelo menos... (Roberto Carlos – Sítio Pitombeira – Sumé).

É importante destacar que as chuvas, das quais fala o Sr. Roberto Carlos, são as chuvas de março, chuvas passageiras e comuns nessa época do ano em que a pesquisa foi realizada.

Em outra entrevista podemos obter o relato do Sr. Antônio Alberto que destaca a importância da agropecuária e da água como bem mais precioso para a região:

Pra mim ela é tudo! Porque é importante? Porque ela produz, é o nosso sustentáculo né? Sem agropecuária a gente não tinha condições de sobreviver e nós sofremos muito por ser dessa região, uma região semiárida, apesar do seu mais populoso... é o que tem maior inverno, é o semiárido que mais chove, então ele é proporcionalmente melhor que os outros semiáridos, porque outros semiárido não chove, nem é populoso como agente, a gente tanto chove, como também é o mais populoso, então a exigência é de tal forma que ela é de igual situação. A população cresce muito, agente sabe utilizar a água que cai, poucas pessoas sabem utilizar água que cai com regularidade, com respeito do reuso da água, muito pouca gente não sabe usar, é muita pouca gente que sabe usar, alias, mão esmagadora, a maioria não sabe usar, acha que a água é um bem inesgotável e que não vai faltar, não é que não vai faltar que eu acredito que não vai faltar, mas ela tende a diminuir, dada ao aumento da população né? E dada circunstância de que; se você não usar bem ela, principalmente hoje tecnificar o uso da água que seria de máxima necessidade, de usar pouca água e produzir muito bem, você tem que ser eficiente e essa eficiência tem que ser eficaz pra poder você ter resultado positivo, isso é um grande desafio [...].

Podemos pensar em retorno de investimentos a partir do momento em que o empresário rural investe na propriedade, com poços artesianos, barragens, sistema de irrigação por gotejamento, armazéns, cercas, currais, reservatórios e estrutura maquinaria, além de se voltar para a organização do espaço agrícola e da atividade pecuária, pois a partir do momento em que os mesmos se preocupam em comprar um animal de qualidade, utilizando como critério de escolha principal a raça, está apostando em um retorno de investimento que esse conjunto de atividades pode proporcionar.

Os relatos a seguir nos mostram a inovação e a preocupação em investir nas propriedades rurais, além da comparação com o modelo de agropecuária anterior a esses atores, percebe-se que as benfeitorias e investimentos realizados nas propriedades pelos empresários rurais, dão prioridade a investimentos estruturais visando um bom andamento da produção.

Eu investi muito em barragens pra acumulação de água, entendesse? Poços artesianos. Aí vem outra parte que é estrutural mesmo, é casa boa, é curral, é armazém, esse tipo de coisa, tratores, forrageiras. É plantação de capim que a gente chama de capim forrageira, de capim elefante, o sorgo. São coisas que a gente tem que ter no final do ano, por que se não, o gado passa fome. (Juraci Conrado – Rancho Maria Bispo – Monteiro)

Tem que está sempre renovando. É uma cerca, é um plantio de um capim, sempre tem que ta renovando. Porque a cada dia a gente vai aprendendo. É tanto que hoje a gente não trabalha mais como os pais da gente, nós antigamente (...), as vezes eu fico ate pensando assim, lá na época do meu avô, de papai mesmo, passava o dia “todim” num tinha nem água pra beber, só ia beber de noite, a sede que eles passavam... Só bebia uma vez por dia, era época de cacimba, ai já melhorou alguma

coisa, ate os animais sabia? Hoje não são como antigamente, ate a genética, ate na produção mudou. Nos passava dois anos sem um bicho dar cria, sem produzir né? Hoje em dia você (...) é a vaca tem que produzir todo o ano, que se não produzir já tem, a gente já descarta.(Roberto Silva – Sítio Ipueira Funda – Monteiro)

Cerca e barragem foi feito também, eu tenho também um poço amazonas, tem dois poços artesianos, tenho um armazém tenho uns cinco galpões hoje, em torno de cinco mil aves caipira com postura. Tenho (...) acho, dois hectares em torno de um hectare e meio de irrigação, mais um hectare e meio pronto pra receber só água, o sistema de água e o sistema de canos já estão todos no lugar.É mais curral (...) tendo cerca boa, aí vem a forragem o capim elefante, aí tem sorgo, a gente faz silagem quando é preciso usar é basicamente isso. (Gilmar Pereira – Sítio Serra do Jatobá – Serra Branca).

Cerca, água, dois poços amazonas, sala de ordenha, currais, carregadeira, reservatório de água, tem um reservatório de cinquenta mil litros, fora os poços, plantio por gotejamento, tem capim. Tem uma área pequena, mais ainda tem meio hectare de gotejamento só para ração, nada para! (Roberto Carlos – Sítio Pitombeira – Sumé).

Dessa maneira, questionamos nossos entrevistados sobre a principal motivação para ser uma agropecuarista, por que continuar investindo no rural, por que mesmo com outra atividade financeira, com uma renda não agrícola, esses empresários rurais, continuam insistindo no rural. Além do destaque dado por eles, nas dificuldades muitas vezes encontradas em se manter uma propriedade no rural em meio às chuvas escassas, ao não funcionamento de algumas políticas públicas, principalmente aquelas voltadas ao incentivo a agropecuária. O que mais foi destacado foi o “amor pela terra”, a convivência diária com aquilo que muitos aprenderam a fazer, principalmente aqueles que provém do rural, de uma família camponesa, que estão dando continuidade ao trabalho de uma linhagem, mesmo que as terras não sejam de herança, muitos que compraram terras depois, dizem ter crescido no meio rural, aprendendo desde cedo a lidar com a terra.

É aquele ditado né? Gostar é uma coisa, que nós nascemos ali desde aquela época dos nossos pais, e dali “tomemos” aquele gosto, que é do sangue mesmo, alguém mais novo pra dar continuidade, eu mesmo acho difícil, eu tenho meu filho ele vai lá, no sitio, quando eu digo pra ele ir, pra ir buscar alguma coisa, não vai nem olhar nada, vai e já volta pra cidade, eu mesmo tô vendo no dia que eu desaparecer de lá! Pelo o que tô vendo vai ser difícil!(Roberto Silva – Sítio Ipueira Funda - Monteiro).

É destacado na fala do entrevistado o problema visto com relação à sucessão de sua linhagem familiar, ao destacar não ver interesse do seu filho para estar no meio rural, teme que em sua ausência o seu legado não continue. Em outra entrevista, temos o relato adverso, onde o empresário rural inclui os filhos nas atividades rurais que se engajam pensando no futuro.

Por eu ter vindo e ter filho que já esta na área e fazer com que eles sigam essa mesma estrutura que agente vem, que é estrutura boa, pelo tamanho da propriedade que não é um tamanho pequeno, é pequena, mas não é proporcionalmente das outras, tem muito menor e as pessoas sobrevivem lá então dá pra sobreviver e deixar pra família uma condição de que eles podem produzir lá com conhecimento quando produzir e de lá fazer e fazer por onde ter que tirar o sustento pra sobreviver dignamente uma família que construir né, as famílias construir, porque como agente construiu ate agora as outras pode construir, os filhos podem construir os netos podem construir, isso é a visão que eu tenho e também produziu suficiente o pouco produzir que ajude as outras famílias que não estejam produzidos também pra poder ter alimentação suficiente pra se manter aqui na nossa região, porque quando você ver pessoas indo embora o êxodo rural é uma eu assim eu sofro muito porque eu gostaria que todo mundo não saísse daqui permanecesse tivesse condições de produzir aqui, mas infelizmente, tem pessoas que vai embora ai fica sofrendo, nos grande centros ai começam a partir pro outro o outro lado de exploração de vida, se envolvem com drogas e por aí vai, o alcoolismo drogas e muitas outras necessidades que passam o que se torna ate as vezes pistoleiro, então, uma serie de coisas que maltrata a sociedade, deixa os irmãos em situações de crise e até a morte, muitas até se suicida por uma besteira nós temos casos na nossa região de pessoas que suicidaram por conta de uma situação adversa própria propriedade déficit no banco, por exemplo, é mesmo com os financiamentos uma grande parte com o subsídio, ainda é pouco o subsídio para se manter na propriedades por que o retorno é lento, você cria você pega um dinheiro pra uma propriedade pra ir pra no banco pra retorná-lo vez por outra encontra uma seca adversidade climática que não foi provocada por você, mais isso não estar dentro do cronograma bancário ele quer receber, aí você não tem condições de pagar, mas tem que manter a família viva e ali tem gente que entra no... nem todo mundo tem estrutura [...] (Sr. Antônio Alberto, proprietário do Sítio Balanço, mais conhecido como Chacará Ipê – Serra Branca).

Outros tipos de interesses e motivações também são destacados nas seguintes falas:

É amor pela pecuária mesmo você gostar, porque não tem, se fosse num local melhor era renda, lógico, mas aqui é mais por paixão mesmo, todo mundo que cria aqui, cria por paixão. Porque acho que não conheço ninguém que cria aqui e diga assim: “eu ganho dinheiro”, ate quem vive na propriedade ou tem algum aposentado, pensionista que mantenha, mais o grosso, o mais necessário, ou o cara vive no limite. Mas pra dizer assim, que o cara vive bem da agropecuária na região é muito difícil. (Clécio Tomé – Fazenda Santa Maria – Monteiro).

O discurso acima revela além do chamado amor – paixão pela terra e agropecuária, a questão de não ser rentável o meio rural, de não se ter condições de manter um padrão de vida apenas com a renda adquirida na propriedade.

Está trabalhando pra mim é importante e me satisfaz me gera alguns recursos fora do meu salário, gerar emprego é uma coisa que eu gosto muito, interessante gerar emprego gerar conhecimento também por que como as pessoas vem trabalhar com a gente não tem o conhecimento que agente tem os acessos que nós temos a gente termina ajudando eles crescerem como pessoas que teria outra visão de mercado de negocio de produção então, isso é muito gratificante e produzir produtos que a gente sabe que não vai fazer mal a saúde do ser humano, então, isso é muito gratificante, é muito bom, isso não tem preço. (Gilmar Pereira – Sítio Serra do Jatobá – Serra Branca).

O que podemos destacar do trecho acima, colhido em entrevista é a questão de que, mesmo após obter sua aposentadoria como servidor público do Banco do Brasil, o Senhor Gilmar quer continuar a trabalhar, gerar recursos, empregos e conhecimentos. Em sua fala entende-se o interesse desse empresário rural em ajudar outras pessoas a terem uma nova visão de mercado de negócio.

A partir de então, podemos destacar como esses atores se identificam frente às atividades exercidas por eles no meio rural. A grande maioria respondeu ser um agricultor, ou pecuarista, o que nos faz perceber que não há um interesse em se destacar como um empresário rural, mesmo que nós os identificamos assim. Podemos, dessa maneira, destacar algumas justificas e seus respectivos argumentos:

Justificativa 1: Se diz ser um produtor, mas destaca que toda propriedade deve ser gerida como uma empresa, ou seja, o mesmo não se vê como um empresário rural, mas gera a propriedade como uma empresa, se profissionalizando, analisar melhores condições de gerência, controle de gastos e despesas, entre outros, como é destacado na entrevista a seguir:

Eu sou um produtor, não sou pecuarista, nem sou proprietário, nem empresário, por que toda empresa toda pequena coisa ela é empresa, toda propriedade ela tem que ser uma empresa indiscutivelmente, agora você é um empresário, se é agricultor, se é pecuarista, ela é uma empresa tem que ser gerida com gestor, deve ser gerida como que se gere um estado, como se gere uma nação, tem mesma coisa de uma pequena propriedade, você tem que saber quanto entra, quanto gasta, e quanto tem de reserva, qual reserva que você faz e pra que, até quanto você deve, porque se não você não está gerenciando a propriedade. Então pra começo de história você tem que estar preparado, profissionalizado como gestor, a partir daí gerenciar. São “n” fatores que faz com que sejam um bom gestor ou mau gestor, porque os pontos de vista de decisões tomadas nas propriedades são fortes, toda e qualquer decisão, você acha que é uma besteirinha, mas tem que analisar, porque você não planeja para executar, acompanhar e avaliar você não vai ter bons sucessos, não é? Então, você tem que ver se eu me considero um produtor, mas que sou uma “microindústria”, toda propriedade ou qualquer propriedade, tem que comparar com indústria que faz tecido, quem faz máquina tem que fazer não tem como, é uma empresa num esta produzindo quem produz é um industrial, então tem gerir se você está produzindo seja lá o que for, quem produz é uma máquina. Por exemplo, um animal é da mesma forma que uma costura de uma roupa; é mesma coisa, um animal é como uma máquina, tem saber gerir, você tem que alimentar, tem que botar remédio, você tem que cuidar, você tem que dar banho, você tem que fazer tudo, tem que fazer tudo isso, só que é uma vida ali, máquina tem vida útil de produção, o animal também tem vida útil de produção só que vivo mesmo, máquina é um ser morto, mas ela quando está trabalhando você está fazendo ela trabalhar, mas quando o animal está trabalhando você deu condições para ele trabalhar, é diferente ele trabalha com as nossas próprias mãos, crescem, tudo. A máquina só produz se você estiver lá mesmo, assim precisa de manutenção pra trocar, pra ter uma vida útil trocar uma peça a mesma coisa, está entendendo? (Antônio Alberto, proprietário do Sítio Balanço, mais conhecido como Chácara Ipê – Serra Branca)

Justificativa 2: Se identifica como um produtor que busca ascender dentro da sua região com novos empreendimentos.

Eu gosto muito dessa coisa da agricultura, meche com meu pai, meche com meus avós (risos), acho que sou um pequeno produtor é o que me acho como, sou pequeno produtor comparado como os grandes produtores rurais que agente tem nesse país, eu sou pequeno produtor, eu me acho um pequeno produtor, que estou buscando, assim, dentro do que eu tenho na minha área que eu tenho ali para produzir. Aqui o que der pra produzir naquela área que eu tenho ali... A minha intenção é ter pelo menos 10 cabras por hectare, e não é difícil pelo o que estou produzindo de ração, eu sei que é possível posso ter uma área de 30 hectares de repente com 300 cabras, pra mim é fantástico. Tendo qualidade, tendo carcaça de animais bons, um volume de carne com rapidez é excelente. Se todo produtor tivesse, por que tem produtor ai que tem uma área de 200 hectares, talvez não tenha 200 cabras, por que não tem essa preocupação com forragem, sabe? A gente vem aí com cinco anos de seca, você pega aí região que eu tenho no meu sítio, minha pequena propriedade, eu acho que só eu que tenho o pasto, até por que quem chega aqui fica entusiasmado, “poxa! que negocio é esse aqui? Como é que você faz isso? “Que coisa linda” e tal. Tem que ir fazendo as coisas conforme agente achava que teria que ser feito, assim, aquilo tinha que ter aqui. Para eu poder pensar em produção, primeiramente que ter forragem, depois os animais pra essa forragem; mas primeiro, tem que trabalhar com a cabeça, pensar! (Gilmar Pereira – Sítio Serra do Jatobá – Serra Branca)

Justificativa 3: Se identifica agricultor por ter crescido no rural, trabalhando nas propriedades de sua família.

Eu sou agricultor, só boto comerciante quando é pra botar nas coisas do posto, todos os meus documentos é de agricultor. Eu tenho orgulho de dizer de onde vim e ate onde cheguei! Tenho orgulho de dizer isso! Nunca roubei de ninguém ... Ganhei suado, agora, trabalhando de dia, de noite, não tem horário frio, horário quente. Muitas vezes 8:00 horas da noite eu estava jantando aqui em casa ai batia não porta: “José , estamos precisando do carro pra nós ir fazer uma feira o carro de fulano quebrou”. Eu viajava na hora, eu invés de me deitar pegava o carro e sumia. Trabalhei muito e ajudei a muita gente, e ainda hoje ajudo. (José Araújo - Gangorra Pedra D’água - Serra Branca e Sítio Oiti - Sumé)

Justificativa 4: Um empresário rural, empreendedor que está “contribuindo” com outros agropecuaristas para a comercialização de animais, por ter parceria com o BNB e EMATER.

Um empreendedor um empresário rural, eu acho... Porque em primeiro lugar eu acho que estou contribuindo para o pequeno agricultor. De certa forma, estou contribuindo, estou conseguindo o produto, estou correndo atrás, estou ajudando de alguma forma. (Roberto Carlos – Sítio Pitombeira – Sumé)

Contudo, os empresários rurais a partir de seus anseios, opinaram no que seria necessário para melhorar a situação da agricultura/ pecuária de maneira geral. Vejamos alguns trechos das nossas entrevistas que nos remetem a um melhor entendimento:

Eu assim, (...) nós temos que ter estudos, informações, ter quem sair disseminando isso, como faz? Você pega um órgão desses como a EMATER, por exemplo, com algumas exceções por que talvez algumas pessoas comecem sobre, por exemplo, uma leguminosa com que já o Chile usa muito, os Estados Unidos usa como pra medicina na Espanha usa pra medicina pra o animais tem é muito potássio tem 3

vezes mais potássio que a banana tem 4 vezes mais de vitamina c do que a laranja então assim. É coisa muito interessante! Se você (...) ninguém conhece adapta-se muito bem a região, chega a produzir oitenta mil quilos por área, por hectare, sabe? Então agente precisa que os nossos produtores sejam preparados, você tem um poço (...) eu tenho por dia mil litros de agua, é muita água, eu tenho por dia vinte e quatro mil litros de agua não é verdade? Tem planta, se eu colocar um litro de água por dia eu poderia ter vinte e quatro mil árvores produzindo ração, num é verdade? Você não faz essa conta, mas para o poço só são mil litros de agua, é muita água o que falta é orientação nessa área, vamos produzir aqui, vamos plantar aqui, uma leguminosa aqui, que vai dar (...) que é pouco exigente (...) um sorgo, vamos fazer uma forma pra fazer a silagem. Hoje é muito fácil fazer. A EMBRAPA do Rio Grande do Norte, ele tem uma forma dessa! Eu ate mandei dessa, para eu agora fazer silagem, não precisa mais fazer aquela, que você teria que pagar num sei quanto pra pedir pra um trator fazer e tal, aquela coisa toda, lavai (...). Então um “silozinho” pequeno, por que a cada semana você faz um silo, você vai armazenando um capim verde. São essas coisas que precisam ser passadas, repassadas. Você tem ter paciência pra os produtores orientar, eles precisam ter paciência também, isso não é uma coisa muito fácil. (Gilmar Pereira – Sítio Serra do Jatobá – Serra Branca)

O trecho apresentado acima nos traz, com um pouco de precisão, o anseio do empresário rural pela busca da inovação, de novas técnicas no campo, além da implantação de um sistema de informação sobre novas alternativas para investimento no meio rural. Por outro lado, temos os questionamentos com relação a fornecimentos de recursos e incentivos do governo para a agropecuária, assim como os juros “abusivos” especialmente para o fornecimento de recursos na agricultura, dificultando assim a produção econômica.

O mercado hoje em dia, quer dizer o governo (...) antes já tinha um lado, por exemplo, a gente ia produzir um milho, governo antes garantia o preço X e hoje a gente não tem isso. Por exemplo, se a gente produzir alguma coisa a gente tem que botar pra comparar com um produto de algum canto, porque o governo não incentiva, a única coisa que eles tem incentivo é empréstimos, se for um empréstimo bom, não ruim (...) só que o problema é o seguinte: você tem que ver o empréstimo! O empréstimo da agricultura se você pegar pra pagar juro. Não entre não, que não consegue! Aí eu acho assim, eu vejo assim, o empréstimo a maioria é tanto juro que tenho muitos conhecidos que fizeram empréstimo e poucos conseguiram pagar! É ou não é? A dívida fica maior. (Ronaldo Costa – Olho D’aguinha – Monteiro).

Vemos em outro trecho, o destaque para a permanência do homem no campo, com o incentivo de políticas públicas eficazes, com um novo olhar sobre o rural, sobre o homem do campo, nordestino, região semiárida que sofre com a escassez de água. Uma “luz no fim do túnel” continua acesa, graças à esperança colocada na obra da Transposição do Rio São Francisco que surgiu com o argumento de sanar a deficiência hídrica na região do Semiárido através da transferência de água do rio para abastecimento de açudes e rios menores na região nordeste, como uma das formas “modernas” de combate a seca no período de estiagem. Monteiro é um dos municípios que recebeu as obras da transposição que prever beneficiar todo o Cariri Paraibano.

[...] políticas voltadas para esse segmento, entendesse? Estudar melhor a nossa região do semiárido para que pudesse criar oportunidades, dá oportunidade às pessoas que precisam disso. É pra manter o homem no campo! E esses investimentos não chega, está entendendo? Lá no Sul você tem isso, lá no Sul existe uma cultura de associativismo, tantas associações que agente (...) e que agente tem o do leite que é uma associação, aí sim. Mas lá no Sul tem o inverno regular, quando não chove um mês lá é capaz de acabar o mundo, quando passa um mês sem chover no Sul. Aqui na gente não, a forma de agricultura é diferenciada, totalmente diferente, uma diferença da água pra o vinho! Agora eu acho, na hora que os governos direcionam o olhar pra Nordeste e procuram alternativas, está entendendo? Procurar conviver com esse semiárido. Nós temos uma grande obra a se realizar, que é a obra da transposição, se realmente essa transposição terminar, entendesse? Não tenho a menor dúvida, vai ser a redenção, por que nós vamos ter água perene, Não vamos mais ter sofrimento atrás de água, vai ter água, vamos saber captar esta água, entendesse? Aí sim! Vai vir os investimentos do governo, vai vir oportunidades, associações para pequenos agricultores, um juro diferenciado, tem que ter! E já existe pra o semiárido, mas acho que falta mais ainda, falta uma injeção, faltam políticas públicas voltadas pra o semiárido. Você garantir que ele vai vender que ele vai lucrar a preços (...) entendesse? Você tem que ter essa garantia [...] (Juraci Conrado – Rancho Maria Bispo – Monteiro).

O que também é frisado na seguinte fala do Sr. Roberto Carlos: “O que precisa melhorar em primeiro lugar é chuva, mais que houvesse mais assistência dos órgãos responsáveis, fiscalização dos órgãos competentes”.

O empresário rural que apresentamos, é aquele que busca alternativas de sobrevivência no meio rural, que se identifica com a ressignificação desse espaço com a modernidade, que mesmo em meio às dificuldades colocadas pela própria região, busca novas formas de investimento. Assim também como nos remete a pensar na questão do apego a terra, a decisão de permanecer no rural com novas práticas produtivas, buscando incentivos na agropecuária, mesmo com outra atividade e renda que não provém do rural, nos faz perceber que esse é um lugar de grande importância para aqueles que modificam a produção e a fazem em termos totalmente capitalistas. As propriedades do Cariri Paraibano Ocidental se mantêm a partir dos diversos investimentos apresentados durante todo esse trabalho, realizados pelos empresários rurais que nos propomos a estudar. Mesmo que estes não se considerem como empresários rurais, toda a lógica produtiva, desde a maneira de adquirir a terra, até a organização do espaço, comercialização e vida que esse ator/agente leva, nos faz categoriza-los como tais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do debate realizado nos capítulos anteriores, podemos aferir sobre o que chamamos de empresários rurais e suas diversas práticas no Cariri Ocidental Paraibano, elencando transformações vivenciadas no meio rural nos municípios de Serra Branca, Sumé e Monteiro a partir do surgimento desse novo ator, protagonista que a partir de múltiplas trajetórias, configura novas relações sociais e produtivas.

O grupo de empresários rurais estabelece uma nova relação com a terra, em termos de uma orientação ao mercado com novas estratégias empreendidas, racionalização dos processos produtivos, através da implantação de novas técnicas e retorno de investimentos. Dessa maneira, definimos esse ator/agente como aquele que transforma o rural a partir de uma nova lógica produtiva, visando o retorno de investimentos, mantendo ainda, um vínculo entre o rural e o urbano, que permite o desenvolvimento de diversas práticas produtivas.

Podemos observar que nos três municípios, os quais nos detemos a estudar, os empresários rurais transformam o meio em que vivem. Todos os atores entrevistados exercem outras atividades fora do rural, sejam elas no comércio local, através do serviço público, aposentados e até mesmo aqueles que estão pleiteando e ou ocupando, muitas vezes além dessas atividades, cargos políticos, que os levam a tornar o rural como um espaço permeado por diversas práticas. As diversas ocupações não rurais apontadas por esses atores, nos fizeram entender como esse grupo atua no Cariri Ocidental Paraibano, no tocante ao que chamamos de reconversões produtivas que como já foi abordado nesse trabalho, vão estar relacionadas às dinâmicas do mundo rural e as transformações apontadas nos últimos tempos na produção agropecuária, como o uso do solo, o manejo de recursos, entre outros.

O que é possível e interessante frisar é a diversificação com relação à pecuária em cada município estudado, assim como as visões de mundo a partir da realidade em que vivem esses atores. Pois, no município de Serra Branca destacamos que os empresários rurais têm práticas diferenciadas daquelas encontradas em outros municípios pesquisados. Além de encontrarmos aposentados e servidores públicos que ao mesmo tempo pleiteiam uma vaga na câmara de vereadores local (nas eleições municipais deste ano), as atividades desenvolvidas em suas propriedades também se diferenciam. Nesse espaço, encontramos a piscicultura e a criação de frangos caipiras, que se explica pelo fato da rentabilidade e facilidade na criação e comercialização.

Em Sumé, a caprinovinocultura ganha destaque, pela facilidade de trabalho com esse tipo de pecuária na região, além da tradicional engorda para o abate, o repasse do leite,

principalmente caprino, para a usina de beneficiamento e a venda de animais por financiamento bancário, tudo isso visando o lucro. Dentre os três municípios, Sumé é um dos que encontramos também a produção agrícola, em maior escala, que é tida não apenas para a subsistência da própria família, mas principalmente para a comercialização, como é o caso da produção do tomate que é repassado para a feira central do município, além de ser encaminhada também para a comercialização em outros estados e municípios, através de atravessadores e parcerias com empresas.

Já no município de Monteiro, o destaque se dá para a bovinocultura com respaldo para a equinocultura que a nosso ver é tida como algo “sagrado”. O destaque para a criação de equinos, não se dá apenas para ajudar no manejo do trabalho humano diário na propriedade, como é o caso de algumas propriedades do município de Sumé, mas a equinocultura é tida como algo rentável e passível de comercialização com um bom retorno de investimento, tanto no tocante a venda e compra do animal como também dos eventos de vaquejadas e os chamados “bolões” que muitos dos empresários participam e até mesmo organizam. Observa-se que as propriedades são organizadas de maneiras a se tornarem locais altamente apropriados para a criação e até mesmo treinamento para com esses animais, que são treinados especialmente para corridas de vaquejada, o que é de extrema importância para os seus criadores.

Como abordado anteriormente, os empresários rurais adquirem equinos de raça reprodutores, a raça do animal é o que vai distinguir e diferenciar o seu proprietário. É comum observarmos que cada produtor, carrega a raça de seu cavalo como um “sobrenome”, que estará ligado ao seu, configurando ao empresário rural uma determinada distinção no meio rural em que vive, sendo sempre reconhecido na região pela raça de seu equino. Tal fato faz com que cada empresário rural leve onde forem, os nomes e imagens específicas de seus animais, a exemplos de caminhões (adquiridos por eles para o transporte animal, observa-se que os caminhões que transportam o garanhão como é chamado o reprodutor, trás sempre seu nome e imagem estampados, como mostra o anexo D), camisetas e bonés, estes dois últimos sendo os mais utilizados para a comercialização, além também da venda do sêmen desse animal, com um alto custo dependendo da raça. As principais raças, encontradas no Cariri Ocidental são: Tony Pure, Aquiles Pure e Dom Hondo, sêmens desses animais podem chegar a custar de três a vinte mil reais.

Dessa maneira, podemos compreender as diversas transformações e relações sociais engendradas na atividade agropecuária associadas à consolidação do grupo de empresários rurais, na região do Cariri Ocidental Paraibano. Podemos dizer que o que leva alguns

empresários rurais a investirem na agropecuária, de maneira a se envolverem com uma nova prática de produção, tendo a terra como uma forma de investimento mantendo, além disso, uma relação com outra atividade que não provém do rural, é o interesse pela terra e pelo o que ela pode proporcionar mesmo em uma região semiárida e afetada por secas constantes.

Todavia, podemos identificar que a partir dos discursos que ter outra atividade financeira e permanecer insistindo no rural é uma forma de continuar efetivando novas práticas produtivas para a obtenção de um retorno de investimentos, principalmente financeiro, pois graças aos esforços de modernização do campo, novas técnicas produtivas e a ênfase das políticas públicas, que mesmo não tendo uma total efetivação, continuam presentes, a atividade agropecuária não parou, mas se modificou com o passar dos anos. Nota-se uma diminuição com relação à produção agrícola, o que pode ser remetido, por um lado, aos problemas inclusive hídricos, mas se mantêm a produção pecuária que com novas formas de organização do espaço produtivo, continua sendo a principal atividade rentável para esses empresários rurais.

Contudo, são as novas relações produtivas que esses empresários estabelecem com a terra e com outros grupos sociais que trazem à tona as transformações no rural. As novas relações de produção e práticas produtivas nesse cenário engendradas por esses novos atores, podem nos ajudar a entender a ressignificação da atividade agropecuária voltada para os novos empreendimentos no Cariri Ocidental Paraibano, que visam novas estratégias produtivas, alterações nas formas de apropriação de recursos, assim também como alterações significativas nos padrões de relações sociais e econômicas, além de alargar as redes de comercialização.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. Manual de História Oral, 3ª Ed., RJ: Editora FGV, 2005.

ANDRADE, Flávio Lyra de; QUEIROZ, Paula Vanessa Mesquita. **Articulação no semiárido Brasileiro – ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização e para Convivência com o Semiárido: A Influência da ASA na Construção de Políticas Públicas**. In: Angela Küster, Jaime Ferré Marti. (Orgs.). Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste do Brasil. 2009

BARCELLOS, J. O. J.; LAMPERT, V. N.; GRUNDLING, R. D. P; CANELLAS, L. C. **A Empresa Rural do Século XXI no Contexto do Agronegócio Brasileiro**. I Curso de Capacitação Profissional para Gerentes Rurais: Castanhal - Pará, 2010.

BLAZZO, P. P. **Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária**. IV ENGRUP, São Paulo. Anais..., São Paulo: FFLCH/USP, p 132-150, 2008 apud HESPANHOL, R. A. M. **Campo E Cidade, Rural E Urbano no Brasil Contemporâneo**. Mercator, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, v. 12, número especial (2). p. 103-112, set. 2013.

BRANDEMBURG, A. **Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental**. CuritibaPr: MADE-UFPR, (texto de aula), 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Usos e abusos da história oral. Ferreira, M.M. (orgs.). Rio de Janeiro: Editora: Fundação Getúlio Vargas, pág 183- 192. 1996.

BURSZTYN, Marcel. **O Poder dos Donos: Planejamento e Clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **O Poder Dos Donos, 20 Anos Depois... Ou A Incrível E Triste História Das Populações Desfavorecidas e Suas Elites Desalmadas**. Revista Raízes, Campina Grande, vol. 22, nº 1, p.73-79, jan./jun., 2003.

BURSZTYN, MARCEL; CHACON. SUELY SALGUEIRO. **Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no Semiárido Nordestino**. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural da Alasru, Porto das Galinhas, 15 a 19 de novembro de 2010.

CARVALHO, J. O. **A Economia Política do Nordeste**. Secas, Irrigação e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID - Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

CUNHA, L. H. **Processo de (re) pecuarização do semiárido. I seminário do projeto: Políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no Nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano**. UFCG, (Mímeo), 2009.

_____, L. H.; MARQUES L.H G. **A '(re)pecuarização' do semi-árido nordestino: projetos territoriais e reconversões produtivas no cariri ocidental da Paraíba**. VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural (ALASRU), Porto de Galinhas – PE, 2010.

CUNHA, L. H. **Sobre o conceito de reconversões produtivas**. DRAFT, S/D.

CUNHA, L.H; PAULINO, J.S. **Convivência com o Semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste?** In: NEVES, D.; GOMES, R.; LEAL, P. F (Orgs.) Quadros institucionais em políticas públicas. Campina Grande, Eduepb, p. 27-59. 2014.

DELGADO, GUILHERME COSTA. **A questão agrária no Brasil, 1950- 2003.** In: JACCOUD, Luciana (org). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, Cap. 2, p. 51-90. 2005.

FERNANDES, FLORESTAN. **Anotações sobre o capitalismo agrário e mudança no Brasil.** In **Sociedades de classes e subdesenvolvimento.** 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.190-211. 1981.

GOMES, R. MENESES, V. **As políticas públicas de incentivo a ‘(re) pecuarização’ no semi-árido nordestino’: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial.** Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.

GUANZIROLI, C. E. **Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações.** Economia – Texto para Discussão – 186. Universidade Federal Fluminense – UFF. 2006.

KÜSTER, A. MARTI, J. F. **Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste do Brasil.** – Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

MAIA, K. F. **O "Agronegócio sertanejo": (re) pecuarização e grande propriedade rural na Microrregião de Catolé do Rocha (PB), Semiárido nordestino.** – Campina Grande-PB: PPGCS/UFCG, Dissertação de Mestrado, 2013.

_____,K.F. **Transformações na Grande Propriedade e Resignificação da Pecuária no Semiárido: Um estudo de caso do Laticínio Catolé, no Sertão Paraibano.** In: MENESES, M.; GOMES, R. (Orgs.). Modernização e Transformações no Mundo Rural: Trabalho, atores e experiências. João Pessoa, Editora da UFPB, P.55-92, 2014.

MARTINE, G. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Lua Nova-Revista de Cultura e Política, n. 23, p.7-37, 1991.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta.** Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

MASCARENHAS, Maria Margarida Baptista. **Habitus e ethos: tempo e espaço em exames de Português.** Universidade Nova de Lisboa; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – FCSH Dissertação de mestrado em Ciências da Educação, análise e intervenção em educação, 2012.

MENDONÇA, J.R. N. **Do oásis à miragem: uma análise da trajetória do perímetro irrigado de Sumé-PB no contexto das políticas de desenvolvimento para o Nordeste.** Campina Grande, PB: PPGCS/UFCG, Dissertação de Mestrado, 2010.

MENESES, Valdênio Freitas. **Associativismo e Caprinocultura: Políticas Públicas e “politicagem” no Cariri Paraibano.** Campina Grande, PB: PPGCS/UFCG, Dissertação de Mestrado, 2014.

MINGIONE, E. E PUGLIESE, E. **A difícil delimitação do urbano e do rural.** Revista Crítica de Ciências Sociais. 22: 83-99, 1982.

MONTAGNER, Angelo Miguel. **Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana.** Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. pág.240- 264. 2007.

NUNES, A. M. B. **A (re) pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE)** . Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande Campina Grande-PB: UFCG, 2011.

_____. **Políticas Públicas de Incentivo à agricultura familiar no sertão do Pajeú: a opção preferencial pela pecuária.** In: MENEZES, M.; GOMES, R. (Orgs.) Modernização e Transformação no Mundo Rural: Trabalho, atores e experiências. João Pessoa: Editora da UFPB,. Pág.21-53. 2014

SABOURIN, ERIC. **Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba.** Estudos Sociedade e Agricultura, p. 37-61, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996 apud HESPANHOL, R. A. M. **Campo E Cidade, Rural E Urbano no Brasil Contemporâneo.** Mercator, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, v. 12, número especial (2). p. 103-112, set. 2013.

SILVA, Mirian Farias Da. **“Reforma Agrária de Mercado” ou Atualização do Clientelismo? O Programa Nacional de Crédito Fundiário e o assentamento de famílias sem terra no Cariri Ocidental Paraibano.** Campina Grande, PB: PPGCS/UFCG, Dissertação de Mestrado, 2012.

SILVA. Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 3, jul-set. 2007.

SCHNEIDER, S. **Da crise da Sociologia Rural à emergência da Sociologia da Agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, vol. 14, n.2, p. 225-256, 1997.

STADUTO, J.A.R; SHIKIDA, P.F.A; BACHA, C.J.C. **Alteração Na Composição da Mão-De-Obra Assalariada Na Agropecuária Brasileira.** Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 57-70, jul./dez. 2004.

SZMRECSÁNYI, TAMAS. **Notas sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura no Brasil.** Revista de Economia Política, vol3 nº 2, abril-junho, 1983.

TAVARES, Valquiria Braz. **Gestão de custos em uma mini usina de beneficiamento de leite de cabra: Um estudo de caso na AGUBEL.** Trabalho de conclusão de curso(Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2013.

VIEIRA, Jéssica da Silva. **Revisitando o Perímetro Irrigado de Sumé (PB): Uma análise da trajetória das famílias irrigantes após a paralisação do sistema de irrigação**. Campina Grande, PB. Monografia, 2014.

_____. **As transformações do Mundo Rural: Entre o Tradicional e o Moderno**. Revista Inter-Legere, n.16, jan./jun - UFRN. Natal-RN, p. 296-306. 2015.

WANDERLEY, M.N.B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo**. Estudos, Sociedade e Agricultura. N.15, Out. 2000.

_____, M.N.B. **A Sociologia do Mundo Rural e as Questões da Sociedade no Brasil Contemporâneo**. Rurais, vol.4, n.1, p: 21-36, 2011.

_____, M.N.B. **Olhares sobre o “Rural” Brasileiro. Raízes: revista de ciências sociais e econômicas**. Vol. 23, nº 01 e 02, janeiro – dezembro. 2004.

<http://reporterbrasil.org.br/2006/07/especial-latifundio-concentracao-de-terra-na-mao-de-poucos-custa-caro-ao-brasil/> Acesso em 10 de setembro de 2015.

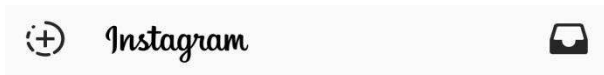
<http://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/saiba-mais-e-gta-sera-obrigatoria-2015-7988>. Acesso em 08 de Junho de 2016.

<http://direito-trabalhista.info/ministerio-do-trabalho.html>. Acesso em 04 de julho de 2016.

ANEXOS

ANEXO I**COMERCIALIZAÇÃO DE EQUINOS E PRODUTOS EM REDES SOCIAIS**

Aquiles Pure – Raça comercializada no aplicativo Instagram pelo Sr. Clécio Tomé no Município de Monteiro - PB

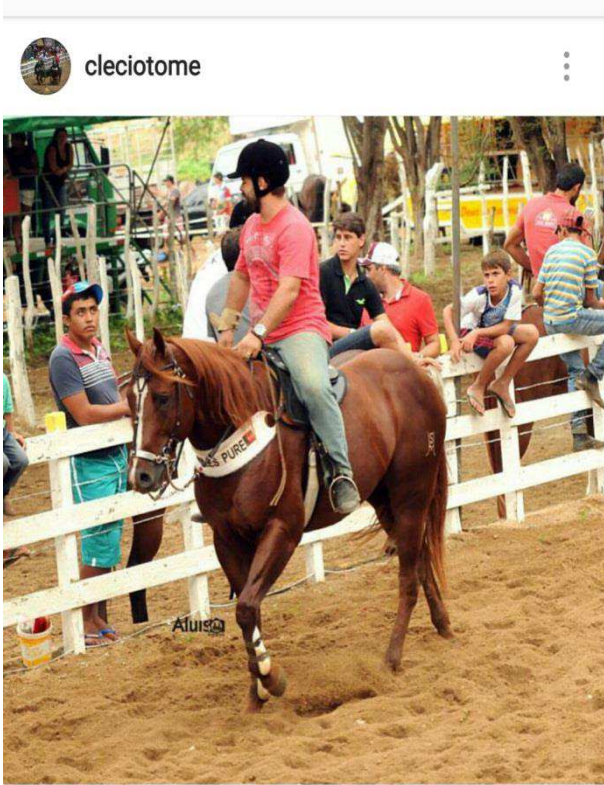


cleciotome Potros filhos de Aquiles Pure à venda



cleciotome Aquiles Pure genética e beleza esse é top





cleciotome Aquiles Pure show de cavalo !!!



cleciotome Aquiles Pure o nome da fera

Tony Pure – Raça comercializada no aplicativo Instagram pelo Sr. Crispim Bispo no Município de Monteiro - PB



andrebispoa_

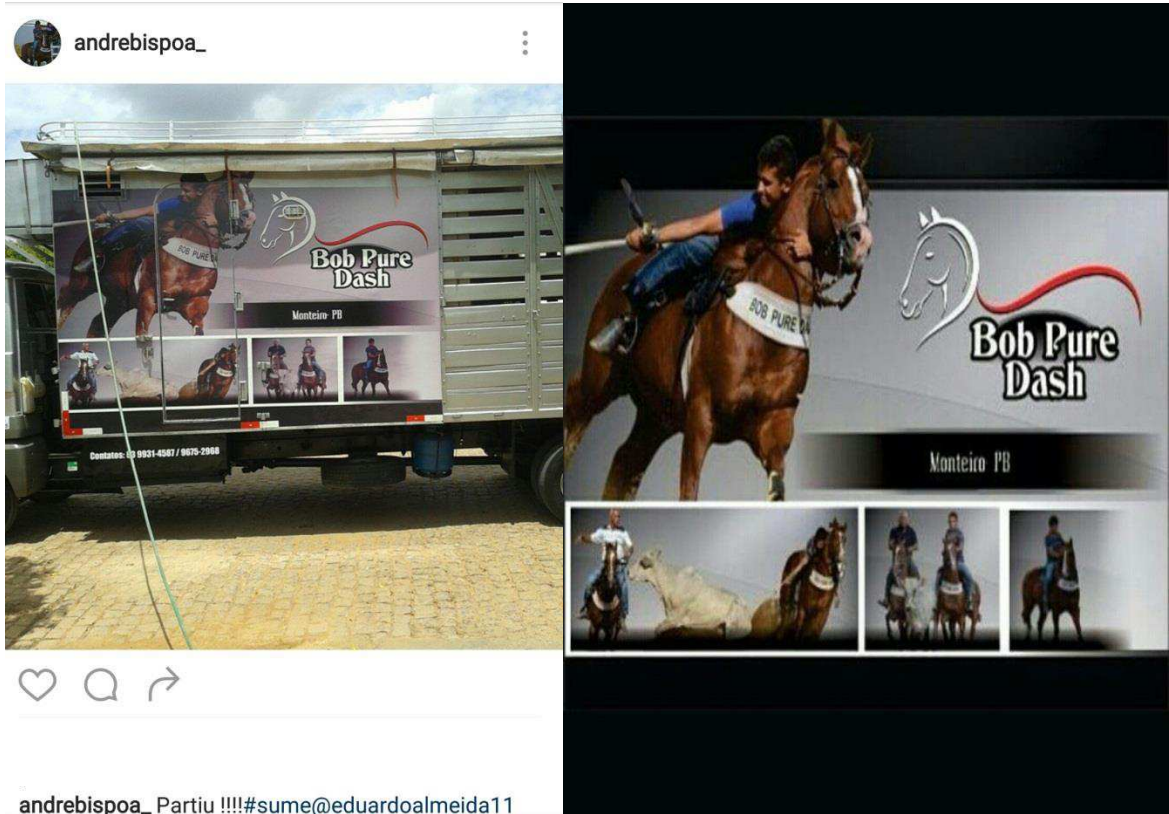
andrebispoa_

andrebispoa_ TONY PURE PRODUZINDO CAMPEÕES!

andrebispoa_ Mais um produto Tony PURE sete dias !
#deusnocomandosempre #meucavaloéshow



Caminhão utilizado para transportar animais pelo Sr. Crispim Bispo



Troféus conquistados pelo Sr. Crispim Bispo e seu filho em competições



ANEXO II
PRODUTOS E SLOGANS COMERCIALIZADOS PELAS USINAS DE
BENEFICIAMENTO E POR PRODUTORES

Capribom – Monteiro(PB)





Produtos Carimilk produzidos pela CAPRIBOM – Monteiro (PB)



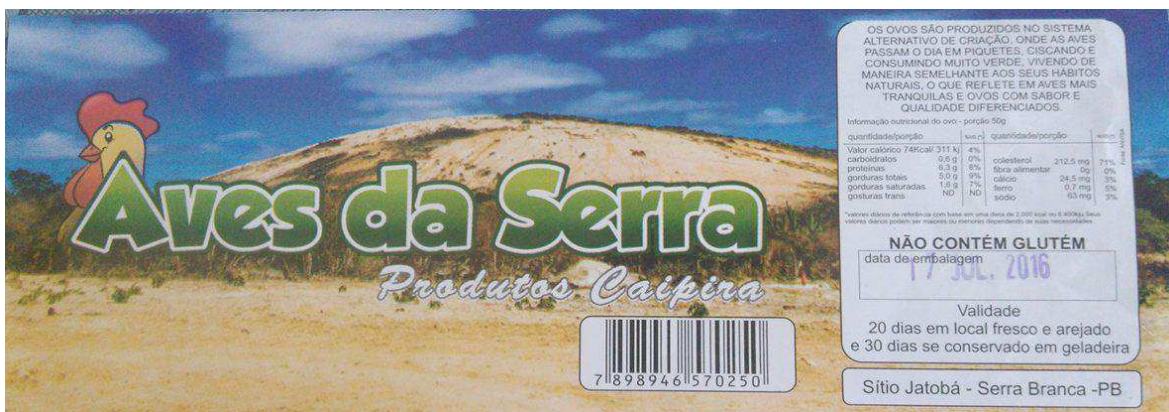
Vista interna do local de fabricação dos produtos – CAPRIBOM – Monteiro (PB)



Produtos Sabori comercializados pela AGUBEL – Sumé (PB)



Slogan utilizado nos produtos comercializados pelo Sr. Gilmar Pereira no município de Serra Branca (PB)



OS OVOS SÃO PRODUZIDOS NO SISTEMA ALTERNATIVO DE CRIAÇÃO, ONDE AS AVES PASSAM O DIA EM PIQUETES, CISCANDO E CONSUMINDO MUITO VERDE, VIVENDO DE MANEIRA SEMELHANTE AOS SEUS HÁBITOS NATURAIS, O QUE REFLETE EM AVES MAIS TRANQUILAS E OVOS COM SABOR E QUALIDADE DIFERENCIADOS.

Informação nutricional do ovo - porção 50g

quantidade por porção	%*	quantidade por porção	%**
Valor calórico 74 kcal (311 kJ)	4%		
carboidratos 0,8 g	0%	colesterol 212,5 mg	71%
proteínas 6,8 g	13%	fibra alimentar 0g	0%
gorduras totais 5,0 g	10%	cálcio 24,5 mg	3%
gorduras saturadas 1,0 g	2%	ferro 0,7 mg	5%
gorduras trans ND	ND	iodo 63 mg	7%

*valores diários de referência com base em uma dieta de 2.000 kcal ou 8.000kJ. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades.

NÃO CONTEM GLUTÊM
data de embalagem 17 JUL 2016

Validade 20 dias em local fresco e arejado e 30 dias se conservado em geladeira

Sítio Jatobá - Serra Branca -PB